

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências
Humanas

Márcia Maria da Graça Costa

**LUGARES DE MEMÓRIA DO BAIRRO DE SANTO AMARO:
A ESTÁTUA DE BORBA GATO**

São Paulo
2017

Márcia Maria da Graça Costa

**LUGARES DE MEMÓRIA DO BAIRRO DE SANTO AMARO:
A ESTÁTUA DE BORBA GATO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas

Orientadora da Prof^a Dr^a Alzira Lobo de Arruda Campos.

São Paulo

2017

LUGARES DE MEMÓRIA DO BAIRRO DE SANTO AMARO: A
ESTÁTUA DE BORBA GATO / . -- São Paulo , 2017
200 f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas) - Universidade de Santo Amaro, 2017

Orientador(a): Profª Drª Alzira Lobo de Arruda Campos

1.Lugares de Memória. 2.Santo Amaro (SP). 3.Borba Gato.
4.Memória. 5.Identity. I.Profª Drª Alzira Lobo de Arruda Campos,
orient. II.Universidade de Santo Amaro III.Título

Márcia Maria da Graça Costa

**LUGARES DE MEMÓRIA DO BAIRRO DE SANTO AMARO:
A ESTÁTUA DE BORBA GATO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas

Orientadora da Prof^a Dr^a Alzira Lobo de Arruda Campos.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Alzira Lobo de Arruda Campos - Universidade Santo Amaro

Prof^a Dr^a Eliane de Alcântara Teixeira - Universidade Santo Amaro

Prof^a Dr^a Kátia Maria Abud – Universidade de São Paulo

Esta dissertação é dedicada (*in memoriam*) aos meus pais, Luiz Carlos e Maria Joana. Fontes inesgotáveis de amor, inspiração, coragem, determinação e disciplina, cuja presença permanece viva nas minhas memórias e no meu coração.

Agradecimentos

Agradeço à Reitoria da Universidade Santo Amaro, pela bolsa concedida, sem a qual este Mestrado não seria possível.

A minha querida e sempre presente orientadora, Prof^a Dr^a Alzira Lobo de Arruda Campos. Obrigada por compartilhar toda sua erudição e pela sua paciência carinhosa nas orientações. Sou imensamente grata por sua compreensão acerca das limitações e desafios que se apresentaram no decorrer desta pesquisa.

Aos professores do programa, que desvendaram os mistérios do conhecimento nas mais diversas áreas. Em especial:

à Prof^a Dr^a Lourdes Ana Pereira Silva, por me introduzir no campo das pesquisas em identidade e contribuir para o desenho da estratégia metodológica da pesquisa;

à Prof^a Dr^a Marília Gomes Ghizzi Godoy, que despertou o interesse no estudo do patrimônio como fonte inesgotável de memória e identidade;

à Prof^a Dr^a Maria Auxiliadora Fontana Baseio, pelo convite para integrar o Grupo de Pesquisa Arte, Cultura e Imaginário, cujas discussões permitiram conhecer as dimensões do imaginário e sua aplicabilidade na minha pesquisa;

ao Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, por sua contribuição na construção de uma linha de pensamento lógica e coerente na produção de textos.

E a minha família, que contribuiu com o suporte emocional e operacional necessário para que eu pudesse dedicar grande parte do meu tempo às pesquisas.

“Fiz o Borba Gato diferente,
não parece túmulo e não tem o pedestal
enfeitado.
E quando fazia, esquecia do Policleto e
lembrava do Aleijadinho,
e dos bonecos da arte popular.
Depois de pronto eu gostei,
e o povo da minha terra também gostou.
Fizeram festa,
e os romeiros recordaram o Santo Amaro
das chácaras e das poesias.
Muitos olhos umedeceram.
E os letrados, que Leonardo já ironizava,
xingaram o Borba Gato
de bonecão,
boi parado,
monstromento.
E que era feito de pastilhas.
Mas não é. Ele é feito de pedras e
mármorees.”

Júlio Guerra

RESUMO

A estátua de Borba Gato, situada no bairro de Santo Amaro (São Paulo, Brasil) é tomada como parâmetro para o estudo da identidade urbana por meio de Lugares de Memória. Como teórico de base, Pierre Nora reflete sobre as múltiplas dimensões assumidas por monumentos na estrutura das cidades, ideia que norteia esta dissertação. A abordagem selecionada é interdisciplinar, na medida em que cruza a história com a etnografia e a sociologia. As fontes utilizadas elencam dados estatísticos às leis, fotografias, mapas e notícias jornalísticas. As relações entre Santo Amaro e a estátua de Borba Gato demonstram a importância que a memória e o imaginário têm para a memória sobre a cidade de São Paulo e o bairro. Nesse estudo, o mito do bandeirante choca-se com a visão negativista sobre o bandeirismo preador de índios, numa dialética que presentifica o nosso passado histórico, criando grupos de opiniões antagônicas sobre o significado do monumento escolhido para balizar o bairro santamarense.

Palavras-chave: Estátua de Borba Gato. Bairro de Santo Amaro. Lugares de memória. Identidade urbana.

ABSTRACT

The statue of Borba Gato, located in the neighborhood of Santo Amaro (São Paulo, Brazil) is taken as a parameter for the study of the urban identity through Places of Memory. As a theorist, Pierre Nora reflects on the multiple dimensions assumed by monuments in the structure of cities, an idea that guides this dissertation. The approach selected is interdisciplinary in that it crosses history with ethnography and sociology. The sources used link statistical data to laws, photographs, maps and news stories. The relations between Santo Amaro and the statue of Borba Gato demonstrate the importance that memory and the imaginary have for memory about the city of São Paulo and the neighborhood. In this study, the myth of the pioneer clashes with the negativist view on the history of indians predator pioneers, in a dialectic that make present our historical past, creating antagonistic groups of opinions on the meaning of the monument chosen to mark the neighborhood santamarense.

Keywords: Statue of Borba Gato. Neighborhood of Santo Amaro. Places of memory. Urban identity.

Lista de figuras

Figura 1 - Mapa dos Caminhos de São Paulo - século XVIII	50
Figura 2 - Reconstituição do Caminho do Carro para Santo Amaro	51
Figura 3 - Planta da cidade de São Paulo - 1841	53
Figura 4 - Planta geral da cidade de São Paulo - 1897	54
Figura 5 - Fragmento do mapa Villa e Rio de Santo Amaro	61
Figura 6 - Prospecto das ruínas da antiga Fábrica de Ferro de Santo Amaro	62
Figura 7 - Inauguração da Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro	63
Figura 8 - Planta geral da cidade de São Paulo em 1905	65
Figura 9 - Locomotiva a vapor - Cia. Carris de Ferro São Paulo a Santo Amaro	66
Figura 10 - Estação de Santo Amaro - pintura a óleo de Júlio Guerra	67
Figura 11 - Chegada do trem à estação de Santo Amaro	67
Figura 12 - Viagem de trem realizada por D. Pedro II - São Paulo a Santo Amaro	68
Figura 13 - Última viagem de bonde elétrico – São Paulo a Santo Amaro	69
Figura 14 - Planta original do antigo Mercado Municipal de Santo Amaro	71
Figura 15 - Plantas da reforma do antigo Mercado Municipal de Santo Amaro	71
Figura 16 - Fotografia do antigo Mercado Municipal de Santo Amaro - 1970	72
Figura 17 - Casa da Cultura Manoel Cardoso de Mendonça	74
Figura 18 - Fotografias da Riviera Paulista nos anos 1930	76
Figura 19 - Propaganda de divulgação da Auto-Estrada Washington Luís	77
Figura 20 - Folheto de divulgação da Auto Estrada de Santo Amaro	78
Figura 21 - Notícia do congestionamento na Estrada de Santo Amaro - 1926	79
Figura 22 - Brasão de armas de Santo Amaro	80
Figura 23 - Matéria da Folha da Noite - Centenário da Santo Amaro	81
Figura 24 - Mapa de São Paulo demarcando o antigo Município de Santo Amaro	84
Figura 25 - Convite para inauguração da pista do Autódromo de Interlagos	86
Figura 26 - Vista aérea do Aeroporto de Congonhas em 1936	88
Figura 27 - Foto aérea do Aeroporto de Congonhas na década de 1950	89
Figura 28 - Mapa com separação do distrito de Parelheiros	90
Figura 29 - Mapa das subprefeituras e distritos de São Paulo	92
Figura 30 - Terreno e galpão desocupado da fábrica Plavinil – Marginal Pinheiros	95
Figura 31 - Casas de shows Tom Brasil (antigo HSBC) e Credicard Hall	96
Figura 32 - Vetor Sudoeste – articulado na região da Marginal de Pinheiros	98
Figura 33 - Mapa do IDH-M por Distrito de São Paulo	100
Figura 34 - Loja de departamentos e vendedores ambulantes - Largo Treze de Maio	102
Figura 35 - Polyanthéa - inauguração da matriz de Santo Amaro	104
Figura 36 - Catedral e imagem de Santo Amaro	105
Figura 37 - Catedral de Santo Amaro – fachada restaurada e Porta Santa	107
Figura 38 - Perímetro de tombamento - Eixo Histórico de Santo Amaro	109
Figura 39 - Estúdio e residência de Júlio Guerra	110
Figura 40 - Edifício da antiga Prefeitura de Santo Amaro	111
Figura 41 - Biblioteca Pública Prefeito Prestes Maia	112
Figura 42 - Escola Estadual Professor Alberto Conte	113
Figura 43 - Estátuas em mármore de Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, no saguão do Edifício	129
Figura 44 - Vista geral da escadaria e das estátuas dos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva, Manuel Preto e Manoel de Borga Gato.	130

Figura 45 - Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera) na Avenida Paulista	133
Figura 46 - Doações para a Campanha do Ouro – Revolução de 1932.....	135
Figura 47 - Cartaz da Revolução Constitucionalista de 1932.....	136
Figura 48 - Propaganda da estrada de ferro Santos-Jundiaí parabenizando o IV Centenário da cidade de São Paulo.....	139
Figura 49 - Propaganda da empresa Tratores Continental S.A.....	141
Figura 50 - Eletrodomésticos Arno: linha em homenagem ao IV Centenário da cidade.....	142
Figura 51 - Inauguração do Parque do Ibirapuera e Monumento do IV Centenário de São Paulo.....	144
Figura 52 - Materiais produzidos com a imagem da Voluta Ascendente.....	145
Figura 53 - Monumento às bandeiras.....	147
Figura 54 - Artista plástico Júlio Guerra e a estátua de Borba Gato	149
Figura 55 - Monumento a Duque de Caxias: um almoço na barriga do cavalo	152
Figura 56 - Estátua da Mãe Preta – Largo do Paiçandu	153
Figura 57 - Paineis Homenagem às Artes	154
Figura 58 – Mural em homenagem aos Romeiros de Santo Amaro.....	155
Figura 59- Cabeça da estátua de Borba Gato modelada em gesso.....	162
Figura 60 - Júlio Guerra esculpindo a mão da estátua de Borba Gato.....	163
Figura 61 - Visita do secretário de Estado do governo paulista à estátua de Borba Gato	164
Figura 62 - Vista geral da estátua de Borba Gato em 1969	165
Figura 63 – Perspectivas da estátua de Borba Gato.....	167
Figura 64 - Faces 1 e 2 do cubo junto à estátua de Borba Gato	168
Figura 65 - Faces 3 e 4 do cubo junto à estátua de Borba Gato	169
Figura 66 - Logotipo do bairro de Santo Amaro no Projeto Identidade SP.....	171
Figura 67 - Estátua de Borba Gato na homenagem do cartunista J. Bosco ao aniversário de São Paulo	173
Figura 68 - Projeto Sobrevivência: estátua de Borba Gato com colete salva-vidas	174
Figura 69 - Intervenção 18 anos do ECA à frente da estátua de Borba Gato	177
Figura 70 - Estátua de Borba Gato pichada em 2015	178
Figura 71 - Estátua de Borba Gato pintada em 2016	179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 LUGARES DE MEMÓRIA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	25
1.1 Reflexões sobre a memória.....	26
1.2 Identidade: um conceito em construção	33
1.3 Os Lugares de Memória	40
2 O BAIRRO DE SANTO AMARO	46
2.1 Da vila ao município	55
2.2 Do município ao bairro	82
3 A ESTÁTUA DE BORBA GATO	115
3.1 O mito do bandeirante e o imaginário regional paulista	115
3.2 Criador e criatura: Júlio Guerra, o bandeirante e a estátua	149
3.2.1 O criador: Júlio Guerra.....	150
3.2.2 A criatura: o bandeirante e a estátua	158
3.3 A estátua de Borba Gato: memória e identidade de Santo Amaro.....	170
4 CONCLUSÃO.....	185
REFERÊNCIAS.....	189

INTRODUÇÃO

O bairro de Santo Amaro está situado na zona sul da cidade de São Paulo. Na confluência de duas avenidas centrais – Avenida Santo Amaro e Adolfo Pinheiro, está localizada uma estátua que representa o bandeirante Manoel de Borba Gato. Revestida de pedras coloridas de basalto e mármore, com 13 metros de altura e 20 toneladas, ela retrata o bandeirante em pé, trajando roupas do século XVII, com o olhar perdido no horizonte e segurando uma espingarda antiga em posição de descanso. O pedestal, revestido de granito rústico, mede aproximadamente 2 metros de altura, totalizando um monumento de 15 metros, o que corresponde a um prédio de cinco andares. Seu gigantismo mostra não uma simples presença, mas uma presença dotada de uma força que possui significados e ajuda a fortalecer a sua existência e os seus sentidos simbólicos.

Ao observar a estátua, que foi inaugurada no início dos anos 1960, pensa-se nos motivos levaram à ereção do monumento a um bandeirante, séculos após o período histórico das Bandeiras. Nesse sentido, a questão que se apresenta é: que relação é possível estabelecer entre o bairro de Santo Amaro e a estátua de Borba Gato? Para responder essa questão, esta dissertação recorre ao conceito de Lugares de Memória, cunhado na obra de mesmo nome, coordenada por Pierre Nora. Ela aborda a memória a partir do estudo de objetos da atualidade, em que a história ainda está presente. Esses objetos constituem lugares de memória em todos os sentidos, tanto de forma material e concreta, como de maneira abstrata, simbólica e funcional.

Os lugares de memória tem sido objeto de múltiplas publicações no Brasil e no exterior porque o desaparecimento da memória nacional, constatada em diversos países, tem levado ao inventário de lugares onde ela seletivamente se encarnou e que, pela vontade dos homens ou trabalho dos séculos, permaneceram como os mais retumbantes símbolos. A partir dessa posição, o estudo da estátua de Borba Gato se apresenta como uma categoria válida para o estudo da memória do bairro de Santo Amaro, em particular, e de São Paulo, em geral.

Esses lugares de memória podem ser analisados em dimensões múltiplas. Dimensão historiográfica, sempre presente, mas também dimensão etnográfica, porque se trata de ver hábitos comunitários vividos no calor da tradição. Psicológica porque é preciso postular a adequação do indivíduo ao coletivo e transportar para o

campo social as noções do inconsciente, simbolização, censura, transferência. Política também, especialmente se se entende por política um jogo de forças que transforma a realidade: a memória é, com efeito, mais um quadro do que um conteúdo, um jogo sempre disponível, um conjunto de estratégias que vale muito menos por aquilo que é do que por aquilo que de fato faz. Como observa Pierre Nora, o estudo polifônico desses lugares não se parece a nenhum outro: modesto e entretanto ambicioso, tradicional ao mesmo tempo que muito novo.

Sob tal enfoque, a percepção de um bairro, a partir dos seus lugares de memória, pertence à rede sociológica de seus moradores, mas também da cidade que abriga esse bairro. No caso de Santo Amaro, um bairro que já foi cidade, há um adensamento de memória em determinados locais, que funcionam como símbolos da identidade coletiva. Dentre os diversos bairros e distritos da cidade de São Paulo, Santo Amaro possui uma história peculiar, cujo início ocorreu por volta de 1560, e está associada a diversos fatos que remontam aos tempos da fundação da cidade de São Paulo. Santo Amaro abriga fatos e monumentos, documentos esses que registram uma história pouco conhecida dos demais paulistanos e, muitas vezes, da própria comunidade santamarense.

O Brasil republicano operou um redobramento da memória espalhado por monumentos múltiplos que não apenas rememoram fatos, mas redefinem a história de acordo com as intenções dos diversos governos. Com a escolha da estátua de Borba Gato, essa dissertação pensa com os símbolos nela inscritos, com sua pedagogia, suas comemorações e com um lugar exemplar da sua contra-memória. Esse monumento, no âmbito da cidade de São Paulo, e especialmente no bairro de Santo Amaro, não é redefinição sintética da memória coletiva, mas ele é como o sujeito dentro do sujeito. Por esse motivo, parece legítimo apresentar a tradição central e indivisível nela inscrita, sem a necessidade de cobrir as réplicas que a compõem; uma vez que nos lugares incontestáveis, inevitáveis e ainda visitados da memória paulistana encontra-se a estátua de Borba Gato. No processo de presentificação do passado, a memória da comunidade exerce um efeito catártico no sentido de registrar fatos que tornem possível a inscrição dos indivíduos no conceito coletivo, que é, de fato, uma estilização da realidade.

Nesse sentido, a interação entre memória e história sobrepõe-se para formar um lugar não apenas digno de lembrança, mas também permeado por um componente político, uma vez que nem tudo se caracteriza como lugar de memória.

Deve-se ter uma 'vontade de memória', o lugar deve ter na sua origem uma intenção memorialista que garante sua identidade. Eles nascem do sentimento de que não há memória espontânea, por isso é necessário criar arquivos, monumentos e outros documentos, como formas de lugares onde ainda se percebe algo de uma vida simbólica. Caminham do mais material e concreto, ao mais abstrato como a noção de linhagem, de gerações ou mesmo de região ou de homem-memória. Algo que ocupa uma extrema significação simbólica, e, ao mesmo tempo, uma representação material de uma unidade de tempo que atua como suporte para lembrar.

Considerando o fato de a estátua retratar um bandeirante, é necessário compreender o fenômeno do bandeirantismo, a partir das Entradas e Bandeiras que marcaram um ciclo importante da história colonial brasileira. Essas atuaram no processo da geopolítica do Brasil, dando as bases para o traçado futuro das fronteiras nacionais. Enquanto as Entradas foram expedições organizadas e preparadas por autoridades do governo colonial ou pela Coroa portuguesa, as Bandeiras eram expedições organizadas e financiadas por particulares, por isso, classificadas por Basílio Magalhães como espontâneas. Essa diferenciação é relevante uma vez que este estudo abordará apenas as Bandeiras e os bandeirantes.

A ereção da estátua a Borba Gato está no âmago desse cenário e constitui, pois, o ponto de observação para se compreender as relações existentes entre a história do bairro, a estátua de Borba Gato como lugar de memória e sua relação com a comunidade. Neste imenso domínio, é preciso ver o conjunto mais dilatado do que o patrimônio propriamente dito, formado por todos os elementos do passado que comandam a economia do presente. Nesse sistema, o monumento aparece como um lugar que condensou a ideia que então se fazia sobre o papel do Estado de São Paulo, de sua grandeza e de suas glórias condensadas na figura do bandeirante.

O nome Bandeira é explicado por Capistrano de Abreu, a partir de um costume tupiniquim mencionado por Anchieta, o de levantar-se uma bandeira em caso de guerra. Essa explicação apresenta alguma lógica quando o início das bandeiras é situado no início dos anos 1560. Nessa época, a Vila de São Paulo do Piratininga foi atacada por índios que, durante alguns anos, causaram vários problemas aos colonos. Como não havia exército na colônia, os próprios colonos

tinham que se defender de alguma forma, assim foram criados grupos paramilitares, que eram chamados popularmente de Bandeiras.

Essas, além de responsáveis pela defesa de vilas, cidades e das terras das colônias; e do seu objetivo desbravador e expansionista; foram expedições que se infiltravam nos sertões para caçar índios que seriam escravizados. Posteriormente, passaram a adentrar os sertões atrás de riquezas minerais, o que resultou nas descobertas de minas de ouro no final do século XVII.

Basílio Magalhães, Afonso Taunay e Capistrano de Abreu ajudam a compreender a forte ligação entre o bandeirantismo e o povo paulista, a partir de circunstâncias étnicas e sociais, consideradas como fatores essenciais para estudo desse fenômeno. A Vila de São Paulo, fundada no interior e com difícil acesso ao litoral, expunha a população ao contato direto com a mata que a cercava por todos os lados. Os paulistas eram, então, obrigados a atravessar as florestas da serra do Mar para se comunicar com o litoral, habituando-se desde cedo à vida aventureira, aos perigos e à fascinação do desconhecido. Do ponto de vista étnico, a geração mamaluca, como os jesuítas chamavam o povo de São Paulo, representava o cruzamento entre a raça indígena e os primitivos povoadores portugueses; resultando na formação de uma raça inteiramente aclimatada às intempéries da região.

A partir do século XIX, o Brasil, com a recente independência e em processo de unificação, possuía uma identidade nacional em formação. Com o processo da independência, tornou-se urgente a elaboração de uma identidade que conferisse à nação recém independente suas características americanas e não de uma Europa de além mar. Desse ponto de vista, os índios, assim como seus predadores bandeirantes, receberam esforços sistemáticos para a concepção desse modelo.

O processo de ocupação do solo, a expansão do território brasileiro e a ampliação das fronteiras nacionais passam a ser as bases do significado de ser brasileiro. E as bandeiras representam esse ideário, embrenhando-se pelos sertões, enfrentando perigos e tendo como personagem central o herói bandeirante numa representação do espírito paulista, e a história narrada de São Paulo passa a retratar também a história do país. Como discurso central e culto personalista, a figura do bandeirante talvez tenha sido a imagem mais próxima de um herói masculino: forte, destemido, corajoso e determinado.

A partir da proclamação da República e do fenômeno de urbanização, a cidade de São Paulo apresenta intenso aumento da sua população e transforma-se na capital do café e um dos primeiros núcleos de industrialização no país. Antônio Celso Ferreira, ao relatar a Epopeia Bandeirante, mostra que a cidade busca um modelo de modernização sem rompimento com as estruturas dominantes, e o imaginário do bandeirante mostra-se uma opção adequada ao momento. Com o término da Primeira República, a figura do bandeirante, como produto da mestiçagem entre portugueses e índios, atinge seu ápice na luta pela hegemonia do governo federativo. O discurso sobre a identidade paulista e o bandeirante adquirem, segundo Kátia Abud, novos contornos com a mobilização do movimento de 1932, visando à derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas. Esse movimento transformou os bandeirantes em símbolos do heroísmo e do vigor da raça, pois todo paulista que se alinhasse à luta seria considerado bandeirante.

Ao fazer um estudo que cruza memória e história, explora-se seletivamente a nossa herança coletiva, que extrai a sua justificação mais verdadeira da emoção que desperta em cada um de nós um resto de identificação vivida relativamente a esses símbolos meio apagados. Como observa Marc Ferro, a imagem que temos de outros povos e de nós mesmos associa-se a histórias contadas quando éramos crianças. Muitas vezes, esses relatos acompanham visitas que realizamos com nossos pais ou professores a monumentos de várias naturezas e nos acompanham por toda nossa existência. Sobre essa imagem, incorporam-se de imediato opiniões que permanecem no tempo e que nós precisamos conhecer ou encontrar em nossa existência. Estudar a estátua de Borba Gato vem ao encontro de compreender a imagem que o monumento representa para a comunidade, bem como os relatos e opiniões que sobre ele são produzidos.

Garcia Canclini, a partir dos seus estudos culturais, traz subsídios para análise da estátua como uma estética monumentalista, presente em muitos espaços latino-americanos, que retrata pontos históricos e expressa os sistemas autoritários da expansão colonial. Ele argumenta que os processos de independência e construção das nações geraram enormes monumentos, em especial de heróis nacionais, destinados a instaurar um repertório de símbolos. Os monumentos estão abertos à dinâmica urbana, portanto, a memória interage com a mudança, heróis são revitalizados graças à propaganda, associados a movimentos sociais e culturais.

Para as relações entre história e memória, adota-se a visão de Nora sobre ser a memória algo vivo, uma vez que ela é vivenciada por sociedades vivas, fundadas em seu nome, permanecendo em perene evolução, aberta à dialética do lembrar e do esquecer. Dessa forma, a memória é um fenômeno perpetuamente atual, que abriga apenas os fatos que nela se encaixam, assumindo as lembranças de acordo com as conveniências de cada caminho ou de cada cenário.

Ainda quanto a memória, este estudo leva em conta a teoria presente nas obras de Maurice Halbwachs e Jacques Le Goff. De acordo com Halbwachs, a memória é um fenômeno coletivo, portanto, apenas percebe o que diz respeito ao grupo como tal. Assim, nossas lembranças permanecem coletivas, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, porque nunca estamos sós, uma vez que temos conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem conosco. Dessa forma, há tantas memórias quanto há grupos, uma vez que a memória é por natureza múltipla, coletiva, plural e, no entanto, individual.

História e Memória de Le Goff apresenta a memória como fenômeno individual, mas também associado à vida social. Essa sociedade é objeto de atenção do Estado, que produz documentos para conservar acontecimentos do passado. Dessa forma, a memória depende do ambiente social e político, cujas regras costumam determinar as maneiras de apreensão do tempo, muitas vezes, manipulando informações. Nessa abordagem, o autor procura uma lógica inerente a tradições culturais e histórias oficiais, resgatando a importância de experiências individuais na construção de um discurso histórico e social.

As representações presentes nesse discurso histórico e social, na construção de identidades, são objeto de análise de Eric Hobsbawm para o qual todos os indivíduos e grupos necessitam de um passado, no entanto, poucas vezes o passado é revelado pela pesquisa histórica. Assim, o passado explica a posição atual na construção da identidade, o que leva à escolha do passado para justificar a construção da nova identidade baseada no conflito atual. Entram em cena as representações, os símbolos que dão significado ao que representamos e tornam possível estabelecer identidades individuais e coletivas. As representações permitem a identificação entre os sujeitos, tanto pela similaridade, como pela diferença.

Uma abordagem da identidade, a partir de perspectivas essencialista e não essencialista, é aportada por Kathryn Woodward. Enquanto numa perspectiva essencialista advoga-se a existência de bases para identidade que não se alteram ao longo do tempo, numa visão não essencialista, diferenças e semelhanças são alteradas ao longo do tempo. Enquanto caráter essencial, a identidade é baseada em história, etnia, classe social, raça, gênero etc.; num caráter divergente, há uma interseção das identidades culturais, políticas e sociais. Por isso a necessidade de se recorrer não apenas à diferença, mas ao que é igual e se mantém ao longo do tempo. Algumas diferenças podem ser mais importantes do que outras, por isso, há uma busca da história para justificar ou explicar as diferenças.

A partir da perspectiva de Hobsbawm, consolida-se a tendência de, sempre que possível, tentar-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado, escolhido e modificado. No entanto, para Woodward, esse passado comum histórico não representa a totalidade da base identitária, pois não existe uma única história. As mudanças sociais geram deslocamentos e deslizamentos, como o significado da história não é fixo, transformam-se as identidades históricas e herdadas. Se a identidade pertence ao imaginário, ao simbólico - o que imaginamos ser, o que representamos; então as identidades são reconstruídas. A questão que se apresenta é analisar a natureza desse sentido do passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

Stuart Hall, ao estudar a identidade nacional, reforça os argumentos de Hobsbawm ao apresentar as nações como comunidades imaginadas, que são perpetuadas pela memória do passado, pelo desejo de viver em conjunto e pela perpetuação da herança. Na desconstrução da ideia de cultura nacional como identidade unificadora, as culturas nacionais são divididas por diferenças internas e unificadas apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural, tornando-se híbridos culturais. Os indivíduos carregam os traços das culturas, linguagens e histórias particulares que as marcaram, no entanto, são obrigados a negociar com as novas culturas, sem se deixar assimilar completamente por elas. As culturas nacionais costuram as diferenças numa única identidade ambígua, entre as glórias do passado e o avanço à modernidade tardia. No estudo da memória e identidade de Santo Amaro, essa ideia de identidade nacional apresenta-se como um ponto de partida para a compreender a construção identitária do bairro a partir de sua memória.

Em síntese, esta dissertação é construída a partir de uma análise interdisciplinar, uma vez que a memória, como fenômeno social em constante transformação, traz à tona o fato de a realidade apresentar múltiplos e variados enfoques, o que torna impossível analisá-la sob um único ângulo, através de uma só disciplina. São chamadas a participar, ao longo deste trabalho, diversas ciências, tais como a história, a sociologia e a antropologia, para citar algumas. Cabe destacar, ainda, que a interdisciplinaridade se apresenta também no estudo da história do bairro, à medida em que são analisados aspectos da economia e demografia, interlaçados a dados estatísticos.

A partir da premissa de um estudo acerca de um bairro, é preciso definir um recorte espacial para o desenvolvimento da pesquisa. À parte as delimitações atuais de Santo Amaro, enquanto subprefeitura e distrito, este trabalho estuda o bairro a partir da sua configuração territorial, desde a origem como aldeamento até a atual situação, descrevendo as diversas transformações territoriais decorrentes das mudanças políticas. Dessa forma, é possível identificar a interação entre história e memória, que se materializa em elementos simbólicos da memória e da identidade da comunidade do bairro.

Para estabelecer os limites desta pesquisa, é necessário destacar dois aspectos fundamentais. O primeiro, está relacionado à história e evolução do bairro, cujos objetivos estão centrados no desenho de um 'pano de fundo' para a apresentação da estátua de Borba Gato como um de seus lugares de memória, portanto, não se pretende apresentar resultados exaustivos acerca da história do bairro. O segundo trata da mitologia bandeirante abordada nesta pesquisa, que não pretende tomar o bandeirante como personagem histórico, uma vez que não faz parte dos objetivos do trabalho estudar o bandeirantismo enquanto fenômeno histórico, mas o bandeirante enquanto personagem central de um imaginário regional.

Expor o resultado de uma pesquisa sobre um único bairro torna-se relevante quando a abordagem utilizada permite relacionar vários fatores históricos, políticos e sociais que dizem respeito ao processo de formação da memória coletiva e da identidade cultural desse bairro. Um estudo que resgata a origem histórica do bairro e sua inserção no movimento bandeirante, contribuindo assim para esclarecer as razões e as implicações de um monumento dedicado a um deles.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa que se filia a História Social e das mentalidades. Essa reconstrução empírica da realidade envolve coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo. Como a realidade não é suscetível de apreensão imediata e sua reprodução exige atividades intelectuais de caráter técnico e lógico, a partir da formulação do problema, é preciso estabelecer o tipo de dados a procurar e como obtê-los, além do tratamento que será utilizado para vincular os dados ao quadro teórico da pesquisa. A estratégia definida para esta dissertação implica o uso do *corpus* como forma de coleta, haja vista a opção por uma abordagem qualitativa no tratamento dos dados coletados. O *corpus*, por sua referência eminentemente qualitativa, tem a finalidade de expor atributos desconhecidos direcionados a perceber os signos, sentidos e representações presentes em uma determinada prática social. Portanto, mostra-se adequado a um estudo que procura relacionar a origem histórica de um bairro a um de seus lugares de memória.

O *corpus* da pesquisa é constituído por dados obtidos por meio de pesquisa documental, ou seja, aquela realizada a partir de documentos contemporâneos e retrospectivos. São utilizadas fontes como a legislação em geral, dados estatísticos, fotografias, mapas e informativos que contribuem para a melhor investigação sobre o tema. A principal justificativa para o uso de documentos nesta pesquisa é que eles permitem acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

A aplicação prática dessa opção metodológica é caracterizada por diversos procedimentos de pesquisa, iniciados com um levantamento histórico a respeito de Santo Amaro, que abrange desde a formação do aldeamento inicial protagonizado pelos jesuítas, passando pelo período em que foi elevado à condição de freguesia, posteriormente assumindo a situação de vila e cidade, e finalmente sendo anexado à cidade de São Paulo e dividido em bairros e distritos. Uma pesquisa constituída a partir de consultas, levantamentos e sistematizações de diversas fontes documentais, principalmente, documentos legislativos, tais como leis, decretos, portarias e resoluções, dentre outros, que remontam à época do Brasil imperial e chegam até o momento atual. A pesquisa histórica atua como suporte ao estudo da evolução geográfica, demográfica, econômica e social de Santo Amaro. Estudo esse

realizado também por meio de mapas, fotografias e outras imagens, além do aporte de dados estatísticos, que permitem um relato do crescimento e do desenvolvimento do bairro.

O sítio Diário das Leis, na seção Portal de Legislação, é uma das fontes selecionadas, pois armazena amplo conteúdo da legislação brasileira, em especial, reproduções da íntegra de conteúdos da legislação que remonta ao Brasil Império. O sítio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo também contribui com uma base de dados organizada e que permite consultar leis, decretos e resoluções estaduais. Outros atos legislativos estão disponíveis no sítio da Imprensa Nacional que armazena reproduções digitais das edições do Diário Oficial a partir de 1990. Desse conjunto de pesquisa, forma-se um arcabouço do histórico do Santo Amaro na abordagem legislativa.

Do Arquivo Histórico Municipal provêm os principais mapas e fotografias da cidade de São Paulo que permitem acompanhar a evolução e as transformações territoriais do município e de seu entorno, ressaltando os aspectos relativos a uma Santo Amaro ainda cidade. Destaca-se, nesse contexto, o álbum de plantas históricas intitulado São Paulo Antigo: Plantas da Cidade, publicado na forma de catálogo impresso em 1954. Em 2008, o álbum foi digitalizado e disponibilizado para consulta pela internet. Ele é composto por reproduções de 11 das plantas da cidade, acompanhadas de um ensaio crítico, cobrindo a configuração da cidade de São Paulo no período entre 1810 e 1897. Merece destaque, ainda, o Acervo Fotográfico, cujas imagens documentam atividades desenvolvidas pela prefeitura da cidade de São Paulo tais como abertura e pavimentação de vias públicas, construção e manutenção de edifícios públicos, promoção e apoio à cultura e à educação, entre outros. Também nesse arquivo, as imagens permitem acompanhar a história de Santo Amaro.

As informações estatísticas sobre o bairro e a cidade foram coletadas do sítio da Prefeitura de São Paulo, na seção denominada Infocidade. Trata-se de um banco de dados com mapas, estatísticas e indicadores sociais, reunidos a partir de fontes das próprias secretarias da prefeitura, responsáveis por serviços diversos oferecidos aos paulistanos, e também de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde. Notas técnicas, organizadas por áreas de interesse, facilitam o entendimento dos conceitos e

indicadores utilizados. Essas informações contribuem para a análise e o desenho do perfil demográfico e socioeconômico do bairro.

O aporte de matérias jornalísticas dá-se principalmente a partir do acervo do jornal O Estado de São Paulo. Em versão digital e com acesso pela internet, essa fonte foi selecionada porque viabiliza a consulta e o acesso de inúmeras edições do jornal, desde janeiro de 1875. A partir dessas matérias, pode-se traçar uma linha do tempo da história de São Paulo em geral, e do bairro de Santo Amaro em particular. Outros jornais e revistas, em versão impressa ou digital, integram o conjunto de fontes de matérias jornalísticas, mas, de maneira mais dispersa.

Em paralelo ao levantamento e estudo histórico do bairro, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, a partir do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Banco de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), utilizando os termos Lugares de Memória, História de Bairros e Santo Amaro-SP. A consolidação dos achados da pesquisa mostra a existência de 312 trabalhos associados aos termos procurados. A análise dos resultados, baseada na leitura dos resumos dos 312 trabalhos, à luz da aderência ao objeto e/ou objetivo desta pesquisa, resultou em 45 estudos selecionados para leitura dos trabalhos completos. Após essa a leitura, os trabalhos selecionados foram utilizados em diversas seções desta dissertação.

Em relação aos trabalhos sobre São Paulo que se aprofundaram no estudo de bairros da cidade, destaca-se a coleção 'História dos bairros de São Paulo', resultante de concursos públicos promovidos pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Prefeitura de São Paulo. Desta coleção, foi publicado um volume dedicado a Santo Amaro.

Dentre os estudos para a compreensão do fenômeno do bandeirantismo, destacam-se os de Alcântara Machado, Basílio Magalhães, Capistrano de Abreu e Affonso de Taunay. Para ampliar essa compreensão, no que se refere à construção do discurso sobre a identidade paulista a partir do bandeirante, evidenciam-se as obras de Katia Maria Abud, Antônio Celso Ferreira e Silvia Lopes Raimundo.

Compreender os significados culturais e simbólicos que a comunidade do bairro de Santo Amaro constrói em relação a estátua de Borba Gato é o eixo central para compreensão das relações entre o bairro e a estátua. Trata-se de captar o ponto de vista da comunidade (atores) em relação ao objeto (estátua), pois é através dos sentidos que a comunidade atribui à estátua, aos símbolos que cercam essa

relação, que se constrói o sentido cultural e as perspectivas identitárias subjacentes. Dessa forma, os exemplos que demonstram a relação da comunidade paulista e santamarense com a estátua de Borba Gato foram obtidos em periódicos e outras publicações disponíveis em meio digital.

Os resultados da pesquisa estão organizados nos três capítulos desta dissertação. O capítulo 1, intitulado Identidade e memória: na abordagem interdisciplinar, trata do estudo dos conceitos teóricos acerca de identidade, memória e dos lugares de memória. Ele está dividido em três partes, das quais a primeira apresenta algumas reflexões sobre memória, nas perspectivas da memória histórica e coletiva. Na segunda, a identidade é discutida como um conceito em permanente construção. A última seção explora os lugares de memória, na perspectiva de Pierre Nora e de outros autores que utilizaram a noção desses lugares na construção das identidades.

O capítulo 2 é denominado O bairro de Santo Amaro. Para apresentar o bairro, o capítulo está dividido em três partes. A primeira parte trata dos aspectos de formação do bairro, demonstrando a evolução desde a origem em aldeamento indígena até a ereção em freguesia. Na segunda parte, são abordados os principais fatos e acontecimentos presentes na sua transformação em município. A terceira parte discute os aspectos políticos e econômicos envolvidos na anexação do bairro à capital, bem como a evolução econômica e geográfica até a conformação atual. Destacam-se alguns componentes relevantes desse histórico que contribuíram para a construção da memória da comunidade.

O capítulo 3, Lugares de memória em Santo Amaro: a estátua de Borba Gato, se propõe a demonstrar o uso social dos lugares de memória tomando por base o monumento a Borba Gato. A primeira seção apresenta a construção do mito do bandeirante, a partir de suas raízes no Brasil colonial, bem como a retomada da ideia do bandeirante como figura central da construção da identidade paulista entre o final do século XIX até a primeira metade do século XX. A segunda mostra a relação entre o artista Júlio Guerra e o bandeirante Manoel de Borba Gato, demonstrando os aspectos biográficos de ambos que resultaram na escolha do bandeirante pelo artista para a construção da estátua em homenagem ao bairro. A terceira trata da articulação do monumento com a comunidade paulistana em geral, e a de Santo Amaro, em específico.

1 LUGARES DE MEMÓRIA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. (NORA, 1993, p.16).

Um estudo que se propõe a analisar e entender os lugares portadores de uma memória particularmente significativa, a saber, os Lugares de Memória do bairro de Santo Amaro, exige uma reflexão acerca de diversos conceitos que se entrelaçam para adequada compreensão desses 'lugares de memória', dentre eles, destacam-se memória e identidade, enquanto eixos centrais de um estudo dessa natureza. Por esse motivo, este capítulo é centrado nesses conceitos. Além de compreendê-los, busca-se ainda conhecer as associações entre eles, particularmente, preocupando-se com o papel que a memória exerce na construção das identidades.

A formação da identidade cultural, enquanto conjunto de valores que definem os indivíduos e o grupo de pertença, tem sido objeto de discussão de diversos autores, muitos argumentam, inclusive, sobre uma crise de identidade a partir da globalização e dos seus reflexos nas sociedades modernas¹. Neste capítulo, o que se pretende é discutir o papel da memória para construção de uma identidade cultural. O argumento que está sendo considerado é que não há identidade sem memória.

Uma vez que todo indivíduo tem consciência do seu passado, fazer parte de uma comunidade humana significa assumir uma posição em relação ao passado individual e o da comunidade, mesmo que essa posição envolva não aceitar o passado ou tentar modificá-lo. Ainda que o passado sofra constantes transformações e que a história seja contestada, a memória, como propriedade de conservar informações, permite ao homem atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele entende como passadas.

¹ Destacam-se, nessa perspectiva, os estudos de Stuart Hall, que abordam a crise de identidade a partir dos processos migratórios; e os de Zygmunt Bauman, cuja abordagem tem como foco o avanço e abrangência das redes sociais virtuais.

A ausência de um passado conhecido, ainda que modificado, distorcido, transformado ou idealizado, pode ser fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidade coletiva, em especial, pelo fato de a maior parte das sociedades considerar o passado um modelo para o presente. Mesmo considerando as mudanças e inovações as quais o passado é submetido no processo de se tornar presente, em alguma proporção, o passado deve estar registrado na memória da comunidade.

Por essas considerações iniciais sobre as associações entre memória e identidade, é possível captar a relevância de um estudo que proporcione, mesmo que de uma forma sintética, uma visão geral de autores que tratam os temas nessa perspectiva articulada.

1.1 Reflexões sobre a memória

Embora este capítulo seja dedicado à associação entre memória coletiva e identidade cultural, é importante descrever sinteticamente alguns conceitos associados à identidade e memória na sua perspectiva mais ampla. Dessa forma, para avançar na análise da construção da identidade cultural a partir da memória coletiva, em primeiro lugar, são apresentadas algumas reflexões sobre memória a partir dos estudos da memória histórica e social; depois, são feitas algumas considerações sobre identidade, inclusive, quanto as identidades que se formam na ambivalência entre o passado e o futuro, na tensão entre o global e o local e na negociação entre o universal e o particular; por fim, apresenta-se o conceito de Lugares de Memória estabelecendo uma articulação entre memória e identidade.

Estudar a identidade cultural de um bairro a partir de um monumento significa buscar a compreensão de como esse monumento, e o personagem que ele retrata, estão inseridos na memória da comunidade. Captar a memória de um coletivo, no entanto, não é um exercício simples. Exige uma reflexão sobre o que é memória, como ela se manifesta individual e coletivamente, a partir da organização das lembranças, que tanto se formam a partir do ponto de vista de uma determinada pessoa, como se espalham dentro da comunidade.

A memória é muitas vezes descrita como a capacidade de lembrar o passado sem, contudo, ser reduzida a uma reconstrução do passado no presente ou às determinações do passado sobre o presente, pois essa capacidade individual de lembrar está associada a aspectos socioculturais. Até mesmo os estudos biológicos sobre memória, que procuram localizar no cérebro espaços responsáveis pelo lembrar, têm passado a considerar o fato de que os indivíduos não são isolados, percebendo e compreendendo o mundo ao se comunicarem uns com os outros (SANTOS, 2002, p. 141).

Estudos interdisciplinares que englobam a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e a psiquiatria demonstram que a memória humana não se limita a reproduzir mecanicamente as lembranças. Concepções mais complexas da atividade da memória no cérebro demonstram que o processo de memória humana não apenas resgata, armazena e ordena os vestígios, mas também realiza uma releitura desses vestígios. Outros estudos interdisciplinares, nas ciências sociais, também contribuíram para modificar as noções primárias da memória coletiva a partir da interligação da Psicologia Social, Antropologia e Etno-história, buscando uma História que tenha por base a memória coletiva considerando também a importância da memória para a definição das identidades (LE GOFF, 2003, p. 387).

Essa concepção de memória chama a atenção para o fato de que a construção da memória requer não apenas lembranças, mas demonstra a necessidade de vestígios, objetos tangíveis investidos de uma história e de um contexto – reais ou imaginários, ao redor dos quais se constrói a memória e a identidade. De certo modo, a memória que se percebe desses objetos provém de ações e de desejos passados, não somente como estão retratados, mas também pela incorporação do passado à convivência com o presente, influenciando a maneira como a comunidade com eles se relaciona. Por analogia, a estátua de Borba Gato, enquanto objeto tangível, se incorpora à paisagem do bairro como um vestígio concreto de uma memória do passado, mas cuja convivência com a comunidade no presente reconstrói essa memória a partir de novos significados.

Halbwachs considera a memória como um fenômeno coletivo, que não percebe o que não seja o grupo que ela une. Segundo ele “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós

estivemos envolvidos [...] porque nunca estamos sós, sempre temos conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.” (1990, p.26). Para o autor, há tantas memórias quanto há grupos, uma vez que a memória é por natureza múltipla, coletiva, plural e, no entanto, individual.

Por um lado, as lembranças ocupam lugar num contexto de personalidade e vida pessoal, sendo vista e percebidas pelo indivíduo apenas nos aspectos que o interessam. Mas há o outro lado, no qual ele se torna capaz de se comportar como membro de um grupo e contribuir para manter lembranças impessoais que interessam ao grupo. Essas duas memórias se cruzam continuamente, para confirmar algumas de suas lembranças e torná-las mais exatas, algumas vezes preenchendo lacunas. Halbwachs (1990, p. 32) vai além, segundo ele, a confiança na exatidão da lembrança individual está apoiada na lembrança de outros, pois quando duas ou mais pessoas recordam fatos passados, cada um contribui com suas lembranças e o fato recordado impregna a memória de todos os envolvidos.

A partir do autor, é possível defender uma concepção de memória individual a partir de construções coletivas em virtude da importância da esfera social. Essas construções coletivas de memórias, que abarcam a lembrança ou o esquecimento, seriam resultantes da coerência e complexidade da vida social. No entanto, cabe destacar que a memória coletiva, apesar de conter de alguma forma as memórias individuais dos integrantes de um grupo, não se confunde com elas. Ela evolui de acordo com suas próprias regras, quando invadida por memórias individuais, essas mudam de aparência quando são incluídas em um conjunto.

A lembrança do passado, portanto, não é o ato individual de recordar, mas o resultado de laços de solidariedade, por conseguinte, só pode existir porque foi constituída em relação a todo um conjunto de noções e convenções comuns, presentes em pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem. A memória coletiva se materializa na continuidade, pois só retém do passado o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Assim, deve ser vista sempre no plural – são memórias coletivas múltiplas, de diferentes grupos sociais situados num contexto espacial e temporal. Sob tal enfoque, é inegável a articulação que se pode estabelecer entre o passado do bairro de Santo Amaro e o processo de construção das memórias da sua comunidade.

A memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. Por outro lado, ela também simplifica a noção de tempo, fazendo apenas grandes diferenciações entre o presente e o passado. Além disso, mais do que em datas, a memória coletiva se baseia em imagens e paisagens. O próprio esquecimento é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. Assim, a memória coletiva reelabora constantemente os fatos.

A memória como fenômeno individual, e também associada à vida social, é abordada por Le Goff (2003, p. 425) como objeto de atenção do Estado, que produz documentos para conservar acontecimentos do passado. Dessa forma, a memória depende do ambiente social e político, cujas regras costumam determinar as maneiras de apreensão do tempo, muitas vezes, manipulando informações. Nessa abordagem, o autor procura uma lógica inerente a tradições culturais e histórias oficiais, resgatando a importância de experiências individuais na construção de um discurso histórico e social.

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente as quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (LE GOFF, 2003, p. 426).

Nesse sentido, pode-se falar de uma memória educável, muitas vezes resultante do resgate de uma memória coletiva que não tem origem, necessariamente, em acontecimentos reais, construídos a partir de textos históricos. Mas uma memória que pode até se originar de imagens, gestos, ritos e festas; em uma conversão do olhar histórico. É a partir dessa abordagem que a memória coletiva pode ser definida como resultado de tudo o que foi vivido no passado pelos grupos, ou, ainda, aquilo que os grupos apreenderam e decodificaram como sendo o seu passado. As imagens evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos

que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. Por esse motivo a necessidade de elementos tangíveis, uma vez que somente a nostalgia não seria suficiente para rememorar o passado.

A limitação da memória ao presente conduziria a uma perda do conjunto que permite compreender o ambiente, assim, imagens concretas do passado remetem ao sentimento de identidade e evocam aspectos da memória coletiva. Ampliam-se, desse modo, as possibilidades de construção de sentidos e significados da memória de Santo Amaro, tomando por base a imagem concreta de um monumento presente, por mais de meio século, num ponto central do bairro.

Uma outra contribuição para reflexões sobre a memória é encontrada na História das Mentalidades, cujo objeto de estudo é o coletivo, ou seja, a mentalidade de um indivíduo é o que ele tem em comum com outros homens do seu tempo. A mentalidade se define como um ponto no qual cruzam-se exigências opostas, tais como individual e coletivo, longo tempo e cotidiano, inconsciente e intencional, estrutural e conjuntural. Dentre os fenômenos essenciais no domínio das mentalidades, destacam-se as tradições, isto é, as maneiras pelas quais se reproduzem mentalmente as sociedades. (LE GOFF, 1995, p. 70),

A história das mentalidades não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de crenças, de valores, no seio dos quais as mentalidades são elaboradas; ou seja, a partir das memórias coletivas. Memórias essas, constituídas, muitas vezes, não de fenômenos objetivos, porém da representação desses fenômenos, alimentando-se muitas vezes do imaginário, influenciando a vida prática dos indivíduos e a articulação entre indivíduo e sociedade. Sendo o nível da história das mentalidades aquele do cotidiano, ele escapa às particularidades individuais e revela a impessoalidade do pensamento coletivo que se entranha no individual, fazendo da mentalidade a testemunha coletiva de uma época.

É oportuno, nessa reflexão acerca da memória, resgatar a relação de oposição entre história e memória estabelecida por Nora (1993, p.8). A memória, portadora de uma herança que dá sentido e forma, é viva e dinâmica, é

[...] ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e todopoderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e dos mitos [...] (NORA, 1993, p. 9).

Enquanto narrativa, a memória tende a cumprir o papel que o mito tem nas sociedades tradicionais, ou seja, fundamentar e organizar. Como algo vivo, ela é vivenciada por sociedades vivas, fundadas em seu nome, permanecendo em perene evolução, aberta à dialética do lembrar e do esquecer. Nesse processo dinâmico, a memória é, muitas vezes, inconsciente das sucessivas deformações as quais está exposta, pois é vulnerável a manipulações e apropriações.

A história é o correspondente em oposição, como narrativa unificadora ela separa e seleciona os fatos. Petrifica, congela e, sobretudo, mata os momentos de memória, pois coloca o passado como algo distante e misterioso, portador de uma aura que deve ser sempre analisada, criticada e revista. A história cria uma identidade universal que precisa ser absorvida em contraponto às várias identidades fragmentadas, cada qual com sua memória específica.

Outra distinção entre história e memória está no fato de a história trabalhar com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reação que o fato causa no indivíduo. A memória recupera o que está submerso, seja do indivíduo, seja do grupo, e a História trabalha com o que a sociedade trouxe a público.

Ao concordar com as reflexões de Halbwachs, acerca do caráter coletivo da memória, Nora (1993, p. 12) atribui à memória a capacidade de surgir de um grupo, ao mesmo tempo em que o une. De tal forma, existem tantas memórias quantos grupos existirem, sendo a memória dotada de natureza múltipla, coletiva e plural; e ao mesmo tempo, individualizada.

Para completar as reflexões sobre memória, é importante alguma análise sobre o passado e sua associação com a memória. É exatamente sobre o sentido do passado que Hobsbawm (2013, p.26) escreve um dos ensaios que integra a obra *Sobre História*, a partir da convicção de que todos os seres humanos conhecem o seu passado, assim como todas as sociedades são constituídas por pessoas de alguma coletividade que já conta com uma história. O indivíduo, para integrar uma

comunidade, necessita situar-se em relação ao seu passado e o da comunidade, ainda que apenas para rejeitá-lo. É evidente que o presente não é uma cópia do passado, entretanto, há uma parte relevante da atualidade na qual o passado exerce sua autoridade, aquela na qual a história ou a experiência atua de forma semelhante ao tempo dos antepassados. É a força da atração do passado como continuidade e tradição.

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência e da memória humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. Aquilo que se costuma classificar como tradição própria a um grupo, para Candau (2011, p. 24), é a combinação entre a transmissão da memória coletiva e individual que interagem uma sobre a outra, construindo um sistema organizado de pensamentos e ações, o qual deve estar de acordo com o presente de onde obtém sua significação. A tradição se mostra autêntica, e confere aos membros de um grupo o sentimento de compartilhamento, em um universo de significações coletivas na qual as experiências cotidianas inscrevem os indivíduos e os grupos numa ordem necessária e preexistente aos indivíduos e aos grupos.

Na experiência de viver as diversas formas de relação com o tempo passado, apesar de não ser possível de tudo lembrar, o esquecimento funciona muitas vezes de forma seletiva. Uma rejeição ao passado recente pode inspirar o interesse pelo mais longínquo, da mesma forma que não aceitar um passado histórico pode conduzir a construção de um passado recente muitas vezes imaginário. O medo do vazio que caracterizaria as sociedades modernas, marcadas pelo individualismo, multiplica o desejo de memória e os dispositivos memoriais visando manter o sentimento de compartilhamento, de um laço social possível.

É nesse cenário que o significado de um objeto concreto, que ancora um lugar ao passado, é produzido tanto por interesses atuais como pela história ocorrida, e o grau de sobrevivência desse passado depende da memória coletiva. De tal sorte que investigar a memória da comunidade de Santo Amaro, tendo como referência um monumento, pressupõe a apreensão do significado desse objeto concreto tanto no passado, como no momento contemporâneo da vida urbana do bairro.

1.2 Identidade: um conceito em construção

Uma argumentação sobre a identidade pode ser iniciada a partir de Hall (2014, p. 112), no seu ensaio 'Quem precisa de identidade?'. Nesse ensaio, o autor questiona conceitos tradicionais nos quais o indivíduo constrói sua identidade a partir da ideia de que um indivíduo "é" na sua essência, construção feita a partir do grupo ao qual pertence. Hall recorre a Freud, Foucault, Derrida, Althusser e outros para questionar e problematizar as questões de identidade e identificação, discutindo a construção de fronteiras que congregam sujeitos num grupo, excluindo e marginalizando aqueles que não o integram. A construção de fronteiras gera a dicotomia da exigência do excluído para a formação da identidade daquele que está dentro das fronteiras (o que sou depende de definir o que não sou), uma vinculação às relações de poder: diferença e exclusão em vez de unidade idêntica. A interpelação ou convocação é o que levaria o sujeito a assumir a sua posição no campo social, tendo a ideologia papel relevante nessa convocação.

Dessa forma, a ideologia teria duplo papel na construção das práticas discursivas e na construção do sujeito. Em sua função de reproduzir as relações sociais e constituir o sujeito, a ideologia influencia a escolha do indivíduo e atua na formação das práticas discursivas do campo social. Esse processo se faz por meio da articulação (sutura), uma vez que envolve assumir o papel e ao mesmo tempo investir nesse papel ao qual foi convocado, numa articulação entre o eu e o outro.

A sutura do que eu com o outro, na formação do grupo que identifica quem está dentro, é o que define os espaços vagos entre as costuras. Não proporciona homogeneidade e requer o que ficou fora da fronteira, ou seja, não há um ajuste completo. Se uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-de-sujeito exige não apenas que o sujeito seja 'convocado', mas que o sujeito invista naquela posição, então a suturação tem que ser pensada como uma articulação e não como um processo unilateral. Sob esse ponto de vista, pensar a identidade cultural de um bairro como Santo Amaro, que já foi cidade, pressupõe a compreensão da forma como se procedeu a sutura entre a posição dos sujeitos cidadãos santamarenses e a de paulistanos que agora são.

Uma abordagem da identidade, a partir de perspectivas essencialista e não essencialista, é aportada por Kathryn Woodward (2014, p. 9-11). Enquanto numa

perspectiva essencialista advoga-se a existência de bases para identidade que não se alteram ao longo do tempo, numa visão não essencialista, diferenças e semelhanças são alteradas ao longo do tempo. Enquanto caráter essencial, a identidade é baseada em história (etnia), classe social, raça, gênero etc.; num caráter divergente, há uma interseção das identidades culturais, políticas e sociais.

A autora sustenta a necessidade de se recorrer não apenas à diferença, mas ao que é igual e se mantém ao longo do tempo. Algumas diferenças podem ser mais importantes do que outras, por isso, há uma busca da história para justificar ou explicar as diferenças. O passado explica a posição atual na construção da identidade, o que leva à escolha do passado para justificar a construção da nova identidade baseada no conflito atual. Entram em cena as representações, os símbolos que dão significado ao que representamos e tornam possível estabelecer identidades individuais e coletivas. As representações permitem a identificação entre os sujeitos, tanto pela similaridade, como pela diferença. Essa abordagem torna plausível uma relação entre o passado e o presente da comunidade santamarense, no processo de construção identitária e do sentimento de pertencer, e a estátua de Borba Gato; cujo personagem extrapola os limites oficiais impostos à região, avançando da antiga cidade ao bairro atual.

As representações e os passados escolhidos, na construção de identidades, também são objeto de análise de Hobsbawm (2013, p. 37) para o qual todos os indivíduos e grupos necessitam de um passado, no entanto, poucas vezes o passado é revelado pela pesquisa histórica. O nacionalismo é citado como exemplo de uma cultura de identidade ancorada no passado por meio de mitos disfarçados de história; muitas vezes, esquecer ou interpretar mal a história é um fator essencial na formação de uma nação. Mito e invenção, segundo o autor, são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável.

As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes (HOBSBAWM, 2012, p. 11, grifo nosso).

Dialogando, ainda, com Hobsbawm (2012; 2013), encontra-se o sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiências e memórias, cuja importância é mantida mesmo naqueles que cultivam a inovação. Um passado por vezes criado pela memória da coletividade e que constitui uma tradição inventada, um conjunto de práticas reguladas por regras explícitas ou implícitas. São práticas de natureza simbólica que tem por objetivo reiterar valores e normas de comportamento por meio da repetição, em uma continuidade em relação ao passado.

Cabe traçar um paralelo dessa continuidade com a oposição passado-presente discutida por Le Goff (2013, p. 202), considerada ponto central na aquisição da consciência do tempo. Contudo, o exame da temporalidade reforça o fato de que a oposição presente-passado não é um dado natural, mas sim uma construção. A visão de um mesmo passado muda segundo as épocas e que o indivíduo está submetido, ao tempo em que vive. Assim, o interesse pelo passado está em esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente, no qual a identidade é construída. Essa dependência da identidade do passado em relação ao presente é inevitável, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tomar presente. A relação entre presente e passado no discurso sobre a identidade é um aspecto essencial nos estudos que se propõe a compreender a articulação entre memória e identidade.

A partir das perspectivas de Hobsbawm (2012, 2013) e Le Goff (2013), consolida-se a tendência de, sempre que possível, tentar-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado, escolhido e modificado. No entanto, para Woodward (2014, p. 58), esse passado comum histórico não representa a totalidade da base identitária, pois não existe uma única história. As mudanças sociais geram deslocamentos e deslizamentos, como o significado da história não é fixo, transformam-se as identidades históricas e herdadas. Se a identidade pertence ao imaginário, ao simbólico - o que imaginamos ser, o que representamos; então as identidades são reconstruídas. A questão que se apresenta é analisar a natureza desse sentido do passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. Esse enfoque, em especial, mostra-se essencial para compreender a construção identitária de um bairro que foi cidade, e que apresenta

uma rica história pontuada por elementos simbólicos e significativos de um passado recente.

Essa questão leva a um outro conceito que merece ser explorado: o da crise de identidade, abordada por Hall (2006a, p. 19) no ensaio *A Identidade em Questão*, no qual ele se propõe a avaliar a identidade cultural e a existência de uma chamada crise de identidade, cuja origem está situada na mudança estrutural das sociedades com a fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, consideradas as bases, a essência para situar o indivíduo na sociedade.

A perda da estrutura, ou a representação de uma perda da essência, reconstitui a memória enquanto faculdade que constitui a identidade pessoal e permite ao sujeito se pensar detentor de uma essência que permanece estável no tempo. Pode, ainda, pensar que o grupo ao qual pertence é detentor de uma essência tendo a mesma propriedade. Ademais, para Candau (2011, p. 110) há uma regra implícita que os membros de um grupo devem pressupor a existência de uma memória compartilhada que ancore a sua identidade. Mas não é suficiente ter uma identidade, é necessário que a narrativa que suporta essa identidade seja considerada autêntica. O imaginário da autenticidade passa pela inscrição em uma tradição que remete a representação de um conteúdo, já que o essencial não é que a reiteração do passado seja fiel mas acreditar que está de acordo com a tradição.

Do ponto de vista da identidade nacional, Hall (2006b, p. 50) reforça os argumentos de Hobsbawm (2013, p. 367), acerca do conceito de identidade nacional, ao apresentar as nações como comunidades imaginadas, que são perpetuadas pela memória do passado, pelo desejo de viver em conjunto e pela perpetuação da herança. Na desconstrução da ideia de cultura nacional como identidade unificadora, as culturas nacionais são divididas por diferenças internas e unificadas apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural, tornando-se híbridos culturais. Os indivíduos carregam os traços das culturas, linguagens e histórias particulares que as marcaram, no entanto, são obrigados a negociar com as novas culturas, sem se deixar assimilar completamente por elas. As culturas nacionais costuram as diferenças numa única identidade ambígua, entre as glórias do passado e o avanço à modernidade tardia.

As lembranças guardadas de cada época da vida se reproduzem sem cessar e permitem que se perpetue o sentimento da identidade. No vazio da memória sem lembranças o sujeito é aniquilado. As ideologias que prevalecem nas memórias coletivas produzem, pela distinção, as identidades sócias. Em outras palavras, é a memória que funda as identidades (CANDAUI, 2011, p. 156). No quadro de estratégias identitárias os indivíduos operam escolhas sempre no interior de um repertório flexível e aberto: representações, mitos, crenças, ritos, heranças etc.; ou seja, no interior de um registro da memória. Se a memória participa da construção da identidade, por outro lado ela molda predisposições que vão levar os indivíduos a incorporar aspectos particulares do passado, selecionando memórias que dependem das representações feitas para sua identidade construída no interior de uma lembrança.

Na discussão sobre identidade e modernidade tardia (ou pós-modernidade), Bauman (2005, p. 19) introduz o conceito de identidades líquidas, associado a uma modernidade líquida resultante da globalização, considerada como uma forma de mudança radical e irreversível, uma grande transformação que afetou estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro. Quando a identidade perde as âncoras sociais – família, religião, trabalho e Estado - que faziam o sentido de pertencer natural e espontâneo, a identificação se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam um grupo a que possam se filiar.

Nesse contexto de uma modernidade líquida, a construção da identidade torna-se um processo contínuo de inventar e reinventar a própria história. Uns escolhem o caminho da identificação, constroem e reconstróem as identidades a partir de escolhas múltiplas. Uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria uma limitação a liberdade de escolha. Outros não tem acesso à escolha e definem sua identidade pela rejeição daquilo que os outros desejam que eles sejam. Mesmo nesse contexto líquido e em permanente mudança, Bauman (2005, p. 20) restitui o papel do passado e da memória na construção da identidade ao afirmar que o processo contínuo de inventar e reinventar a própria história resulta em identidades ambivalentes, construídas num ponto que conjuga a nostalgia do passado a uma busca por alinhamento à modernidade líquida.

Em Garcia Canclini (2005, p. 71), observa-se também que a questão da identidade, como uma construção em narrativa, quase sempre se referiu à apropriação de um território por um povo que constrói sua independência. Narrativas de pessoas que defendem esse território, buscam estabelecer a ordem em seus conflitos e proteger as legítimas formas de vida em que se destacam dos demais. Livros escolares e museus, rituais cívicos e discursos políticos eram dispositivos nos quais a identidade de cada nação foi construída e a narrativa se consagra.

A evolução dos meios de comunicação levou a um papel central desses meios não só nos processos culturais e econômicos, mas no estabelecimento de mudanças estruturais na sociedade como um todo. As redes globalizadas de produção e circulação simbólicas passam a definir tendências e estilos nas diversas instâncias culturais. Nota-se, então, que a construção da identidade dos sujeitos não se faz apenas a partir da cultura em que nasceram, mas também de uma enorme variedade de repertórios simbólicos e modelos de comportamento. Mais do que nas artes, na literatura e no folclore – que durante séculos produziram os signos de distinção das nações – os referentes de identidade se formam agora a partir da relação dos sujeitos com os repertórios textuais e iconográficos gerados pelos meios de comunicação e com a globalização da vida urbana.

Por consequência, estudar a identidade de um bairro situado numa região metropolitana, como a de São Paulo, apresenta alguns desafios. A memória urbana torna-se algo em disputa, entre o passado e o presente, a tradição e a inovação. Reconstruir a memória urbana de um bairro ou cidade significa buscar e selecionar origens e novas perspectivas; considerando a importância da memória como fator de consolidação da identidade da população com o ambiente.

Utilizar o conceito de Lugares de Memória, como eixo articulador entre memória e identidade, decorre da ideia de Nora (1993, p. 10) sobre a ritualização desses espaços na esperança de que isso possa reunificar o indivíduo fragmentado com o qual lidamos na sociedade contemporânea e subsidiar a construção das identidades. Esse eixo articulador é utilizado a partir das sínteses acerca de memória e identidade a seguir.

A identidade, enquanto uma construção em narrativa, e que se desenvolve num processo contínuo, porém não linear; não pode ser comparado a uma linha

reta, pois possui avanços e recuos, mudanças de rumos, idas e vindas. As lembranças são elementos essenciais dessa narrativa, constituindo um alicerce sobre o qual indivíduos e grupos edificarão essa construção. Os fatos coletivos, ao se juntarem às impressões dos indivíduos, introduzem em sua memória pontos de referências para situar-se em relação ao outro. E nessa relação entre o “eu” e o “outro”, entre o individual e o coletivo, as identidades são construídas e reconstruídas.

A memória, enquanto uma propriedade que permite conservar lembranças e impressões, atua como elemento essencial na edificação da identidade. A memória é viva, atual, vivida no presente; cabendo assim uma atualização da lembrança e do passado, uma conquista do presente em relação ao passado e que caminha para o futuro (LE GOFF, 1995, p. 74). No entanto, a memória coletiva não se configura apenas como uma conquista, mas também como um instrumento e um objeto de poder. Um campo no qual as sociedades lutam pela dominação da recordação e da tradição enquanto manifestações da memória.

Assim, um dos maiores desafios para se pensar a identidade cultural nos tempos atuais está na compreensão do fenômeno da globalização, estudar e entender o modo como são produzidas as relações de continuidade e ruptura entre sistemas locais e globais, tradicionais e ultramodernos. O desafio de compreender de que forma a memória coletiva está sendo produzida e armazenada, registrada em documentos diversos; mas indo além, captar o que foi estabelecido como digno de ser recordado.

A transformação da memória coletiva implica uma mudança que mantém uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e renovação. Valorizando o novo em detrimento do antigo, o futuro em vez do passado. A ambivalência, para Hall (2016b, p. 51), brota da busca, dessa mesma coletividade, por sinais de reconhecimento e pertencimento numa sociedade que tende a reconhecer indivíduos iguais, ratificando a identidade cultural baseada na diferença e na exclusão daquele que se mostra diferente.

Como resultado dessas reflexões e considerações, percebe-se uma efetiva articulação entre memória coletiva e identidade cultural. Ainda que as mudanças provocadas por um mundo interconectado tenham deslocado as estruturas sociais

que outrora serviam de base à construção da identidade, as memórias coletivas resgatam o passado e as lembranças. E as identidades se produzem a partir daí, aceitando ou rejeitando esse passado e essas lembranças registrados na memória; porém, de maneira alguma, desconectada ou desarticulada.

1.3 Os Lugares de Memória

No cenário de conflito entre passado e presente, história e memória, Nora (1993, p. 13) apresenta os Lugares de Memória como uma resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo, na sua busca por pertencer. São esses lugares, antes de tudo, um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de identificar uma origem, um nascimento. Se não existe uma memória espontânea e verdadeira, existe a possibilidade de se acessar a uma memória reconstituída que proporcione o sentido necessário de identidade. Em resumo, lugares nos quais se possa ancorar a memória.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais". (NORA, 1993, p. 13).

Nota-se que a imagem do autor sobre os lugares de memória se configura fundamentalmente em espaços onde a ritualização de uma memória histórica pode ressuscitar a lembrança. Portanto, por este critério, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Pode-se observar, com esse discurso, que esses lugares se mostram como o único meio de acesso da sociedade a sua memória formadora, organizadora e portadora de sentidos; encaixando-se dentro da crise pela qual passa as formas de conhecimento.

Pelo exposto, são lugares que contribuem para a persistência estabilizadora do lugar que contém experiências e que conduzem à aglutinação de uma memória social, ancorando tradições para indivíduos e comunidades e contando a história do

bairro ou cidade. Essa memória se relaciona com a capacidade humana de se conectar ao ambiente, de se portar como um fator chave que auxilia os indivíduos de uma comunidade a definir seu passado comum. Essa memória, atrelada ao lugar, leva ao compartilhamento desse passado comum por comportar traços culturais da comunidade. Sob esse enfoque, certamente um monumento histórico – assim como a estátua de Borba Gato, pode ser um lugar de memória e funcionar como um ponto de observação para a compreensão da memória e da identidade da comunidade no qual está inserido.

A propósito dessas afirmações, os lugares de memória são essencialmente meios, meio de acesso a uma memória, que não é memória, é história, porque está reconstituída através de vestígios e, mais importante, uma memória que é reivindicada e não espontânea. Essa memória não é mais construída no grupo, mas para o grupo e pela história, para que este possa nela encontrar elementos que legitimem sua ação política no presente.

Para Le Goff, a história fermenta a partir do estudo dos lugares da memória coletiva, tais como:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações. (LE GOFF, 2013, p.433).

Todavia, essa é apenas uma pequena fração para exemplificar, há uma complexidade maior na obra de Nora e um vasto universo de lugares de memória, tais como: símbolos, monumentos, a pedagogia com suas enciclopédias e dicionários, as heranças como os santuários régios e as relíquias monásticas, as paisagens, o patrimônio, o território e mesmo a própria língua, que realiza memória em si mesma ao trazer consigo traços de grupos específicos e da humanidade como um todo. Onde existe o humano, pode-se dizer que a memória se estabelece, gerando os seus lugares. Desde as células familiares, que organizam sua memória através de recursos os mais diversos como as genealogias e os álbuns de fotografias, até as grandes Nações que erguem museus e arquivos para dar visibilidade à sua própria identidade.

No século XVIII, segundo Le Goff (2013, p. 419), o surgimento de Dicionários e Enciclopédias – como forma de acumulação de memória, ocupam espaço como lugares de memória e iluminam uma questão importante para os historiadores da memória, que é precisamente a da dinâmica da dialética de lembranças e esquecimentos que se atualiza na memória coletiva, fazendo surgirem novos lugares de memória em detrimento de outros, e deslocando certos lugares de memória do centro para a periferia, e vice-versa. Nesse período, percebe-se o declínio da comemoração dos mortos, e os túmulos, mesmo os dos reis, tornam-se muito simples.

Desse universo de lugares de memória, ao considerarmos o objeto desta pesquisa traduzido numa estátua, é cabível destacar a categoria de monumento. Tal consideração leva aos tipos de materiais envolvidos na memória coletiva, como documentos e monumentos. Levando em conta que o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelos que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, e pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa; os monumentos são as heranças tangíveis do passado, em oposição aos documentos como escolha dos historiadores.

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*meminī*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (LE GOFF, 2013, p.485-486).

Com o propósito de classificar os monumentos, a história mostra uma especialização em dois sentidos: monumentos funerários destinados a perpetuar a recordação de uma pessoa já morta; e as obras comemorativas de arquitetura ou de escultura, nas quais pode-se enquadrar a estátua de Borba Gato.

Ainda na categoria monumento, Garcia Canclini (2008, p. 167), apesar de não utilizar o conceito lugares de memória, traduz seu significado ao afirmar que a memória e identidade têm seu santuário nos monumentos, que apresentam coleções de heróis, cenas e objetos fundadores. Posicionados em território público,

que não pertence a ninguém em particular, mas a todos sem exceção; os monumentos tornam-se símbolos da identidade, algo que não mais existe, mas que é resguardado e acena à origem da comunidade.

Esses monumentos se justificam como lugares onde se reproduz o sentido de viver juntos, de coletividade, de memória compartilhada. Autênticos lugares de memória, pelo fato de representar um patrimônio de memória, que leva em conta o uso social do espaço no qual o monumento se instala e que pode demonstrar a visão complexa de como a comunidade se apropria de sua história. São lugares que pertencem à população, a qual participa da sua transformação de modo mais ou menos ativo, e que constitui um reservatório de memória acumulada. Não sendo meros registros históricos do passado, correspondem a lugares de memória enquanto realidade material e mental; e revelam dois tempos, o tempo longo, guardião de memórias; e o tempo breve do acontecimento. Construídos entre o passado e o presente, evocam os dois tempos e as duas realidades,

[...] não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas o traço dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos por eles mesmos, mas sua construção no tempo, o apagamento e o ressurgimento de seus significados; não o passado tal como se passou, mas seus reempregos permanentes, seus usos e desusos, sua pregnância sobre os presentes sucessivos; não a tradição, mas a maneira como se constituiu e foi transmitida. Logo, nem ressurreição, nem reconstrução, nem mesmo representação; uma rememoração. Memória: não a lembrança, mas a economia geral e a administração do passado no presente. Uma história da França, portanto, mas de segundo grau. (NORA, 1997, apud GONÇALVES, 2012, p. 35).

A propósito dessas afirmações, o monumento a Borba Gato é uma imagem de suporte da cultura local, pois armazena marcas, sinais e inscrições da natureza humana, que contam a história do lugar que o contém, cuja identidade lhe confere a capacidade narrativa. Ao acessar alguns dos seus múltiplos significados, abre-se uma porta que permite compreender os diversos processos sociais e culturais impressos como traços e vestígios a serem decifrados. A análise do passado não remete a desvendar mistérios ou interpretar todas as ações ocorridas no tempo, mas levantar questões importantes para compreender uma comunidade e o espaço por ela desenhado e utilizado, seja no presente ou no seu passado.

As questões que se estabelecem estão relacionadas às escolhas do que recordar, pois,

[...] se existe sempre alternativa entre memória e esquecimento, é sem dúvida porque nem tudo o que é memorizável é memorável, sobretudo porque nem tudo pode sê-lo. O tempo só tem realidade na medida em que possui um conteúdo, quando oferece uma matéria de acontecimentos ao pensamento. O que supõe que sejam estabelecidos acontecimentos e que estes sejam objeto de escolha. Na escolha dos acontecimentos destacados, esse ordenamento das referências memoriais, é preciso observar o trabalho de construção da identidade que se vai fundar sobre os *memoranda*, quer dizer, as coisas 'dignas de entrar na memória'. (CANDAU, 2011, p. 94).

Em se tratando do monumento em estudo, é possível situar acontecimentos da história do bairro que destacaram o bandeirante como digno de memória. Indo além, na construção da identidade do bairro, a estátua se mostra um legítimo lugar de memória. O fenômeno do bandeirismo, e o mito do bandeirante (como serão abordados no capítulo 3) foram escolhas realizadas dentre as opções possíveis para ereção de um monumento em local de destaque da região.

O momento original, a causa primeira, é sempre um desafio para a memória e a identidade, razão pela qual a referência à origem é uma invariante cultural. Os acontecimentos que determinam a origem de uma comunidade, denominados de mitos de origem, estão situados fora do tempo atual. Acerca desses mitos, são utilizadas expressões como: há muito tempo, no começo, naquele tempo, em tempos passados; que condicionam o hoje do narrador. Desse modo, os beneficiários do mito se percebem como um grupo formado em torno dele, tem por efeito dotar esse grupo de sua identidade em relação aos outros.

Se os lugares de memória são, antes de tudo, restos, marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 19); há uma profunda afinidade entre o vestígio deixado e a recordação transmitida e recebida. O vestígio designa, em função de sua materialidade inscrita no presente, a exterioridade do passado, que, dessa forma, se inscreve no tempo do universo. Ele indica o aqui, no espaço, e o agora, no presente. É o caso da estátua que se estuda neste trabalho, configurada como vestígio do passado.

O significado do passado permanece preservado em seus vestígios, trazidos ao tempo presente e interpretados no presente numa cadeia de significação. Assim,

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham 'qualquer coisa' em comum. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer. (NORA, 1997, apud GONÇALVES, 2012, p. 34)

Portanto, são lugares responsáveis não só por compreender os processos de produção social de memórias (configuradores desses lugares), como por examinar o seu papel na construção e na consolidação das narrativas de caráter identitário. Ou seja, a lembrança é a imagem que se produz do passado, ou o que se imagina como imagem deste passado no presente.

Trata-se, portanto, da possibilidade de a estátua do bandeirante transmitir informações sobre a história do seu uso, sobre a relação de apropriação e vivência estabelecida ao longo do tempo com as comunidades - santamarense e paulistana, que sucessivamente a transformaram e sobre os significados que essas comunidades lhe foram atribuindo. Como também a memória e identidade que se pode ler, escutar e compreender de modo a decifrá-la e interpretá-la desvelando seus atributos e recuperando a sua memória fragmentada.

2 O BAIRRO DE SANTO AMARO

Do Borba Gato para o Sul é Santo Amaro até Itanhaém.
(BERARDI, 2005, p. 50).²

Contar a história de Santo Amaro significa buscar as próprias origens coloniais brasileiras. Na América Portuguesa, não se tratava de povoar, mas sim de conservar a posse de um vasto território dotado de uma população indígena dispersa em núcleos nômades de pequeno e médio porte, além de estarem numa economia baseada na coleta, caça e pesca. A partir de 1530, a Coroa deu-se conta de que seria preciso povoar o imenso território que o acaso, ou a intencionalidade, lhe puseram nas mãos. Para isso, concebeu um projeto de ocupação da costa a fim de resistir aos ataques de outros povos europeus, cegando os caminhos para o interior. A ocupação territorial vai sendo produzida por meio de arraiais, freguesias, vilas e cidades; normalmente desenvolvidas a partir de capelas ou vendas de beira de estrada.

A diferenciação hierárquica entre vilas e cidades era estabelecida por influência do poder eclesiástico, em uma sociedade marcada pela presença da Igreja, que estabelecia a formação territorial (FRABRETTI, 2008, p.55). São Paulo, como sabemos, foi o primeiro núcleo territorial organizado serra acima e que inaugurou a ocupação territorial do interior brasileiro. Foi nesse contexto que se deu a instalação núcleo da Vila de Piratininga (atual cidade de São Paulo) e de todo seu cinturão de aldeamentos, dentre os quais, está Santo Amaro.

A história de Santo Amaro tem início quase simultâneo ao da cidade São Paulo, cuja origem está articulada ao papel de evangelização e educação de índios e mamelucos assumido pelos jesuítas. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, junto com Tomé de Sousa, liderados pelo padre Manoel da Nóbrega. Em 1550 deu-se a fundação do Colégio da Companhia de Jesus em São Vicente. Poucos anos depois, os jesuítas avançaram para o planalto e fundaram o Colégio de São Paulo, do Campo de Piratininga, em 1554, embrião da cidade de São Paulo. A partir

² A frase é atribuída a Júlio Guerra, artista que construiu o monumento, numa alusão a uma Santo Amaro ainda cidade e que fazia divisa com a cidade de Itanhaém no litoral sul paulista.

de 1560, o projeto jesuíta de aldeamento e constituição de missões ganha força, com uma estrutura na qual o indígena, submetido ao cristianismo, dá continuidade ao trabalho nas roças e lavouras iniciadas pelos colonos portugueses. Nos arredores de São Paulo, formaram-se os aldeamentos de Guarulhos, São Miguel, Itaquaquecetuba, Pinheiros, Embu, Carapicuíba, Baurueri, Nossa Senhora do Ó e Santo Amaro, constituídos por uma população mestiça, na qual índios, colonos portugueses e clérigos da Companhia de Jesus formam os três principais grupos.

O aldeamento que originou Santo Amaro foi a aldeia dos Guaianases, do Cacique Caá-ubi, que existia à beira do Rio Jurubatuba³, na localidade por eles denominada Ibirapuera⁴ (BERARDI, 1969, p. 24). Em 1560, os jesuítas tomaram posse de uma área situada na confluência dos Rios Jurubatuba (ou Geraibatiba) e Guarapiranga, uma região bastante plana, em sua maioria de campinas, e apenas nas várzeas dos rios havia mata fechada. Eram duas léguas de terra doadas pelo Capitão Francisco de Moraes, iniciando o processo colonizador da região.

Os arquivos da Diocese de Santo Amaro [199-] e da Secretaria de Cultura de São Paulo (SÃO PAULO município [200-]) registram que José de Anchieta, em visita à aldeia, percebeu o grande número de colonos e índios catequizados e a necessidade da instalação de um povoado. Foi, então, erguida uma capela que recebeu uma pequena imagem de Santo Amaro, um santo nascido na Itália, doada por João Paes e sua esposa Suzana Rodrigues, portugueses que haviam chegado com Martim Afonso de Souza em São Vicente. Dessa forma, o povoado que ficara conhecido por diversos nomes indígenas, como Birapuera, Virapuera, Ibirapuera, Geribatiba, Geribativa e Jeribatiba, passou a ser chamado de Aldeia de Santo Amaro (BERARDI, 2005, p.25).

A forma como os registros contam a história de Santo Amaro, a partir de suas origens associadas à Igreja Católica, demonstram como a apreensão da memória depende do ambiente social e político, a partir da posse de imagens, textos e monumentos que falam do passado, e determinam o modo de apreensão do tempo. Uma região que, a exemplo de muitas outras espalhadas pelo Brasil, retrata suas origens e sua memória associadas ao ambiente colonial brasileiro, nascido no

³ Do Tupi Guarani: 'lugar com muitas palmeiras' (BERARDI, 1969, p. 24).

⁴ Do Tupi Guarani: "pau podre ou árvore apodrecida" (BERARDI, 1969, p. 24).

entorno das capelas. Percebe-se, aqui, a memória avaliada na perspectiva de Le Goff (2013, p.420), como fenômeno individual e psicológico ligado à vida social e objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de acontecimentos do passado, produz documentos e monumentos, para escrever e preservar a memória.

Na época da fundação da Aldeia de Santo Amaro, a Vila de Piratininga tinha posição estratégica na rede hidrográfica do planalto e representava um entroncamento de caminhos que partiam para o interior. O Rio Tamanduateí foi essencial para o desenvolvimento da vila, que se tornou cidade, bem como para os seus arredores. Embarcando no Rio Tamanduateí, descia-se pelo Rio Tietê para chegar ao Rio Pinheiros. Por ele, se alcançavam os Rios Jurubatuba e Guarapiranga, proporcionando facilidade acesso e locomoção entre Piratininga e Santo Amaro. Quanto aos caminhos terrestres, além das trilhas utilizadas para as jornadas entre o planalto e o litoral, havia caminhos que conduziam ao sertão do Paranapanema, aos vales do Tietê e Paraíba do Sul e ao pé da serra da Mantiqueira. Essas condições viabilizariam a penetração aos sertões, com o movimento das Bandeiras (FRABRETTI, 2008, p. 57). Essas condições de fundação, tanto de São Paulo em geral, como de Santo Amaro, em específico, proporcionam a base sobre a qual serão discutidas mais adiante a articulação entre o movimento bandeirante, a estátua de Borba Gato e o bairro de Santo Amaro.

Ao longo do século XVII, o movimento de colonização estimula a evolução de ciclos econômicos no planalto paulista, baseados principalmente na monocultura, como a cana de açúcar. No entanto, a monocultura não excluiu a necessidade da pequena produção agrícola, essencial para a dinâmica econômica e social das aglomerações urbanas. Os antigos povos aldeados, tais como os moradores da Aldeia de Santo Amaro, vieram a constituir esse modelo de produção, em regime de posse das terras. Nas proximidades da Vila de São Paulo de Piratininga e nas margens dos rios, vão se formando sítios, roças e fazendas, com criação de gado de pequeno e médio porte, além de bois e cavalos, em menor número. O excedente da produção é comercializado com os habitantes da vila e com o litoral, onde se compravam armas, sal e utensílios vindos do além-mar (SUZUKI, 2004, p.7).

Com documentos, que mostram a memória preservada de um bairro, pode-se acompanhar a evolução da história de Santo Amaro. Em 1686, São Paulo de

Piratininga pertencia ao bispado do Rio de Janeiro, o Bispo D. José E. Barros Alarcão, ao perceber que a paróquia de São Paulo tinha território muito vasto, decidiu dividi-la em curatos⁵. Santo Amaro foi um deles, assumindo a categoria de freguesia⁶, denominação comum da paróquia na época (ROCHEL, 1997, s.p.).

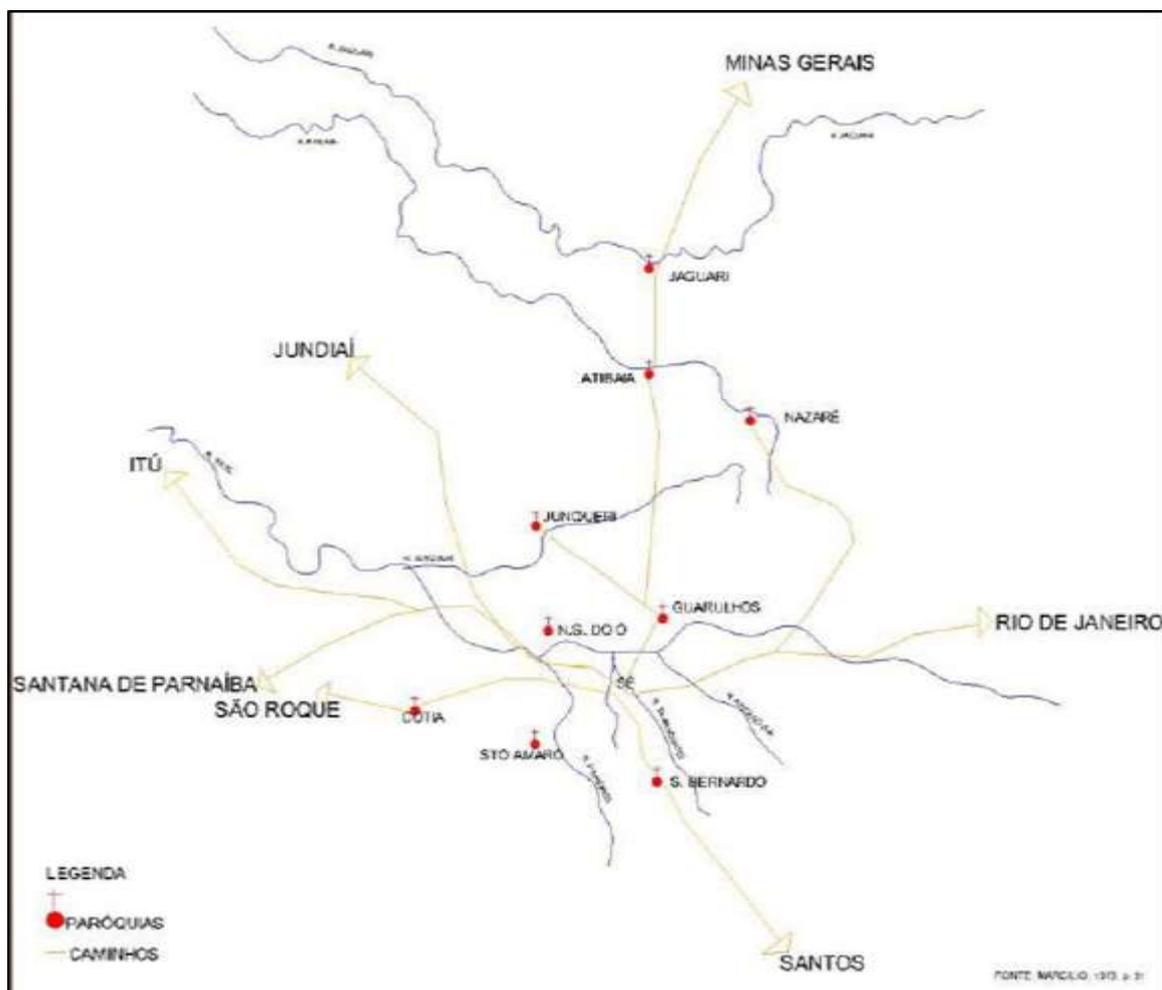
Frabretti (2008, p. 62) descreve a divisão dos arredores de São Paulo, no início do século XVII, em duas faixas: um cinturão de chácaras, que circundava imediatamente a cidade (Pari, Brás, Mooca, Cambuci, Vila Mariana, Santa Cecília, Barra Funda e Bom Retiro); e o cinturão caipira externo às chácaras, constituído de sítios e fazendas, muitas delas pertencentes a pessoas residentes em São Paulo, do qual faz parte Santo Amaro. Também chamado de sertão, nesse cinturão externo a função primordial da terra é a agropecuária. Dessa forma, Santo Amaro assume importante papel nas atividades de abastecimento da capital, inclusive com caminho específico e destacado na cartografia da época.

Os caminhos antigos que saiam do núcleo central determinaram os vetores de crescimento da cidade de São Paulo, tornando-a um ponto de convergência de riquezas e orientaram o processo de urbanização da cidade. Dentre esses caminhos, destacam-se aquele destinado à Santo Amaro, como se pode observar na figura a seguir.

⁵ Curato é a denominação oficial de uma região na qual há uma capela curada, ou seja, aquela ministrada, em caráter permanente, por um pároco ou cura (SÃO PAULO – Estado, 2011).

⁶ O termo freguesia provém de freguês, isto é, “filho da igreja”. Freguesia é a circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, que servia também, para a administração civil. É uma categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre a custa destes paroquianos. A capela de Santo Amaro tornou-se, portanto, uma capela curada (SÃO PAULO – Estado, 2011).

Figura 1- Mapa dos Caminhos de São Paulo - século XVIII



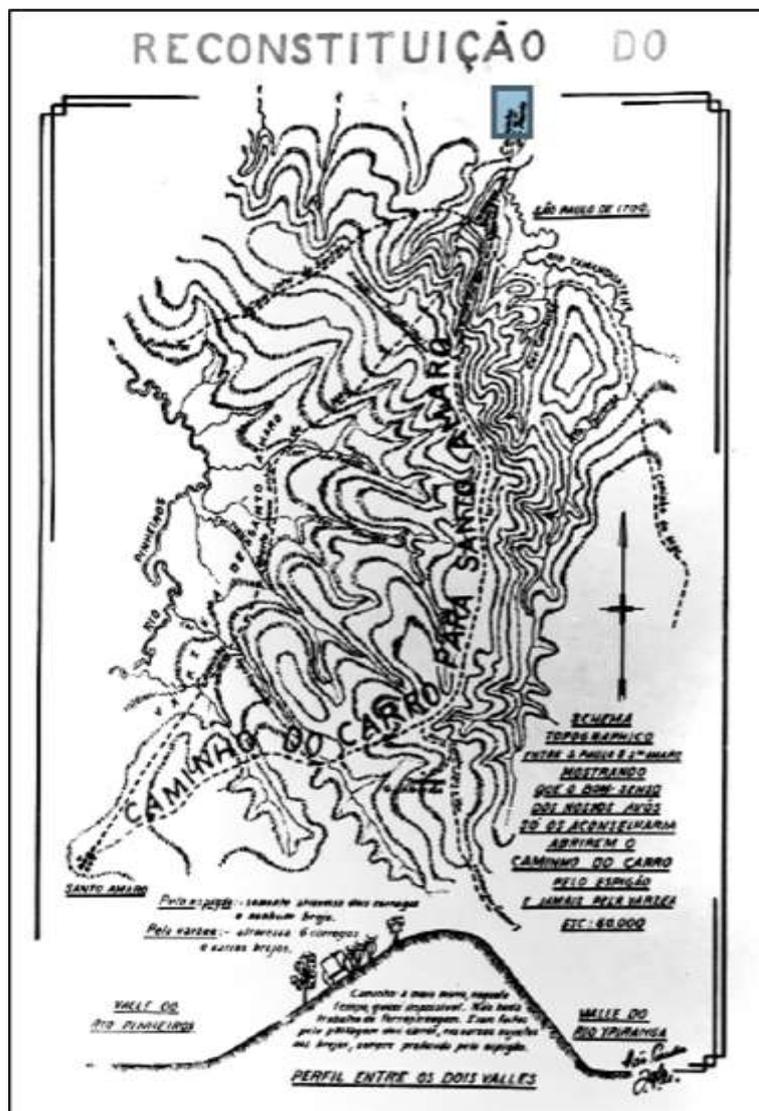
Fonte: (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2010, p. 7.).

O mapa mostra os principais caminhos que saiam de São Paulo, sendo o Caminho do Litoral ao sul, os caminhos de Sorocaba e Itu a oeste, o de Minas Gerais ao norte e o do Rio de Janeiro a leste. Também pode ser observado o caminho para Santo Amaro.

A vila de Santo Amaro tornou-se a grande fornecedora de produtos agrícolas da cidade de São Paulo, todos os gêneros de primeira necessidade: mandioca, milho, feijão, arroz, batatas eram comprados dos santamarenses; com numerosas propriedades rurais dedicavam-se à criação de gado e aves domésticas, tropas de burro e carro de boi levavam para a capital as madeiras, carvão e alimentos em

geral, iam vendê-las no mercado central de São Paulo. Com o passar do tempo o trecho passou a ser conhecido como O Caminho do Carro de boi de Santo Amaro.

Figura 2 - Reconstituição do Caminho do Carro para Santo Amaro



Fonte: (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2010, p. 15.).

A reconstituição, elaborada por Zenon Fleury Monteiro, em 1943, além da demonstração do caminho como ligação entre Santo Amato e São Paulo, também ilustra os rios Tamanduateí e Pinheiros, e curiosas anotações sobre a abertura ter sido feita de maneira a evitar as cheias dos rios nas áreas de várzea. A construção foi determinada pela Ordem Régia 212, de 1737, ordenando que se faça um

caminho⁷, ligando Santo Amaro à cidade de São Paulo. Em 1746, o Senado ordena que sejam refeitos os caminhos do “Mboi guassu à cidade, a cargo de sua freguesia e dos de Santo Amaro, descortinando-se os matos e dando desvios às águas” (BERARDI, 1969, p. 40). Assim, os moradores de Santo Amaro eram obrigados a conservá-lo, tapando buracos e mantendo-o livre de arbustos e árvores. A abertura e conservação de passagens cada vez mais seguras fez com que a população da freguesia fosse aumentando, ainda que de forma lenta.

A freguesia de Santo Amaro tinha cerca de quatro ruas e várias chácaras, que rodeavam o povoado. Berardi (1969, p.52), com base na Viagem Mineralógica de 1820, menciona a descrição de Santo Amaro feita por José Bonifácio e Martim Francisco: “Este lugar está situado de modo que é aformoseado pela mais agradável variedade de arvoredos, campos e pomares, através dos quais correm rios de cristalinas águas.” Um desses rios, o Jurubatuba, era cortado pelas pontes de Cima – no caminho do Socorro; e a de Baixo, para Itapecerica, que passava perto do centro, formado pela igreja e pelo Largo do Jogo da Bola⁸ (atual Largo Treze de Maio).

No século XIX, com a transferência da Família Real para o Brasil, e a posterior independência do país, a importância das províncias aumentou. O capital gerado no campo era utilizado para embelezar as cidades, mas não para levá-las a produzir. As cidades centralizavam o poder político, mas eram dependentes do meio rural. Nesse contexto, a transformação do aldeamento de Santo Amaro em povoação rural ocorreu de forma mais acentuada que nos demais aldeamentos, pois ela se verificou desde a fase colonial, enquanto em outros lugares a metamorfose ocorreu a partir do século XIX. Essa evolução em área rural e produtora acentuou-se, em 1829, com a chegada dos colonos alemães, que serão abordados mais a frente, nesta dissertação. (OLIVEIRA, 2004, p. 140).

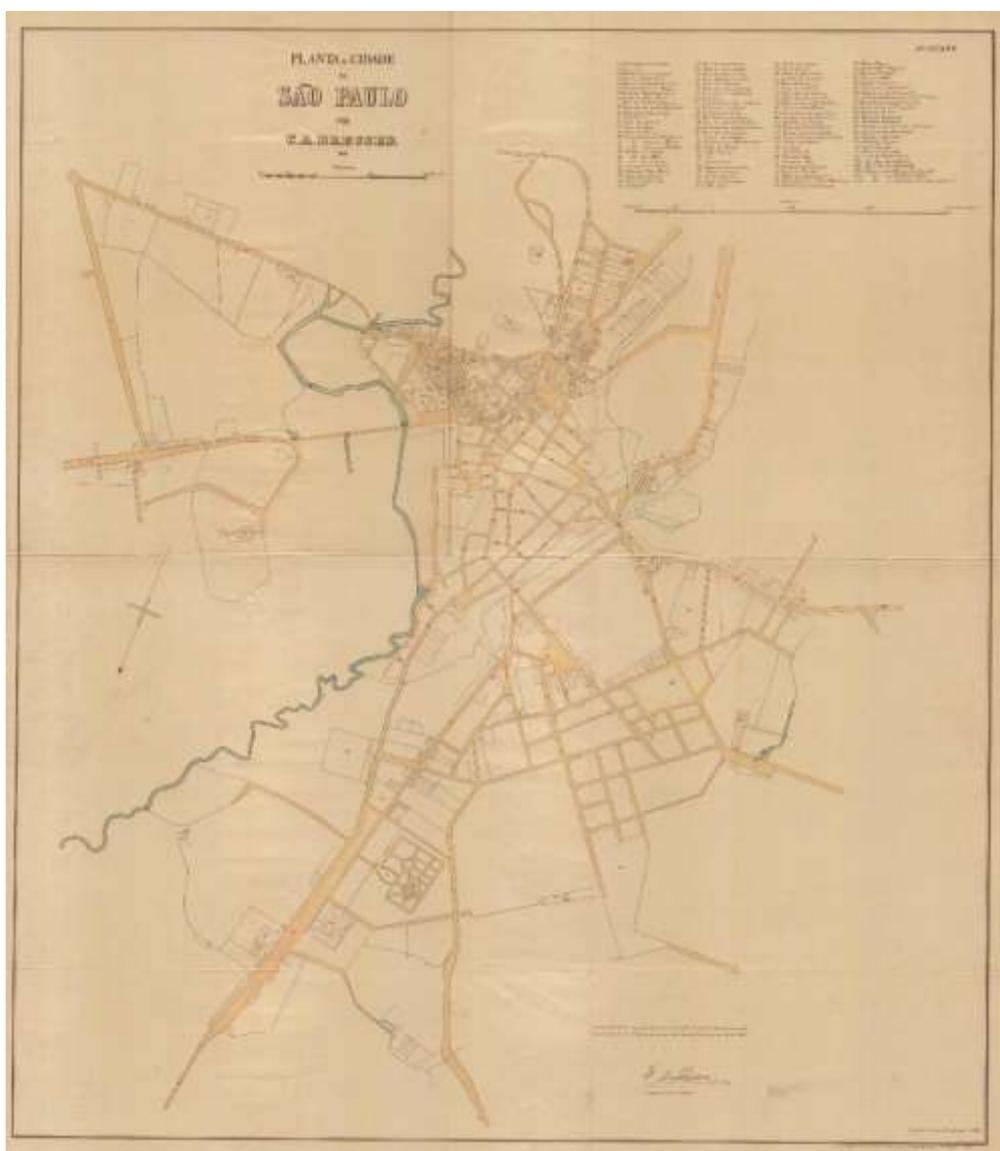
Em 10 de julho de 1832, por Decreto da Regência, a freguesia de Santo Amaro foi elevada à vila. A sessão inaugural da Câmara aconteceu no dia 06 de

⁷ O caminho inicial, chamado de Caminho do Ibirapuera, tinha início no Pátio do Colégio, seguia pelas atuais Rua Quintino Bocaiuva, Praça João Mendes, Rua Rodrigo da Silva, Rua da Liberdade, Vergueiro, Domingos de Moraes até chegar a Santo Amaro. Com as reformas do século seguinte, passou a avançar sobre as atuais Avenida Brigadeiro Luís Antônio e Avenida Santo Amaro (FERREIRA, 2010, p. 80).

⁸ O nome foi atribuído porque era o local no qual se praticava o jogo tradicional português em que se atirava bola ou malha em um ponto determinado para ser alvejado (ZENHA, 1977).

maio de 1833. O presidente da Câmara, Antônio das Chagas, construiria a primeira escola pública da vila. Seu filho seria um dos mais conhecidos santamarenses: o poeta Paulo Eiró. A posse do primeiro prefeito – Manoel José Moraes, foi em 4 de março de 1835 (DIÁRIO DAS LEIS, s.d., s.p; BERARDI, 2005, p. 135). A elevação de Santo Amaro à condição de vila não transformou as condições de pobreza. Há consenso entre os estudiosos⁹ sobre esse aspecto, e a vila foi descrita como “[...] uma viloca triste, quieta, quase decadente” (ZENHA, 1977, p.76).

Figura 3 - Planta da cidade de São Paulo - 1841

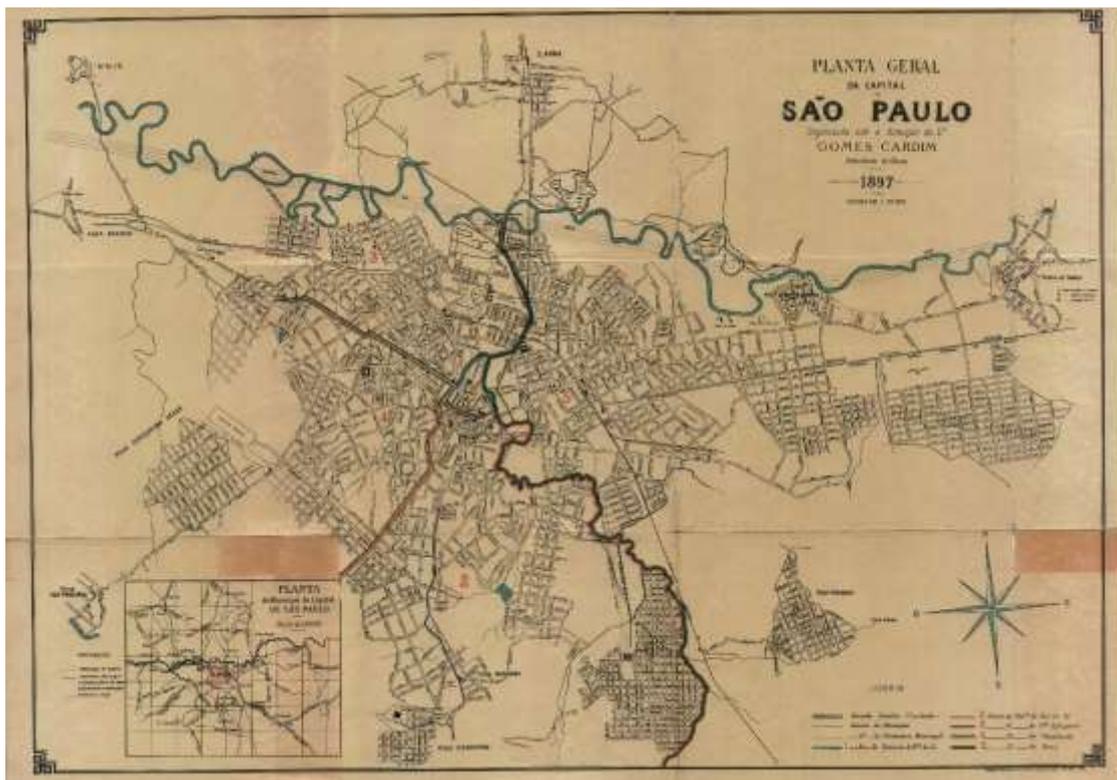


Fonte: (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 2007, s.p.).

⁹ Os trabalhos de Maria Helena Berardi de 1969 e 2005, bem como de Edmundo Zenha, de 1950 e 1977, mostram essa situação.

O mapa foi produzido pelo engenheiro civil Karl Abraham Bresser, por determinação da Câmara Municipal, de 5 de novembro de 1840, para atualização cadastral da capital e de seus subúrbios. No número 16 da legenda está a indicação do caminho que para Santo Amaro.

Figura 4 - Planta geral da cidade de São Paulo - 1897



Fonte: (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 2007, s.p.)

A planta de 1897 apresenta limites mais expandidos, mostrando ao ao sul, a Vila Clementino, num ponto abaixo do sítio em que o Matadouro Municipal fora inaugurado dez anos antes (atual Rua Loefgren). No quadro menor, à esquerda e abaixo, a planta mostra as divisas de São Paulo com Santo Amaro.

2.1 Da vila ao município

A obra *Memória Urbana*, que retrata a evolução da Grande São Paulo até 1940, também proporciona uma visão da formação de Santo Amaro. O quadro 1 apresenta a relação de municípios que integram a 1ª Zona denominada Zona da Capital, na qual está inserido o município de Santo Amaro.

Quadro 1 - Relação de municípios e zonas do Estado de São Paulo - 1ª Zona: Capital

Municípios	Data de criação
Capital	05/09/1558
Guarulhos	24/03/1880
Cotia	02/04/1856
Itapeverica	08/05/1877
Juqueri	27/03/1889
Santo André	30/11/1938
Santo Amaro	10/07/1832
São Bernado	12/03/1889

Fonte: (EMPLASA, 2001, p. 9.).

Os primeiros registros populacionais, datados de 1765, ainda em plena época colonial, mostram que em Santo Amaro havia 377 fogos¹⁰ e 1.770 habitantes (Emplasa, 2001). O recenseamento de 1766 mostra que, em Santo Amaro, eram 377 fogos, 880 mulheres e 890 homens. Em 1821, constata a existência de 760 fogos com quatro eleitores paroquiais (BERARDI, 2005). A evolução populacional da vila, num período aproximado de 100 anos, pode ser acompanhada por diversas informações da *Memória Urbana da Grande São Paulo*. São informações que permitem acompanhar as transformações pelas quais a população passou nesse período.

¹⁰ A categoria fogos, amplamente utilizada nos levantamentos feitos durante o período colonial, era até certo ponto ambígua. O fogo servia para designar a casa ou parte dela em que habitava uma pessoa livre ou uma família com economia separada, daí resultando que um domicílio podia conter um ou mais fogos. No censo de 1872, as instruções de coleta aludiam a fogos ou domicílios, mas, já a partir de 1900, o domicílio passaria a ser a unidade de referência dos censos brasileiros (OLIVEIRA, 2003, p.8).

Tabela 1- Evolução da população de 1836 a 1934

Ano	1836	1854	1874	1886	1900	1920	1934
Total	5.431	4.101	5.470	6.259	7.132	14.101	26.918
Escravos	507	463	492	57			
Estrangeiros				85	1.188		

Fonte: (ELABORADA PELA AUTORA COM BASE EM EMPLASA, 2001, p. 35).

A tabela mostra um crescimento populacional de 31% até o início do século XX. A partir de 1900, ocorre um dobramento da população em duas décadas, com crescimento de 91% entre 1920 e 1934. Jane Oliveira (2003, p.20), em sua análise dos censos realizados no período de 1872 a 2000, avalia o censo de 1900 como incompleto, com erros e omissões detectados quando da divulgação dos primeiros resultados.

A tentativa de mostrar ao mundo que o Brasil se ombreava com as nações civilizadas da Europa e com os Estados Unidos, visível no modo como foram divulgadas as reformas urbanas e higienistas da cidade, ficaria, entretanto incompleta, se não fossem evidenciadas as mudanças econômicas operadas no país. A nova imagem do Brasil no exterior deveria firmar-se também pela pujança de suas riquezas naturais, por sua agricultura e por sua indústria nascente. Com esse objetivo, acoplavam-se pela primeira vez ao censo demográfico os censos agrícola e industrial (OLIVEIRA, 2003, p.22).

Dessa forma, qualquer análise que justifique a evolução populacional, no período entre os censos de 1900 e 1920, seria inadequada tendo em vista a incompletude do censo de 1900 e a inserção dos censos agrícola e industrial no censo de 1920. O crescimento da população, no período entre 1920 e 1930, pode ser explicado por dois fatores: (i) o crescimento da produção e exportação do café pelo Estado de São Paulo e (ii) o avanço da industrialização promovida pela chamada Era Vargas, iniciada em 1930 (OLIVEIRA, 2003, p. 25). Ainda que em Santo Amaro não houvesse produção de café, nem a presença da indústria, sua vocação de fornecedora de gêneros de primeira necessidade à capital paulista, cuja população foi impactada pelos dois fatores citados, implica crescimento populacional santamarense para ampliar a produção desses gêneros e atender à demanda crescente da capital.

O número de escravos, apurado no período de 1836 a 1886, reforça a situação de pobreza exposta por Zenha, em sua descrição da Vila de Santo Amaro. Com uma participação tão restrita de negros entre a população da vila, o uso do indígena foi amplamente difundido, assumindo desde formas diversas de trabalho compulsório até pagamento de salários irrisórios para o estabelecimento de uma agricultura local de subsistência. Este oferecia mão-de-obra fácil e mais barata que a constituída pelos negros trazidos da África, configurando um mercado pronto a comprar os índios, feitos prisioneiros pelos bandeirantes, sobre os quais falaremos mais adiante.

Chama a atenção o censo dos estrangeiros, tendo em vista que a primeira imigração oficial registrada – que resultou na Colônia Alemã, teve início em 1828, com a chegada de 129 colonos. À insignificante freguesia que era Santo Amaro em 1828, coube o histórico papel de ter sido o lugar de São Paulo onde primeiro se instalou uma colônia de imigrantes. O sorteio das terras foi feito em 1829, destinando aos colonos as terras mais distantes, que ficaram conhecidas como Sertão de Santo Amaro (BERARDI, 2005, 178).

Nessa época, Frabetti (2008, p. 67) destaca a não existência de uma agricultura autônoma de pequenas propriedades. Havia camponeses em áreas afastadas produzindo para consumo próprio. As cidades poucos desenvolvidas não promoviam a produção de artigos agrícolas comercializáveis. Vale ressaltar, que parte das casas situadas na cidade pertencia aos agricultores, que vinha à vila apenas para os ofícios religiosos e festas religiosas. A alimentação do paulista em geral, e de Santo Amaro, era constituída basicamente de farinha de mandioca, feijão e carne seca.

A presença dos índios Guarani Mbya integra o perfil da região, uma vez que viviam em toda região do antigo sertão sul de São Paulo. Oliveira (2004, p. 135) refere-se à importância desses indígenas que, por meio da catequização ou da escravidão, tiveram papel essencial na colonização do planalto paulista e influenciaram as atividades econômicas da população rural. Essa população mestiça de Santo Amaro dos primórdios reflete a situação da população brasileira em geral. Aspecto esse que levou à adoção, pelo Estado, de uma política de imigração que atuou tanto no processo de ocupação do solo e na transição do trabalho escravo

para o livre, como para “branquear” a população brasileira. Justifica-se, assim, a preferência pelo colono de origem alemã. Uma das primeiras experiências de implantação de colônias de trabalhadores livres, ela foi imposta a São Paulo pelo Governo Imperial, como mostra o aviso enviado pelo Visconde de São Leopoldo, em 1827:

Sua Majestade o Imperador é servido que o vice-presidente da Província de São Paulo tome desde já as medidas que julgar necessárias para receber e alojar os colonos estrangeiros que em breve sairão dessa Corte para essa Província, e os mais que sucessivamente lhe serão enviados à medida que forem chegando. (ZENHA, 1977, p. 176).

A escolha das terras gerou insatisfação nos colonos, tendo em vista a qualidade do terreno. Esse fato levou muitos deles a abandonarem o núcleo. Dessa forma, dos 129 colonos que chegaram, apenas 94 famílias foram contempladas com as terras. Dentre os problemas enfrentados por elas, destaca-se a dificuldade de obtenção dos subsídios prometidos, a falta de intérpretes, de ferramentas e outros implementos agrícolas, além de não terem recebido os títulos definitivos das terras. Muitas das famílias que abandonaram o núcleo inicial, compraram terras em outros locais do sertão de Santo Amaro e Itapeverica e deram origem a núcleos de bairros rurais¹¹. Apesar desses conflitos, os colonos passaram a desenvolver uma agricultura baseada nas trocas culturais com os chamados nativos. (FRABETTI, 2008, p. 72-74).

O crescimento da cidade de São Paulo implicou a necessidade de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, e os alemães foram os pioneiros na produção agrícola comercial, além de terem e introduzido o cultivo da batata inglesa. Produziam também milho, arroz, feijão, mandioca, abóbora e hortaliças. Esse novo contingente de trabalhadores contribuiu para tornar Santo Amaro em uma central de abastecimento para a capital. Além dos produtos já mencionados da colônia alemã, eram fornecidos algodão, açúcar, fumo, azeite de amendoim e marmelada. Também incluíam a lista de produtos, o gado, a madeira e o carvão.

¹¹ Esses núcleos deram origem a bairros e distritos, tais como Rio Bonito, Vila São José, Varginha, Bororé e Parelheiros (FRABETTI, 2008, p. 74).

O centro de São Paulo funcionava como foco de comércio e recebia os “caipiras” de Santo Amaro, representando um ponto de reunião de tropeiros e mercadores. Nos finais de semana, o próprio centro da vila se tornava centro de carga e descarga de carros de boi carregados de madeira destinados ao Bexiga, onde havia um comércio de madeiras. Cerca de 300 carros conduziam madeira para construção de casas e fabricação de móveis, além de lenha e pedras de cantaria¹².

No início do século XX, em 1905, a agricultura avança sobre 10% do território, com cerca de onze mil alqueires, da vila de Santo Amaro. Nesse ano, são registrados 938 alqueires de terras cultivadas em 504 propriedades, e que empregam 1.078 trabalhadores. A maior parte das propriedades (344), é de até 10 alqueires, configurando um padrão de agricultura familiar. Na pecuária, contou-se 9.907 cabeças de gado. Os dados estatísticos confirmam a vocação santamarense para uma economia agrícola baseada em pequenos produtores. Duas informações são relevantes nesse contexto: (i) no período não há plantações de café na região, ao contrário de Guarulhos, Cotia e Itapeverica; produção essa que implica grandes extensões de plantação em propriedades maiores para obtenção e ganhos de escala; (ii) não há registro de estabelecimentos industriais em Santo Amaro, enquanto em São Bernardo já existem 7 indústrias (EMPLASA, 2001, p. 42).

Uma exceção a esse perfil econômico é o funcionamento de uma fábrica de ferro com forno de refino, que funcionou de 1607 a 1629, em virtude do descobrimento de minérios de ferro nas margens de um afluente do rio Pinheiros (Juribatiba). Tratava-se do Engenho de Nossa Senhora da Assunção de Ibirapuera.

Fábrica de Ferro de Santo Amaro

No início do século XVII, as jazidas de ferro haviam sido identificadas nas imediações da Vila de São Paulo começaram a ser beneficiadas por Diogo de Quadros, através da construção da Fábrica de Ferro de Santo Amaro, a qual começou a funcionar em 1607. Para dar andamento a esse projeto, Diogo de Quadros obteve, em 1604, de D. Felipe III, o cargo de provedor das minas da

¹² A cantaria é a pedra talhada de forma a constituir sólidos geométricos, normalmente paralelepípedos, para utilização na construção de edifícios ou de muros (SUZUKI, 2004, p. 17).

Capitania de São Vicente e a concessão de montar e explorar fundições de ferro no Brasil. A situação da fábrica era conveniente porque as margens dos rios próximos eram cobertas de matas cerradas, podendo o carvão e o produto manufaturado serem transportados, por via fluvial, até a serra do Cubatão, e, para o interior, até o Tietê (BERARDI, 2005, p. 174; ZEQUINI, 2006,p 72).

Além desse aspecto, a fábrica contava com apoio da Coroa, recebendo todas as ferramentas de ferro que estavam disponíveis e poderiam ser aproveitadas para o trabalho de fundição daquele metal. Os indícios da sua presença são observados em um levantamento topográfico realizado, em princípios do século XIX, pelo topógrafo português Rufino José Felizardo e Costa, segundo tenente do Real Corpo de Engenheiros. Ele provavelmente veio ao Brasil como membro do grupo de engenheiros militares das Missões Demarcatórias destinadas a dar cumprimento aos tratados de limites relativos às terras da América, celebrados entre Portugal e Espanha.

O levantamento topográfico em questão, intitulado Mappa da Villa e Rio de Santo Amaro / Prospecto das Ruinas d'Antiga Fábrica de Ferro de Santo Amaro, apresenta uma planta dessa fábrica já em ruínas e sua localização próxima dos rios dos Pinheiros e Santo amaro, além dos terrenos no seu entorno, onde se observa a presença de matas, minas de ferro e canais de derivação de águas daqueles rios.

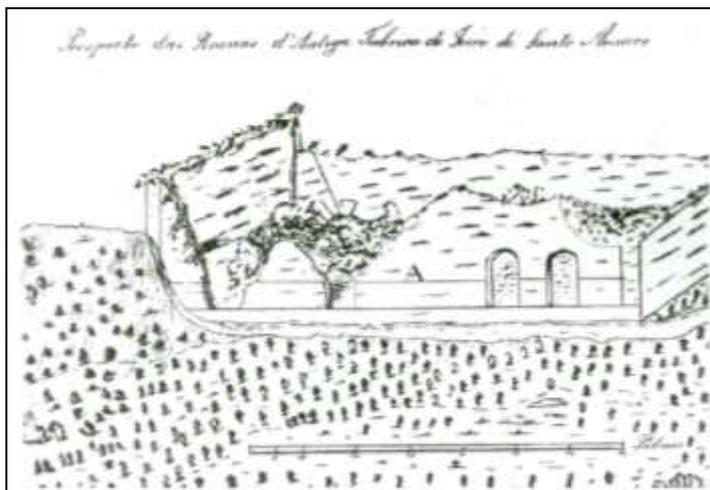
Figura 5 - Fragmento do mapa Villa e Rio de Santo Amaro



Fonte: (ELABORADO POR RUFINO JOSÉ FELIZARDO. In: ZEQUINI, 2006, p. 98)

O mapa mostra a localização da Vila de Santo Amaro, à direita, com demarcações em vermelho e a seta indicando a localização da fábrica.

Figura 6 - Prospecto das ruínas da antiga Fábrica de Ferro de Santo Amaro



Fonte: (ELABORADO POR RUFINO JOSÉ FELIZARDO. In: ZEQUINI, 2006, p. 98).

O desenho das ruínas mostra que ainda havia alguma estrutura da fundição, fragmentos de paredes e arcos das portas. O prospecto permite identificar a localização da fábrica em meio à mata da região. Em relação à técnica utilizada na fábrica,

[...] o processo de fundição era provavelmente imitação do método usado na Galízia espanhola, limitando-se à construção de um forno de refino e de uma pequena forja, onde o minério de ferro era fundido. Em um grande fole de couro, movido a mão, soprava o vento, e o ferro era estirado por um longo martelo de cauda (ZENHA, 1977, p. 127).

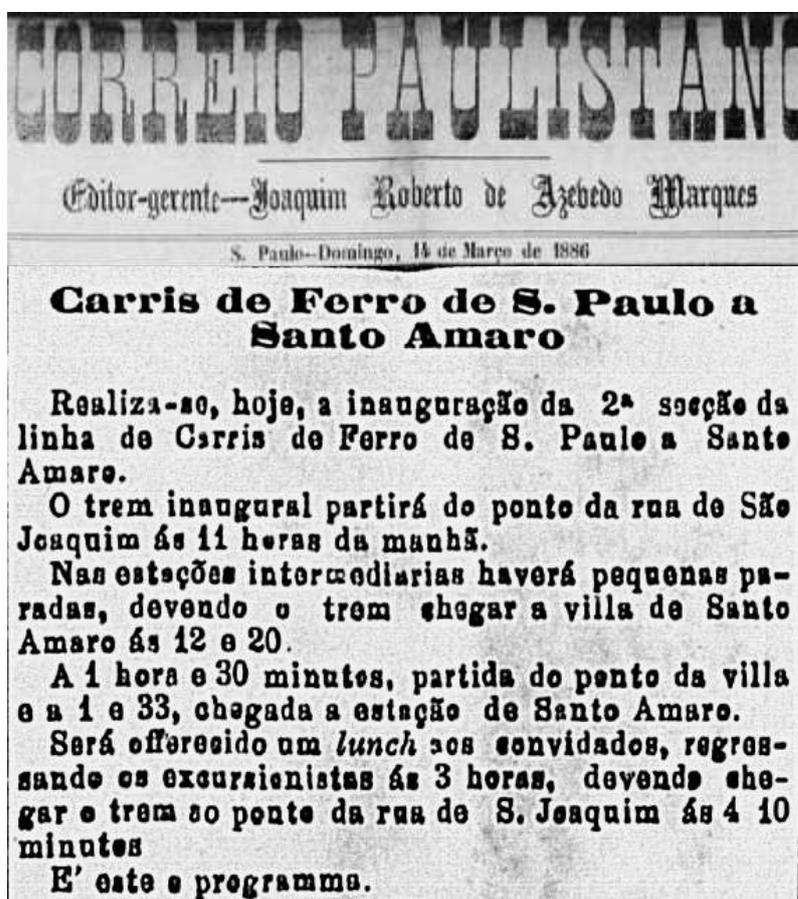
O minério de ferro, com qualidade inferior, servia para fabricação de artigos simples, destinados aos índios, além de instrumentos para a lavoura, como foices, enxadas e machados. O engenho foi abandonado em 1629 com a morte dos proprietários.

A estrada de ferro

A função que a vila exercia, como fornecedora de produtos agrícolas para São Paulo, exigia melhoras das vias, principalmente pela questão do desperdício e pela questão da distância e do tempo que se demorava pelo percurso realizado em

carros de boi e carroças. Como consequência dessa demanda, surgiam projetos e interesses para a instalação da estrada de ferro. O engenheiro Alberto Kulhmann¹³ conseguiu a concessão do empreendimento e abriu a Companhia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro. O trajeto de 15 quilômetros era realizado pelo trem a vapor em uma hora e meia (BERARDI, 1969, p. 83; FERREIRA, 2008, p. 108). A inauguração ocorreu em 14 de março de 1886, e foi divulgada pelo nº 8865 do Correio Paulistano, como mostra a figura a seguir.

Figura 7 - Inauguração da Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro



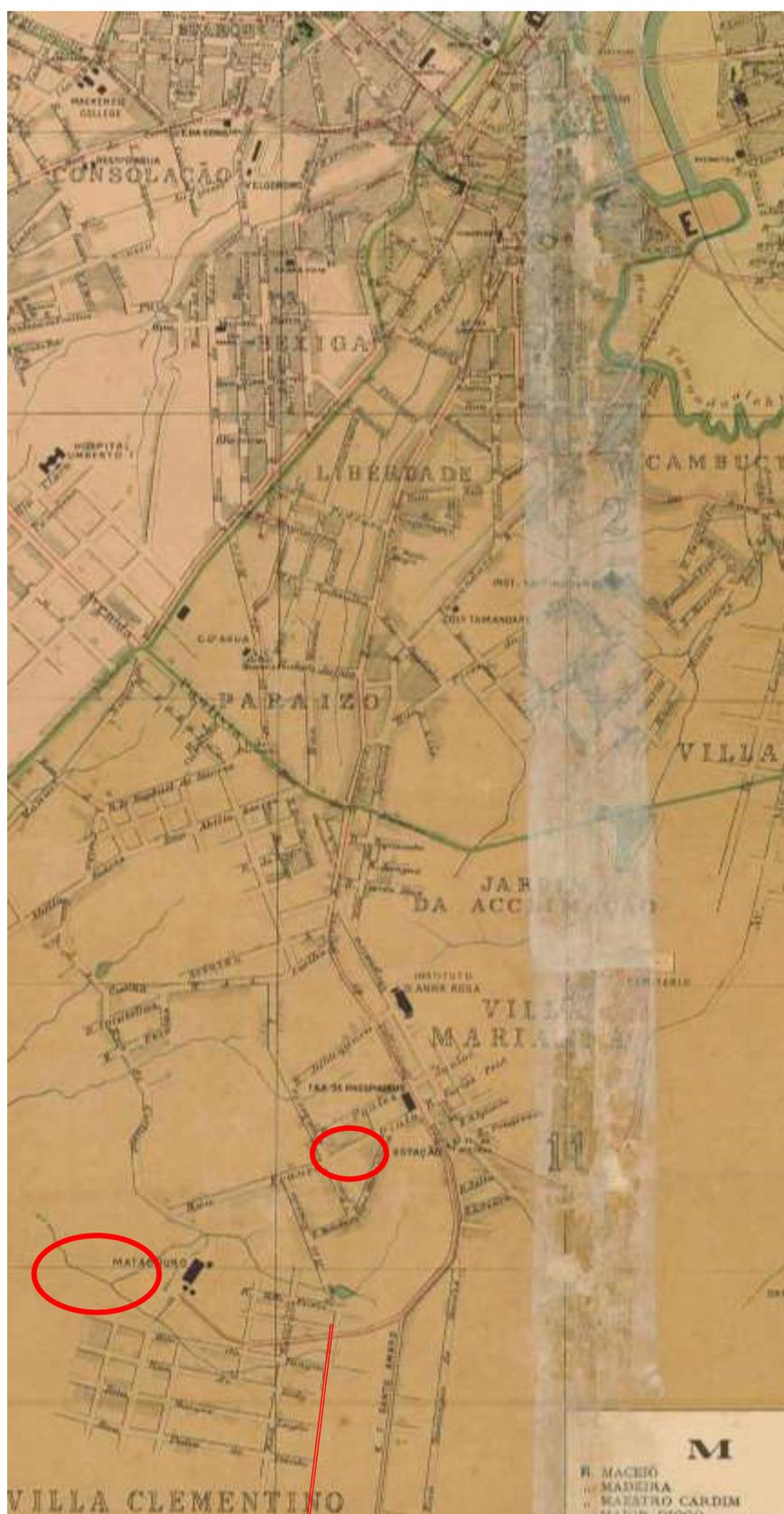
Fonte: Correio Paulistano nº 8865. In: Biblioteca Digital Nacional.

A estrada de ferro seguia pelo que hoje corresponde à Rua Vergueiro, Rua Domingos de Moraes e Avenida Jabaquara, passava pelo local onde seria construído

¹³ Georg Albrecht Hermann Kuhlmann, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, trabalhou para o Império em planejamento urbano. Em 1879 veio para São Paulo, contratado para superar o modelo de cidade do interior existente até então, sem planejamento e reformular conceitos novos de uma cidade moderna (ZENHA, 1977, p. 114).

o Aeroporto de Congonhas, pelo Brooklin Paulista e pelo Alto da Boa Vista seguindo então para o centro de Santo Amaro. Havia cinco estações: São Joaquim – lugar da Estação São Joaquim do metrô; Vila Mariana – próxima à Estação Vila Mariana do metrô; Encontro – próxima à Igreja de São Judas, onde os trens eram abastecidos. A estação Volta Redonda (atual Rua Volta Redonda) recebeu esse nome em virtude das curvas pronunciadas da região (FERREIRA, 2008, p. 112). O trem chegava à estação final em Santo Amaro, localizada nas proximidades da atual Estação Adolfo Pinheiro do metrô. O percurso pode ser constatado no mapa da cidade de São Paulo de 1905.

Figura 8 - Planta geral da cidade de São Paulo em 1905



Fonte: (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 2007, s.p.)

A empresa conseguiu também a permissão para construção do Matadouro Municipal¹⁴, contemplado com um ramal da via férrea, levando ao surgimento da Vila Clementino, no local do matadouro, atualmente funciona a Cinemateca Brasileira.

Os trens a vapor utilizados na estrada de ferro eram fabricados pela empresa alemã Krauss .

Figura 9 - Locomotiva a vapor - Cia. Carris de Ferro São Paulo a Santo Amaro



Fonte: (FATORELLI, 2015, s.p.).

Na fotografia, a locomotiva a vapor alemã, Tipo BN2 da Krauss Maffei JA & Company, carregada de lenha proveniente da Cidade de Santo Amaro na Estação do Encontro, atual cruzamento das Avenidas Bandeirantes e Jabaquara.

Para a estação de Santo Amaro, o terreno foi cedido pela Câmara Municipal. A mesma estação, mais tarde, seria utilizada pelo bonde elétrico. Exatamente à sua frente existia um armazém de cargas.

¹⁴ O Matadouro e a ferrovia obedeciam a um plano diretor de expansão da cidade que estava em franco crescimento. Depois do abate a carne era transportada de trem até a Estação São Joaquim, Liberdade, e dali em carroções apropriados para esta finalidade (OLIVEIRA, 2004, p. 139).

Figura 10 - Estação de Santo Amaro - pintura a óleo de Júlio Guerra



Fonte: (BERARDI, 2005, p. 123).

A estação de passageiros ficava onde atualmente se situa o colégio Lineu Prestes e a Praça Santa Cruz na avenida Adolfo Pinheiro. O prédio foi demolido em 1966.

Figura 11 - Chegada do trem à estação de Santo Amaro



Fonte: (FATORELLI, 2015, s.p.).

A fotografia da figura 11 mostra a estação de Santo Amaro já com a linha eletrificada da Light. Nesse ponto, a linha eletrificada passava no mesmo local da linha original do trem a vapor, o que demonstra a sobrevivência da estação, mesmo com a mudança

No dia 14 de novembro de 1886, D. Pedro II e sua esposa Dona Tereza Cristina, em visita à São Paulo, realizaram o trajeto de trem à Santo Amaro. A visita e a viagem também foram reportadas pelo Correio Paulistano, nº 9067, de 16 de novembro de 1886.

Figura 12 - Viagem de trem realizada por D. Pedro II - São Paulo a Santo Amaro



Fonte: (CORREIO PAULISTANO nº 9067. In: BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL.).

A visita de D. Pedro II e comitiva à Santo Amaro demonstra a importância da vila, não apenas para a crescente São Paulo, mas também para o contexto político da época. A imigração alemã orquestrada pelo governo imperial que lá se instalou, o

fornecimento de insumos para a cidade de São Paulo e a localização estratégica entre o planalto e o litoral, agora facilitada pela estrada de ferro. Aliado a esses fatores, destaca-se o papel da população mameluca e indígena de Santo Amaro, nos séculos XVI e XVII, no movimento das Bandeiras, que resultou em ganhos financeiros para o império. O tema Bandeiras será explorado mais adiante, no entanto, já se pode perceber alguns de seus reflexos na formação de Santo Amaro.

A Cia. Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro foi à falência em 1900 e foi adquirida pela São Paulo *Tramway, Light and Power Company*.¹⁵ O ponto inicial do trem a vapor passou para a Vila Mariana até 1913, quando passaram a circular os bondes elétricos, cujo trajeto seria uma linha quase reta entre a Vila Mariana e o largo Treze de Maio (FERREIRA, 2008, p.115). O bonde permaneceu ligando Santo Amaro e São Paulo durante décadas, e foi a última linha a ser desativada em 1968.

Figura 13 - Última viagem de bonde elétrico – São Paulo a Santo Amaro



Fonte: (FATORELLI, 2015, sp.).

¹⁵ O plano diretor mencionado na nota 15 também é responsável pela busca de investidores para o sistema de transportes. Investidores canadenses conseguiram uma concessão para explorar um pacote de serviços públicos. Foi com a *The São Paulo Tramway, Light and Power Company* – ou simplesmente Light – que São Paulo ganhou os primeiros bondes elétricos, em 7 de maio de 1900 (VEIGA, 2015, s.p.).

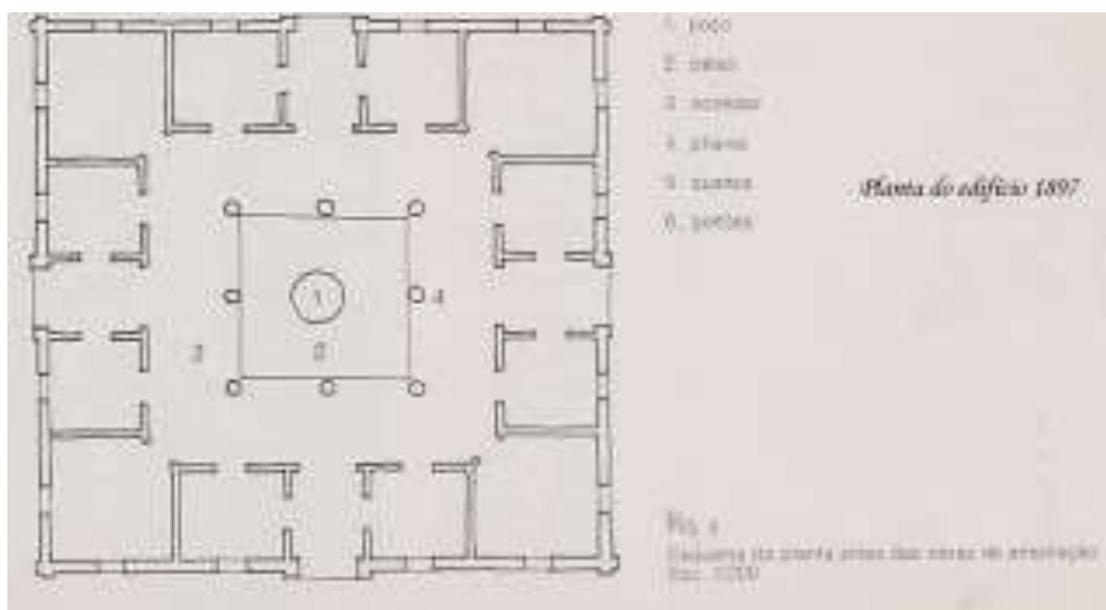
A última viagem do bonde foi feita com uma comitiva final de 12 bondes que partiu lotada. O carro de número 1.543 levava as autoridades, entre elas o então prefeito de São Paulo, José Vicente de Faria Lima e o governador do Estado, Roberto Costa de Abreu Sodré (VEIGA, 2015, s.p.).

O mercado municipal

O abastecimento de São Paulo, que justificou a construção de uma estrada de ferro, em 1886, também levou à necessidade regularizar e controlar a venda dos gêneros produzidos. O fato foi registrado na sessão da Câmara Municipal de 1890, quando foi destacada a importância de ser instalado um local em Santo Amaro para servir como ponto de trocas de mercadorias. Desta forma, foi levado a estudo o plano de construção de um Mercado Popular na Vila de Santo Amaro. Contudo, a falta de recursos não permitiu a sua construção imediata e foi criado o Mercado Provisório, que passou a funcionar em um barracão, no Largo Municipal, regulamentando assim as tabelas de preços e impostos sobre os gêneros (BERARDI, 1969, p. 69).

Entre a criação do mercado provisório e a construção do mercado oficial passaram-se três anos, intervalo em que a população de Santo Amaro passou por um processo de decréscimo que se refletiu na arrecadação. Mas ainda assim, a construção do mercado era uma forma de renda para a região, pois viabilizava o encontro entre tropeiros e os artesãos, que trocavam os produtos agrícolas com os manufaturados. Por conseguinte, em 23 de maio de 1897 foi inaugurado o Mercado Municipal de Santo Amaro, tornando-se um importante centro das atividades comerciais das espécies produzidas na região, tanto agrícolas – como arroz, feijão, milho, fubá e cebola; - como extrativistas, nos casos da madeira e da pedra (BERARDI, 1969, p.71; ZENHA, 1977, p. 93;). A construção do mercado também seria considerada uma iniciativa importante do poder público e alinhada com a expansão do espaço urbano de Santo Amaro e do aumento da população.

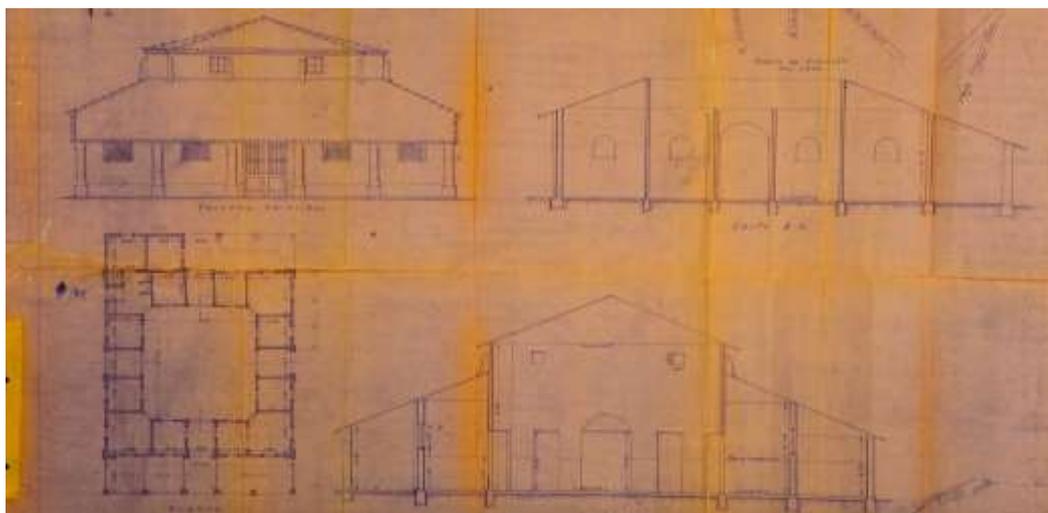
Figura 14 - Planta original do antigo Mercado Municipal de Santo Amaro



Fonte: (USP, FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1970, s.p.)

A planta mostra a estrutura de um quadrado, diferente do prédio oitavado atual. Não há fotografias do prédio original que permitam comparar as características arquitetônicas com a versão atual. No entanto, as plantas da reforma realizada no início do século XX, mostradas na figura a seguir, demonstram as alterações processadas.

Figura 15 - Plantas da reforma do antigo Mercado Municipal de Santo Amaro



Fonte: (USP, FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1970, s.p.)

A reforma demonstrada na planta, realizada em 1903, evidencia a adição de mais uma cúpula e dois alpendres laterais suportados por colunas, resultando na forma oitavada do mercado. De acordo com a comissão que solicitou o tombamento, mesmo com as reformas, o prédio construído ao final do século XIX mostra características que revelam um estilo comum, de séculos anteriores, na construção e prédios de mercado.

Esse formato pode ser observado na fotografia de 1970, anexada ao processo de tombamento.

Figura 16 - Fotografia do antigo Mercado Municipal de Santo Amaro - 1970



Fonte: (USP, FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1970, s.p.)

Na fotografia, estão presentes a cúpula superior (segunda cúpula) e as varandas laterais suportadas, adições essas que não invalidam sua importância histórica e arquitetônica. Ainda de acordo com a comissão que solicitou o tombamento, está presente a pureza do estilo antigo, utilizado na construção de mercados, com uma concepção realmente adequada ao seu objetivo. As linhas e o conjunto do prédio mostram seu caráter mourisco, a que não falta o detalhe de alpendres laterais, apoiados em colunas simples, pelas quais se projetam os lances do telhado (USP, 2007, s.p.).

Em 1954, foi firmado contrato para construção de um novo mercado em Santo Amaro. Localizado na Rua General Ozório (atual Rua Ministro José G.R. Alckmin) esquina com a Rua Padre José de Anchieta, o novo mercado foi inaugurado em 13 de novembro de 1958. Com essa mudança, o prédio original do mercado perdeu sua função e passou a abrigar outros segmentos, como Funerária Municipal, Posto do Ministério do Trabalho e Museu do Folclore (ZENHA, 1977,p. 95).

Apesar das reformas do prédio, o arquiteto Raphael Gendler, nomeado pela Comissão de Avaliação do Tombamento para o levantamento arquitetônico, destaca que:

O prédio apresenta-se isolado numa quadra sendo importante conservá-lo como um documento arquitetônico [...] trata-se provavelmente do último exemplar de certo porte, remanescente da arquitetura do final do século passado ainda existente em Santo Amaro. [recomenda-se] a restauração do edifício na forma do seu projeto original, de vez que se observam modificações bem posteriores a sua época de edificação, conforme se verifica nas plantas de reforma que acompanham o processo [...] e a destinação a ser dada ao edifício restaurado, questão a nosso ver fundamental para situar a peça arquitetônica como um organismo vivo em nossos dias (USP, 1970, s.p.).

O processo de tombamento realizou-se num período de dois anos. A aprovação e oficialização ocorreram com a Resolução s/nº, de 21 de setembro de 1972, do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Em 1991, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP também se decidiu pelo tombamento, por meio da Resolução nº 5 de abril de 1991.

O Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo criou um programa de revitalização do prédio, executando operações de reforma e restauro que resultaram na aparência atual do prédio. O prédio foi transformado em Casa da Cultura, atualmente denominada Casa de Cultura Manoel Cardoso de Mendonça.

Figura 17 - Casa da Cultura Manoel Cardoso de Mendonça



Fonte: (SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, s.d., s.p.).

A Casa da Cultura é um espaço de referência que contribui, por intermédio de sua programação e atuação junto à comunidade, para a construção da cidadania cultural dos moradores da região. Ela promove ações no sentido de viabilizar e valorizar a produção cultural local, oferecendo espaço para que os artistas possam desenvolver experimentar e apresentar trabalhos; além de incentivar a participação das famílias nas oficinas, fortalecendo os vínculos e promovendo transformações.

A represa de Guarapiranga e a Auto-Estrada S/A

O Mercado Municipal de Santo Amaro, aliado à estrada de ferro, marca um período em que a vila passa por um processo de ressignificação e transformações materiais, superando uma dimensão eminentemente administrativo-religiosa para incorporar a centralidade das atividades econômicas, sobretudo por conta da expansão do comércio.

A via férrea dinamizou a vida local causando adensamento populacional, investimentos urbanos e imobiliários. A substituição dos trens a vapor por bondes elétricos e a instalação de iluminação pública geraram demanda crescente de energia elétrica. A Light, que detinha a concessão desses serviços, instalou novas turbinas na Usina de Parnaíba, o que trouxe a necessidade de regularizar a vazão

do Rio Tietê. A empresa construiu então um grande reservatório de regularização no Rio Guarapiranga – afluente do Rio Pinheiros, em Santo Amaro. Essa área foi escolhida após estudos da empresa que analisaram diversos fatores, dentre eles, as propriedades do solo e o valor das desapropriações para a área de inundação (GALHARDO, 2011, p. 87).

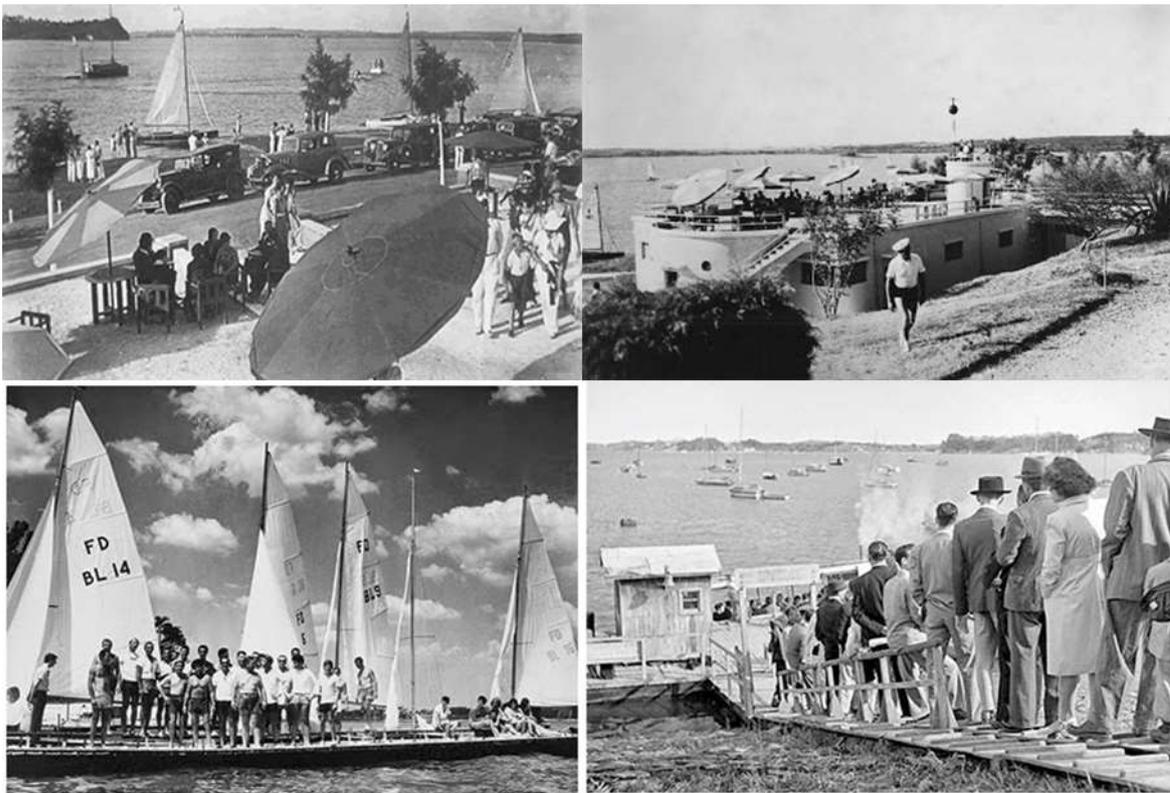
Outros projetos importantes da época, tais como a construção do Reservatório Billings e as obras de retificação do Rio Jurubatiba e Pinheiros, geraram novas possibilidades e características para as áreas nos arredores, estimulando os investimentos posteriores.

A comercialização do café e a implantação de diversas indústrias transformam São Paulo em centro econômico-financeiro e, tem como consequências o adensamento local acentuado pela imigração estrangeira e a formação de uma burguesia local. Enquanto a área urbana passava por estas transformações, os arredores, predominantemente chácaras voltadas para a produção agrícola e extrativa, eram cada vez mais procuradas pela população para fins religiosos e recreativos, como foi o caso de Santo Amaro. A facilidade de acesso com os bondes vindos do centro, e a paisagem singular à beira de um grande lago, irão definir as formas de ocupação do solo e as atividades econômicas da região.

Ao longo dos anos 1920 e 1930, desenvolveu-se o projeto de urbanização da região de Interlagos, às margens da represa Guarapiranga, no empreendimento batizado “Cidade Satélite de Interlagos¹⁶” que contava com infraestrutura urbana como água, luz elétrica, calçamento, arruamento, aliada à paisagem da represa com praia, bosques, clima saudável, possibilidade de lazer e esportes náuticos. A região às margens da represa passou a ser chamado de Riviera Paulista, com a instalação de casas de veraneio e diversos clubes (GALHARDO, 2011, p. 98). No acervo do late Clube Santo Amaro estão diversas fotografias da época.

¹⁶ O projeto de Louis Romero Sanson, sócio e diretor da Auto-Estradas S/A, foi desenvolvido de acordo com a concepção de cidade-jardim, onde se deveria construir uma unidade autônoma e autossuficiente, reunindo os locais de trabalho e moradia rodeados por cinturões verdes. O urbanista francês Alfred Agache, que executou o desenho do loteamento, comparou-o com a cidade suíça Interlaken localizada entre dois lagos (Guarapiranga e Billings), por isso o bairro recebe o nome de Interlagos (GALHARDO, 2011, p. 89).

Figura 18 - Fotografias da Riviera Paulista nos anos 1930.



FONTE: (ARAUJO; SOLIA, 2014, p. 65).

As imagens demonstram a utilização recreativa da represa, destacando os esportes aquáticos, tais como as competições de vela, além de bares e restaurantes. A fila para embarque num barco de recreio (abaixo à direita) reforça a vocação e a demanda da região para lazer.

A metropolização de São Paulo veio acompanhada pela modernização dos meios de transporte. A necessidade de deslocamentos cada vez maiores em menor tempo encerrou a era dos bondes e inaugurou a dos automóveis e aviões. Esses aspectos nortearam a criação da empresa Auto-Estradas S/A, em 1925, com o objetivo de construir e manter estradas, ruas, calçadas e terraplanagem. A intenção inicial foi construir uma estrada de concreto ligando São Paulo a Santo Amaro. A partir daí nasceram projetos mais ambiciosos formando o “Projeto Interlagos” quais sejam: as avenidas Washington Luís e Interlagos, o Aeroporto de Congonhas e a “Cidade Satélite de Interlagos”, compreendendo hotel, igreja e autódromo, em áreas destinadas para uso residencial, comercial e industrial (BERARDI, 2005, p. 130; GALHARDO, 2011, p. 69).

A Estrada de Santo Amaro seguia por onde hoje é a rua de Santo Amaro, seguia pelo curso da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio até o Itaim, onde começa hoje a Avenida Santo Amaro. E então, seguia até onde hoje está a estátua de Borba Gato, entrava pela atual avenida Adolfo Pinheiro e terminava no centro do município de Santo Amaro, no largo 13 de Maio. A empresa promoveu ampla divulgação da estrada e dos terrenos do seu entorno, como mostra a matéria de capa do jornal O Estado de São Paulo.

Figura 19 - Propaganda de divulgação da Auto-Estrada Washington Luís

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA
DIRETOR-GERAL — 1929 — 1937

S. PAULO — DOMINGO, 7 DE ABRIL DE 1929

“Auto-Estrada Washington Luis”

Hoje, de dez horas, será dada oficialmente pelo Excmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Pires do Rio, à Auto-Estrada S. Paulo-Santo Amaro o nome de “Auto-Estrada Washington Luis” em homenagem ao digno Presidente da República — o iniciador do sistema rodoviário no Brasil.

O posto de partida será no campo da Auto-Estrada, fim da Avenida Brigadeiro Luis Antonio, de onde se dirige para percorrer toda a estrada em construção.

Apesar de domingo, os milhares paulistanos estarão em funcionamento para desfrutar a estrada pública.

Também, hoje mesmo, serão iniciadas as vendas dos magníficos lotes situados em

**VILLA CONGONHAS
VILLA SOPHIA
CHACARA MONTE ALEGRE
CHACARA FLORA**

estes preços — **DESDE 100000 MENSÁES** — sem juros e sem entrada inicial, entre os valores de tabela.

As condições de crédito favoráveis para o pagamento de longo prazo — durante quinze anos.

Auto-estradas

Contratamos os serviços de operação para as INDIAPOLESIS e as PLANALTOS PAULISTA

Rua Libero Badaró, 42 Telephone: 2-1977

Fonte: (DIVULGAÇÃO DA AUTO-ESTRADA..., 1929, p. 1)

A matéria informa a cerimônia oficial para atribuição do nome do Presidente Washington Luís ao trecho da autoestrada que ligava a atual Avenida Washington Luís à Avenida Interlagos, destacando os seus benefícios para a região (rapidez, conforto e economia). No entanto, ao mesmo tempo, divulga o início da venda de lotes situados nos bairros que se formaram no entorno: Vila Congonhas, Vila Sophia, Chácara Monte Alegre e Chácara Flora. Além da matéria do jornal, foram elaborados folhetos para distribuição à população.

Figura 20 - Folheto de divulgação da Auto Estrada de Santo Amaro

O PASSEIO PELA

Auto Estrada Santo Amaro

é o mais agradável e comodo da Capital



EXAMINE OS TERRENOS AO LONGO DA AUTO ESTRADA. SÃO ÓPTIMOS E TERÃO GRANDE VALORISAÇÃO. A SEGUINTE ESTATÍSTICA, DOS PASSAGEIROS TRANSPORTADOS ANNUALMENTE PELO BONDE DE SANTO AMARO, DEMONSTRA O CRESCIMENTO DA ZONA.

Anno	Passageiros transportados
1912	239.190
1920	576.194
1925	1.421.901
1930	2.349.601

Auto-estradas
(Sociedade Anonima)

Praça Ramos de Azevedo, 16 - Teleph. 4-0530 - S. Paulo

Fonte: (GALHARDO, 2011, p. 71).

O folheto mostra a estrada já pavimentada e destaca a localização dos terrenos e a sua possibilidade de valorização. São utilizadas estatísticas das pessoas transportadas pelo bonde, como forma de reforçar o potencial de crescimento da região. A grande circulação de pessoas na estrada é confirmada pela matéria do jornal Folha da Manhã, de 05 de maio de 1926.

Figura 21 - Notícia do congestionamento na Estrada de Santo Amaro - 1926



Fonte: (COISAS DA CIDADE..., 1926, p. 4).

O texto da reportagem, praticamente ilegível na edição digitalizada do acervo, informa que:

As estradas de rodagem que ligam São Paulo às cidades vizinhas, com exceção do Caminho do Mar, estão quase que intransitáveis. A de Santo Amaro, por exemplo. Movimentadíssima, cortada a todo instante por automóveis, tal estrada já não se presta para excursões costumeiras das famílias paulistanas à represa da vizinha cidade. A Prefeitura de Santo Amaro não tem verba para o concerto dos numerosos buracos ali abertos pelas chuvas. Aliás, isso não admira, porquanto, embora próximo da capital, Santo Amaro mais parece uma villa do sertão, tal o estado de suas ruas. A parte próxima ao Brooklin Paulista, bem mais bonita que a sede do município, então, é uma lástima. Os autos encaixam ali até os eixos, padecendo os conductores toda sorte de contratempos para arrancar da lama os carros (COISAS DA CIDADE..., 1926, p. 4).

A reportagem, além de tratar da questão da estrada movimentada e, ao mesmo tempo, sem conservação adequada, retrata uma cidade de Santo Amaro que continua pobre quase um século após a elevação em vila. O texto já aponta, também, para as desigualdades socioeconômicas que se conformarão na região ao comparar a sede do município (atual centro de Santo Amaro) com o bairro do Brooklin, hoje considerado um bairro nobre da cidade de São Paulo.

Um brasão para o município

O Brasão de Armas de Santo Amaro foi elaborado por Afonso d'Escragnoille Taunay, historiador que em 1926 foi diretor do Museu Paulista, comumente conhecido como Museu do Ipiranga, em São Paulo. O desenho e a pintura do brasão são de autoria de José Wash Rodrigues. Em 13 de fevereiro de 1928, o brasão de Santo Amaro foi oficializado por meio da Lei Municipal nº 62/1928.

Figura 22 - Brasão de armas de Santo Amaro



FONTE: (FATORELLI, 2014, s.p.)

A estrutura do símbolo ilustra a fundação e evolução de Santo Amaro, desde o início como aldeamento indígena, até a configuração como cidade paulista.

O homem à direita, de quem observa o escudo, é um oficial da milícia portuguesa, o da esquerda é um bandeirante. O primeiro quartel representa um campo abundante de mata verdejante na localidade da "Villa" de Santo Amaro. No segundo quartel, quatro cabeças de índios Guaianases, ladeando o brasão de José de Anchieta, são símbolos da fundação do povoado de Santo Amaro no século XVI. No campo inferior, metade do escudo, há a representação de uma usina de ferro, que representa o primeiro empreendimento siderúrgico das Américas, construído em

1607. Sobre a parte superior do escudo, pousa a coroa mural, distintiva das cidades. Sobre ela, um escudete simula o Livro de Regras de São Bento, de quem Santo Amaro era discípulos. No listão (faixa abaixo) a divisa da cidade: “*Antiquissimum Genus Paulista Meum*”¹⁷ (BERARDI, 2005, p. 175-176).

O centenário de Santo Amaro e a Revolução de 1932

Num cenário de desenvolvimento, no qual a urbanização, os transportes e os projetos imobiliários se multiplicam, em 10 de julho de 1932 Santo Amaro comemora seu I Centenário. O governo estadual envia recursos para os festejos que, dentre outros, contou com a inauguração do serviço de abastecimento de água, abertura de uma exposição e feira e os tradicionais desfiles. A feira e exposição foi divulgada na Folha da Noite (atual São Paulo) de 27 de junho de 1932.

Figura 23 - Matéria da Folha da Noite - Centenário da Santo Amaro



Fonte: (CENTENÁRIO DE..., 1932, p. 10).

A matéria informa a inscrição de expositores de todo o Estado de São Paulo, destacando a crescente indústria paulista, dentre os quais, são citados: Companhia Brasileira de Petróleo, Companhia Antártica Paulista e a Companhia Souza Cruz.

¹⁷ A tradução da divisa da cidade de Santo Amaro aparece de formas diferentes. Zenha (1977), Berardi (2005, p. 176) e Fatorelli (2014) informam que o significado da frase é: Pertenço à mais antiga gente paulista. No site do Tribunal Regional do Trabalho, na seção vocabulário, a expressão é traduzida como: A mais antiga gente paulista é a minha.

Para comodidade dos visitantes, haverá no recinto da Exposição um bem instalado bar, além de um bem montado Parque de Diversões. Junta-se, assim, o útil ao agradável. E os que afluírem ao certame passarão momentos prazerosos, pois a Exposição tornar-se-á de uma imponente majestade pela reunião das cousas a admirar-se. Eis o que vae ser a Exposição-Feira Commemorativa do Centenário de Santo Amaro, com o valioso concurso do commercio e da indústria paulistas (CENTENÁRIO DE..., 1932, p. 10).

Enquanto os santamarenses comemoravam o Centenário, no dia dez de julho de 1932, chegou a notícia de que em São Paulo se iniciara a Revolução Constitucionalista de 1932 com a ocupação de vários quartéis. Os festejos foram interrompidos e foi organizada a Companhia Isolada de Santo Amaro. Tratava-se de trezentos homens, que foram alocados na região do litoral sul do Estado de São Paulo, com uma guarnição em Cananéia, seguindo até o Paraná. Com o armistício, e a volta da companhia, constatou-se a perda de um homem e de dezoito feridos (BERARDI, 1969, p. 105; 2005, p. 178).

Em 1935, apenas três após a comemoração do I Centenário, foi expedido o Decreto nº 6.983 que anexava a cidade de Santo Amaro à Capital.

2.2 Do município ao bairro

Em 1935, o Estado de São Paulo era governado pelo interventor federal Armando Sales de Oliveira, autor do decreto que determinava a anexação de Santo Amaro à Capital. Dentre os motivos que determinavam a extinção do município, estão a sua vocação para atividades turísticas e a precária situação das finanças, como mostra parte do texto do decreto a seguir:

[...] Considerando que, dentro do plano geral de urbanismo da cidade de São Paulo, o município do Santo Amaro está destinado a constituir um dos seus mais attrahentes centros de recreio; considerando que, para a organização para a organização desse plano, o Estado tem que auxiliar, diretamente ou por acto da Prefeitura, as finanças de Santo Amaro, tanto que desde já declara extincta a sua responsabilidade para com o Thesouro do Estado, proveniente do contracto de 18 de julho de 1931, e que muito onera o seu orçamento e difficulta a sua expansão econômica e cultural;

considerando que, liquidada essa dívida, todas as suas rendas poderão ser applicadas no seu proprio desenvolvimento; considerando, ainda, que o Estado não só se dispõe a incrementar, em Santo Amaro, a construcção de hotéis e estabelecimentos balneares que permittam o funcionamento de casinos, como tambem já destinou verba para melhorar as estradas de rodagem que servem aquella localidade, facilitando-lhe todos os meios de comunicação, rapida e efficiente, com o centro urbano; [...] Fica extinto o municipio de Santo Amaro, cujo territorio passará a fazer parte do municipio da Capital, constituindo uma subprefeitura, directamente subordinada à Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO – ESTADO, 1935, p.3).

Dessa maneira, o território municipal de São Paulo englobou os 640 km² de Santo Amaro e passou a incluir uma vasta zona rural, que fazia divisas com São Vicente e Itanhaém¹⁸.

O relatório fornecido pelo Presidente da Província de São Paulo – Dr. Nabuco de Araújo¹⁹, em 1852, apresenta de maneira detalhada os limites e divisas do município de Santo Amaro:

[...] o município de Santo Amaro tem divisas incontestadas: Com a Freguesia da Sé, pelo Ribeirão da Traição acima, desde o ponto em que atravessa a estrada até as suas primeiras vertentes e dahi seguindo até chegar a Cruz das Almas, na estrada dos carros a buscar o sítio do Capitão André Cursino, e dahi a rumo do Sul, pela estrada que vae ao Curral Grande, sítio de Antônio de Medeiros, seguindo a Estrada dos Carros até a encruzilhada do Pinhabiba, onde se toca com a recta que, seguindo pelo Morro Vermelho, divide a Sé da Freguezia de São Bernardo. Com São Bernardo divide-se caminhando pela Estrada do Guacury na ponte e córrego, a dar no Rio Juribatuva e por elle a dar no Rio Grande, onde faz barra o Rio Pequeno, e dahi em linha recta, á Serra do Mar. Com Santa Ephigenia e Cutia, pelo Ribeirão da Traição abaixo até fazer barra com o Rio dos Pinheiros e atravessando este a rumo direito a procurar a encruzilhada do caminho que vae da Cidade de São Paulo a MBoy, até encontrar o rio MBoy Mirim. Com Itapecerica, seguindo

¹⁸ Grupos organizados de santamarenses, em duas ocasiões, tentaram reconquistar a autonomia de Santo Amaro. Foram apresentados projetos que resultaram na realização de plebiscitos em 1958 e 1985. Ambos tiveram elevado índice de abstenção da comunidade da região. Dos eleitores que participaram, a grande maioria votou por manter a condição de cidadão paulistanos. Um novo movimento emancipatório foi iniciado nos anos 1990, mas o projeto não foi adiante (GRANDE abstenção..., 1958, p. 30; DOS distritos..., 1959, p. 9; TRE julga..., 1985, p.50; MOVIMENTO quer..., 1984, p. 94).

¹⁹ A organização dos governos provinciais foi instituída pela Lei Geral de 20 de outubro de 1823 que criou, em cada Província, um cargo de Presidente, de nomeação do Imperador. Em 1852, José Thomaz Nabuco d'Araujo era o Presidente da Província de São Paulo (GIGLIO, 2017, p. 77).

da ponte que fica no caminho mencionado, rio abaixo até outra ponte do Mboy Mirim , no caminho de Bongassú, e por elle a ponte do Jasseguava e desta ponte, rio acima, até as suas nascentes, e dahi, em linha recta, até a Serra do Mar, pertencendo a Santo Amaro os moradores que lhe ficam aquem da serra (BERARDI, 2005, p.99).

Com base nessas informações, é possível aplicar os limites do município ao território atual da cidade de São Paulo e identificar a parcela incorporada na anexação, como mostra o mapa a seguir.

Figura 24 - Mapa de São Paulo demarcando o antigo Município de Santo Amaro



Fonte: (TEIXEIRA, 2009, s. p.).

A demarcação mostra que praticamente toda a Zona Sul da capital é formada pelo território do antigo município. Além de uma imensa reserva florestal e de água potável disponível na Represa de Guarapiranga, também passaram a integrar a

capital paulista importantes projetos, em fase inicial, tais como o aeroporto de Congonhas e do Autódromo de Interlagos²⁰.

O autódromo de Interlagos

O projeto da empresa Auto Estradas S/A, responsável pela construção da Estrada de Santo Amaro e do Balneário Interlagos, previa outras instalações, como hotéis, um aeroporto e um autódromo. Em 1936, foram iniciadas as obras do autódromo, que levaram cerca de quatro anos. A inauguração oficial ocorreu no dia 12 de maio de 1940, com a presença do Presidente Getúlio Vargas. Em 1954, o autódromo foi negociado com a Comissão do IV Centenário de São Paulo, passando mais tarde para a administração da prefeitura paulistana (BERARDI, 2005, p. 187; GALHARDO, 2011, p.95).

O projeto para criação e construção do circuito de Interlagos resultaram num traçado inspirado nas pistas de Indianápolis, nos Estados Unidos, Brooklands, na Inglaterra, e Monthony, na França. Com pista de largura mínima, de dezoito metros, foi concebido para apresentar as dificuldades de provas nas montanhas. O planejamento também previa que o público pudesse enxergar todo o percurso, de oito quilômetros de extensão. A inauguração da pista foi realizada em 1939, como mostra o convite publicado na Folha da Manhã.

²⁰ Parte da população mais tradicional de Santo Amaro, ainda hoje, atribui a esses recursos, aliados à participação da Companhia Isolada na Revolução de 32, os verdadeiros motivos para a extinção do município.

Figura 25 - Convite para inauguração da pista do Autódromo de Interlagos

FOLHA DA MANHÃ

S. PAULO — SABADO, 15 DE ABRIL DE 1939

Convite A Sociedade Anonima Auto-Estradas, pela sua Directoria abaixo assignada, convida as autoridades, os technicos, os velantes do automobilismo, e o publico em geral, para dar-se um passeio amavel, domingo, ás 15 horas, no Autodromo Interlagos, que elle projectou e está construido, desde Setembro do 1938, data em que o publico assistiu ao inicio dos trabalhos.

Esta apresentação da pista, a que assistirão Directores e technicos do Automovel Club do Brasil, organizadores das corridas da Gaven, é realizada, intencionalmente, antes do seu asfaltamento, para podereza ser aproveitadas as suggestões que possam tornar mais perfeito o Autodromo Interlagos, destinado a ser, num futuro proximo, a maior attracção turistica da nossa Capital.

São Paulo, 15 de Abril de 1939

ENGENHO CONCEPCÃO
ENGENHO BONDREICHEN
FRANCISCO T. DA SILVA TELLES

- Presidente
- Vice Presidente
- Secretario

ESTERIO B. DE OLIVEIRA MATTOSO
EDITOR PIZZINI DE CARVALHO
ELIZ BUENO SENECA

- Director
- Director
- Representante

AUTODROMO INTERLAGOS
8000 MTS. DE PISTA DE 20 MTS. DE LARGURA
PROJECTO DA AUTO ESTRADAS S. A.

The map shows a complex track layout with several turns. Key features include a central stadium measuring 200x300 meters, several restaurants (Restaurante) scattered around the track, and a large parking area (Parque de Estacionamento) on the right side. The track is bordered by a fence and has an entrance (ENTRADA) and exit (SAÍDA) marked. The surrounding area includes a street grid and a road labeled 'PARQUE DE ESTACIONAMENTO VILAS'.

Trajeto: Pela Auto-Estrada Santo Amaro, até Socorro; dahi até á cidade satellite "INTERLAGOS" e no AUTODROMO INTERLAGOS, o trajecto está devidamente demarcado por meio de flechas.

A LINHA DE OMNIBUS DA S/A AUTO-ESTRADAS, para INTERLAGOS, SERA' INAUGURADA HOJE, AO MEIO DIA, PARTINDO OS OMNIBUS DA PORTA DO HOTEL ESPLANADA

Fonte: (CONVITE PARA..., 1939, p. 1).

O convite destaca o desenho de todo o projeto, mesmo que a inauguração tenha sido realizada com menos da metade dele construída. No rodapé, o destaque para a utilização da Auto-Estrada Santo Amaro no trajeto ao autódromo, bem como a inauguração da linha de ônibus ligando o centro de São Paulo à região de Interlagos. Destaca-se, ainda, a pretensão de o autódromo vir a representar, futuramente, a maior atração turística da capital.

No final de 1967, o Autódromo foi fechado para reformas e voltou a funcionar no dia 29 de fevereiro de 1970, ainda que não estivesse totalmente pronto, mas em grande estilo, com a realização de uma corrida do Campeonato Internacional de

Fórmula Ford. No ano seguinte, foi construído um edifício para abrigar as tribunas de honra, emissoras de rádio e televisão. Interlagos passou por outra reforma em 1971 para abrigar no ano seguinte, pela primeira vez, um Grande Prêmio de Fórmula 1. Finalmente recebeu alambrados nas áreas dos boxes, zebras na pista, túnel para acesso ao interior do circuito, um edifício de quatro andares para abrigar as transmissões de rádio e televisão, mais a tribuna de honra. Também foram executadas obras para instalar galerias de águas pluviais, guias, sarjetas, e outras de infraestrutura (GALHARDO, 2011, p. 92).

Com o circuito testado pelos dirigentes da Federação Internacional de Automobilismo, em 1972 a Fórmula 1 finalmente chegava ao palco da velocidade de Interlagos, mesmo ainda não sendo uma etapa oficial. Em 30 de março de 1972, o Autódromo sediou pela primeira vez uma corrida da categoria. Com o sucesso do evento, o Brasil passou a integrar, já no ano seguinte, o calendário oficial do Campeonato Mundial de Fórmula 1. A primeira prova brasileira aconteceu em 11 de fevereiro de 1973, e se mantém como único na América Latina a participar desse do calendário. Passou a ter grande importância nacional e internacional, e suas provas atraem público de todo o mundo, movimentando o turismo e a economia da capital.

A partir de 1997, com o objetivo de atender a população da região, o autódromo se tornou um parque municipal, combinando esporte e lazer. São oferecidas atividades tais como a escola Básica de Mecânica, em parceria com o Senai e sob patrocínio da Volkswagen); o Kartódromo Ayrton Senna, diversas atividades esportivas, além do automobilismo, para crianças, adolescentes e grupos da terceira idade.

O aeroporto de Congonhas

Até 1934, só havia em São Paulo o Campo de Marte, um aeroporto pequeno e sujeito aos alagamentos do Rio Tietê. Sua infraestrutura não era suficiente para abrigar as inovações que começavam a surgir no campo da aviação. Nesse contexto, o Aeroporto da Vila de Congonhas é outro projeto da companhia Auto Estradas S/A. Em 1936, a empresa construiu uma pista de pouso em Congonhas, promovendo a chegada de aviadores famosos. O local era considerado confortável e

seguro para a aviação, uma vez que era afastado da cidade (BERARDI, 2005, p.197).

Figura 26 - Vista aérea do Aeroporto de Congonhas em 1936



Fonte: (OLIVEIRA, 2013, s.p.)

Na vista aérea, fica evidente o afastamento do aeroporto do centro urbano, bem como uma infraestrutura ainda precária. Não se observa a presença de instalações comuns em aeroportos, como torre de controle, hangares, edifícios para passageiros e áreas de embarque/desembarque. Era apenas uma pista de pouso.

No início dos anos 1940, foi firmado um contrato do Estado de São Paulo com o departamento de Aviação Civil (DAC), que dava ao poder público a concessão para explorar o aeroporto por 25 anos. Logo após, foi realizada a primeira reforma, que ampliou para 1,6 milhões de metros quadrados a área útil do local, dobrando o tamanho inicial. No início dos anos 1950, Congonhas se torna o aeroporto mais movimentado do país e um dos mais movimentados do mundo. (OLIVEIRA, 2013, s.p.)

Figura 27 - Foto aérea do Aeroporto de Congonhas na década de 1950



Fonte: (OLIVEIRA, 2013, s.p.)

A comparação entre as fotos de 1936 e 1950 evidencia as transformações promovidas, a construção e edificação de prédios e áreas típicos de um aeroporto movimentado. As estatísticas da Aeronáutica mostram que o volume de passageiros passou de 68 mil em 1943, para um milhão, em 1954. O local se tornou centro de compras e de lazer, com engraxate, barbeiro, florista, empresa de turismo e pronto socorro, dentre outros. No último andar, foi instalado um salão de festas com restaurante e palco para shows com camarins de luxo.

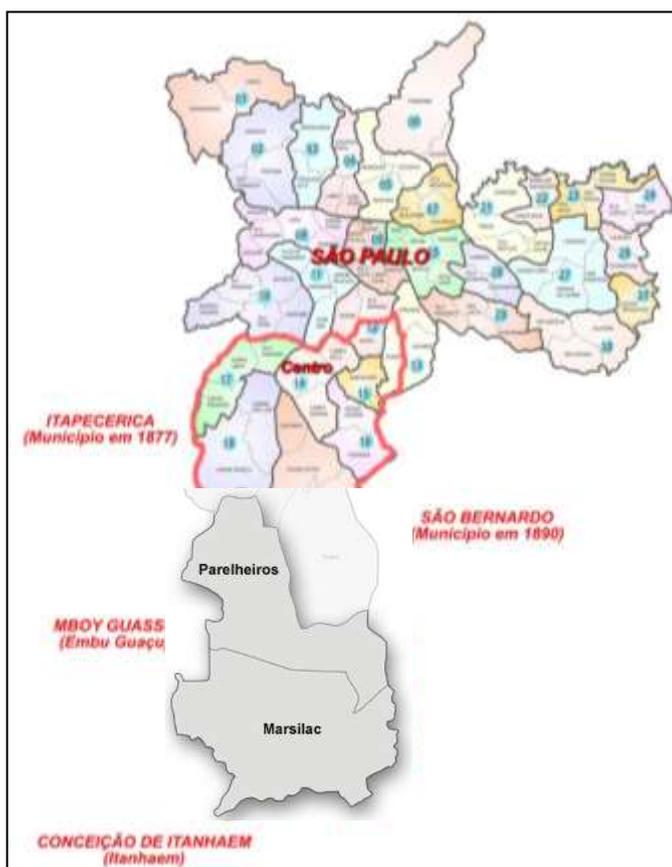
Em 1957, segundo Oliveira (2013, s.p.), Congonhas ocupava o terceiro lugar entre os maiores aeroportos do mundo em volume de carga aérea, superado apenas pelos de Londres e Paris. Por esse motivo, foram realizados estudos para a implantação de um novo aeroporto. Desses estudos se originaram os Aeroportos Internacionais de Viracopos, em Campinas; e o de Cumbica, em Guarulhos. A partir de 1976, o funcionamento se tornou restrito ao horário entre 6 e 23 horas, que vigora até os dias atuais. Os acidentes ocorridos no início dos anos 2000 levaram à proibição de escalas e conexões, com funcionamento apenas para voos diretos. Os demais tipos de voos foram transferidos para Cumbica e Viracopos.

Divisão do território do antigo município

Os diversos estudos e Planos Diretores para a cidade de São Paulo resultaram numa divisão dos 640 quilômetros quadrados do antigo município, para atender a Divisão Administrativa da capital. Nesse processo, destacam-se algumas divisões a seguir, determinadas pela legislação.

O Decreto Lei 14.334, de 30/11/1944, do Interventor Federal no Estado de São Paulo, tratando da divisão territorial do Estado, divide a cidade de São Paulo em seis distritos, sendo Parelheiros, situado no extremo sul de Santo Amaro, um deles (SÃO PAULO – Estado, 1944).

Figura 28 - Mapa com separação do distrito de Parelheiros



Fonte: elaborado pela autora com base em Teixeira, 2009, s. p.

Como se observa no mapa, com essa divisão, a maior parte do antigo município deixa de integrar o território do bairro. Destaca-se que, como integrante do

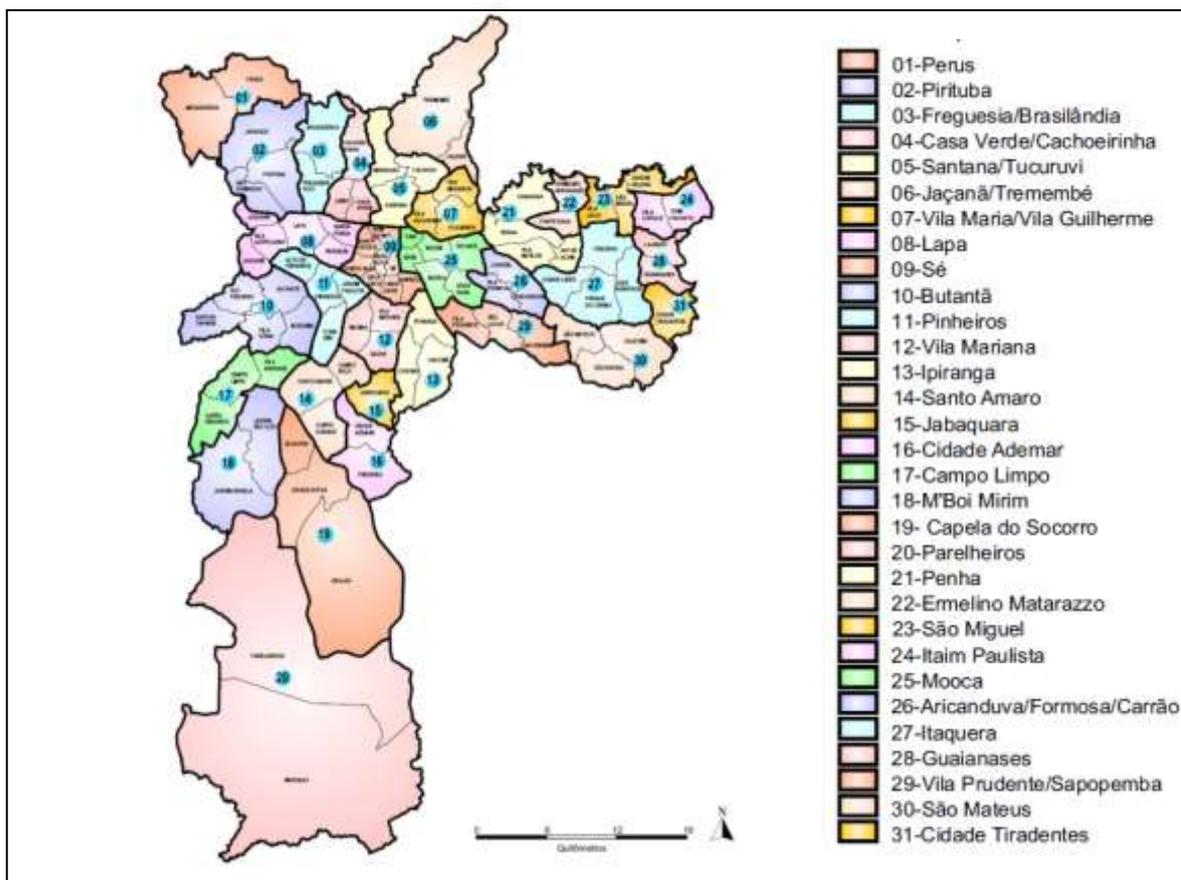
distrito de Parelheiros, o bairro de Marsilac, que faz divisa com o litoral sul paulista, tem boa parte de seu território coberto por reservas da Mata Atlântica.

A Lei Estadual nº 8.092, de 28/02/1964, que tratou do Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado de São Paulo, dividindo o município no distrito de São Paulo, composto por 48 subdistritos, e mais 8 distritos. Santo Amaro torna-se um desses distritos, porém, a região do Brooklin é separada para a criação do distrito do Ibirapuera (SÃO PAULO – Estado, 1964).

A Lei Municipal nº 11.220, de 20/05/1992, estabeleceu a atual divisão municipal em 96 distritos e extinguindo os subdistritos. Com essa lei, o antigo distrito de Santo Amaro é dividido em 8 distritos: Santo Amaro, que conserva o território central que deu origem ao antigo município, e o restante compondo os distritos de Vila Andrade, Jardim São Luiz, Socorro, Campo Grande, Cidade Ademar, Campo Belo, Itaim Bibi (SÃO PAULO – Município, 1991).

Finalmente, a Lei Municipal nº 13,399, de 01/08/2002, estabelece a divisão administrativa da cidade em 31 Subprefeituras, sendo Santo Amaro a de nº 14, composta pelos distritos de Santo Amaro, Campo Belo e Campo Grande (SÃO PAULO – Município, 2002).

Figura 29 - Mapa das subprefeituras e distritos de São Paulo



Fonte: (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2009, s. p.)

Dessa forma, como mostra o mapa, o território do antigo município é, atualmente, representando também pelas Subprefeituras: Jabaquara, Cidade Ademar, Campo Limpo, M'Boi Mirim, Socorro e Parelheiros.

Evolução econômica e ocupação urbana do bairro

As mudanças na configuração da cidade de São Paulo refletem no seu entorno, mudanças essas que começam a aparecer com o seu crescimento, ao mesmo tempo em que se percebe o estabelecimento de atividades industriais. A segregação espacial, implícita nesse processo, acomodava nos bairros da cidade, os contingentes de trabalhadores urbanos, distinguindo o centro, a cidade e o entorno. Essa fragmentação resulta no processo de criação de subúrbios e periferias diversas, dentre os quais, está Santo Amaro. Dessa forma, entender a evolução

econômica e o processo de urbanização do bairro, significa compreender a metropolização da capital.

A industrialização de São Paulo se deu em dois períodos principais – o primeiro vai do final do século XIX até a década de 1930. O segundo começa na década de 1930 timidamente, mas toma força decisiva a partir da década de 1950, a partir de esforços do governo federal em direção a uma industrialização pesada no país, buscando superar a condição de país exportador de matérias-primas (produtos primários) e importador de produtos industrializados. A primeira fase da industrialização paulistana se dá em função do capital acumulado com a produção de café no interior do Estado de São Paulo. Os fazendeiros de café inicialmente investiram seu capital acumulado em infraestruturas para a própria cultura cafeeira, como por exemplo as companhias de estradas de ferro. Depois, passaram a investir em atividades propriamente urbanas, como armazéns e entrepostos, casas comerciais e, posteriormente, em indústrias. As indústrias desta primeira fase da industrialização de São Paulo localizaram-se no entorno das ferrovias, onde passaram a se constituir os bairros industriais e operários da cidade, como Água Branca, Barra Funda, Brás, Mooca e Belenzinho, entre outros (FRANCISCONI, 2004, p. 118; PÁDUA, 2007, p. 98).

A segunda fase da industrialização, para Francisconi (2004, p.120), se dá a partir da década de 1930, quando tem fim o domínio das oligarquias rurais de São Paulo e de Minas Gerais no Governo da República. No entanto, é na década de 1950 que se dá o principal esforço em direção a uma verdadeira industrialização do país, no governo de Juscelino Kubischek, quando há o incentivo para que grandes grupos industriais estrangeiros se instalem no Brasil e para que se constitua uma consistente indústria de base e um verdadeiro parque industrial diversificado. São Paulo passa a receber milhões de migrantes nacionais, que vão fazer parte da massa de trabalhadores da grande indústria, formando as grandes periferias da metrópole. Nesse momento, a indústria não tem mais como padrão de localização o entorno de ferrovias, mas sim o entorno de grandes eixos rodoviários, sobretudo nas periferias das áreas urbanizadas. Em São Paulo, a grande indústria se localizou no entorno das grandes rodovias e das avenidas marginais, lugares com uma grande disponibilidade de terrenos, naquele momento.

Santo Amaro, localizado na várzea do Pinheiros, portanto fora do eixo da ferrovia, tem sua expansão ligada a este novo processo de industrialização a partir da década de 1950, recebendo grandes indústrias e uma grande quantidade de trabalhadores, passando por grandes transformações no sentido de sua urbanização. O primeiro bairro popular foi Cidade Dutra, destinada aos funcionários da Light, Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC), Companhias de Gás e ferroviários. A vila foi inaugurada em 25 de janeiro de 1950, com 150 casas. Num período de 20 anos, o bairro recebeu mais de 27 mil habitantes. PÁDUA, 2007, p.103).

A implantação das vias marginais, nos anos 1960, ao lado do canal do Rio Pinheiros, consolidou a instalação do parque industrial na região. Era um momento de instalação da grande indústria no Brasil e, como nas proximidades do Rio Pinheiros havia uma grande disponibilidade de terrenos (devido também à drenagem das várzeas e à retificação do rio, que foram concluídos na década de 1940), montou-se em Santo Amaro um grande e diversificado parque industrial.

As políticas de desconcentração econômica e industrial da Grande São Paulo, iniciadas nos anos 1970, implantadas para desafogar a metrópole, integram um conjunto articulado de políticas públicas estaduais e municipais para realocar e distribuir a indústria no Estado de São Paulo e no Brasil (FRANCISCONI, 2004, p.127). A articulação da industrialização nas demais regiões brasileiras, o estímulo ao investimento no Nordeste, a criação da Zona Franca de Manaus e o estímulo à criação de distritos industriais em municípios brasileiros, compõem o esforço no sentido de desconcentrar a indústria paulista e metropolitana, levando à desindustrialização.

A desindustrialização é um fenômeno observado nas grandes cidades industrializadas como São Paulo, na qual o processo costuma ser identificado de forma localizada, ou seja, em lugares determinados e delimitados da metrópole. Lugares onde a indústria era a atividade econômica principal e deixa de sê-lo, dando lugar a outras atividades ou deixando o espaço degradado ou em processo de deterioração. Dessa forma, não é a metrópole de São Paulo como um todo que se desindustrializa, mesmo porque a indústria ainda tem um peso considerável no conjunto das atividades econômicas paulistanas. São Paulo passa por uma

desconcentração industrial relativa, perdendo parte de seu peso industrial em relação ao interior do Estado de São Paulo e em relação ao resto do país (PÁDUA, 2012, p. 61).

Com o fechamento das indústrias situadas nesses locais, muitos bares e pequenos restaurantes também são fechados; o movimento habitual dos operários nas trocas de turno é esvaziado; há um inevitável processo de deterioração do ambiente construído, seja em razão dos grandes galpões industriais vazios, seja em razão do grande número de casas operárias abandonadas.

Figura 30 - Terreno e galpão desocupado da fábrica Plavinil – Marginal Pinheiros



Fonte: (PÁDUA, 2012, p. 63-64).

Na parte sul da Marginal do Rio Pinheiros, estão presentes grandes terrenos e galpões industriais desocupados. As fotografias mostram dois desses locais, remanescentes das indústrias Plavinil, situadas em Santo Amaro que, por sua localização relativamente privilegiada, contando com um acesso facilitado pela Marginal do Rio Pinheiros, faz com que o lugar desperte a atenção dos investidores imobiliários e dos empresários de setores como entretenimento, eventos e shows.

Figura 31 - Casas de shows Tom Brasil (antigo HSBC) e Credicard Hall



Fonte: (PÁDUA, 2012, p. 65-66).

As duas casas de shows e eventos da fotografia demonstram a utilização de grandes terrenos para outras atividades econômicas, promovendo a expansão da fronteira econômica no espaço urbano, com a instalação de casas de shows e de eventos, assim como de grandes condomínios residenciais, concessionárias de automóveis, estacionamentos, edifícios de escritórios, shoppings centers, etc., nos terrenos antes ocupados pela indústria.

A desindustrialização revela a criação de novas atividades econômicas em virtude da migração do capital de um ramo a outro da economia, bem como a criação de novos ramos de atividade, e o crescimento do setor terciário. Esse fenômeno pode ser constatado no distrito de Santo Amaro, com a migração dos estabelecimentos e empregos da indústria para serviços e comércio.

Tabela 2 - Estabelecimentos e empregos em Santo Amaro - 1996 e 2001

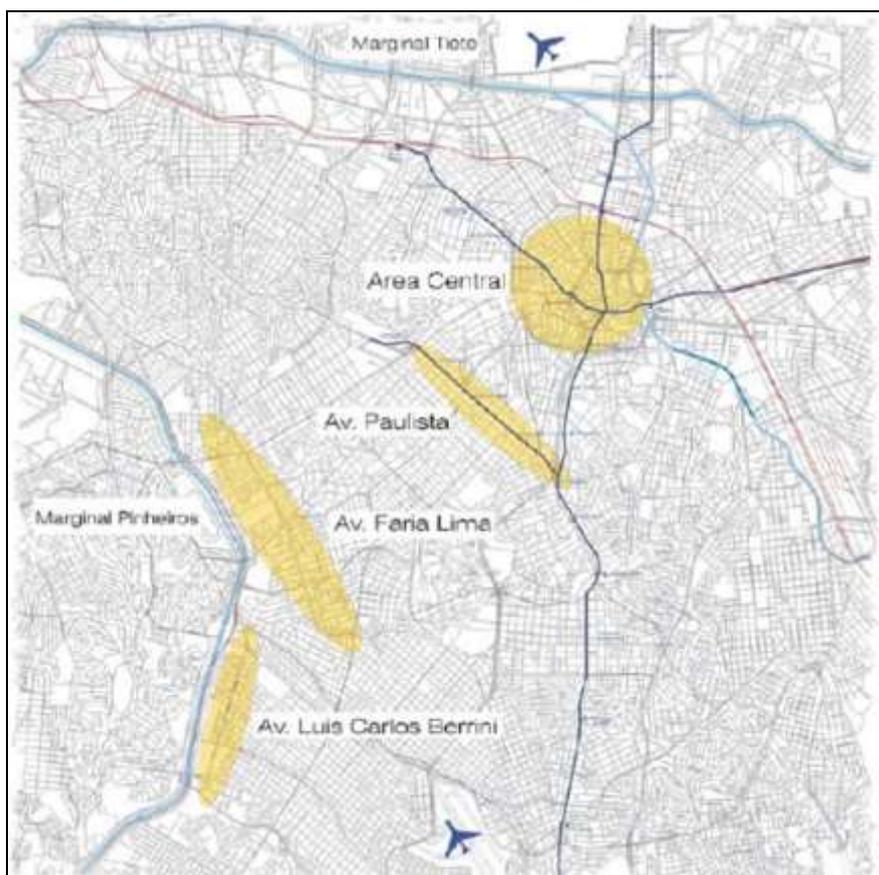
Setor	Anos	1996	2001	Varição
Indústria	estabelecimentos	1.554	769	-51%
	empregos	48.635	27.756	-43%
Serviços	estabelecimentos	6.248	7.328	17%
	empregos	43.568	55.247	27%
Comércio	estabelecimentos	5.511	5.410	-2%
	empregos	18.138	20.008	10%

Fonte: (PÁDUA, 2012, p. 52-53).

Os dados da tabela evidenciam a migração da atividade econômica da indústria para os outros setores. Na comparação entre os períodos, há queda de 51% no número de estabelecimentos industriais e de 43% no volume de empregos. Por outro lado, os serviços crescem 17% e 27% respectivamente. Em relação ao comércio, há um decréscimo no número de estabelecimentos, mas um aumento no número de pessoas empregadas, o que indica uma maior concentração de funcionários em estabelecimentos maiores, como ocorre nos shoppings centers.

Em paralelo ao processo de desindustrialização da capital, percebe-se um movimento de valorização imobiliária que resulta na utilização dos terrenos para construção de grandes condomínios residenciais e comerciais, bem como de hotéis e centros de convenções. O chamado Vetor Sudoeste, composto pela área em torno das Avenidas Luís Carlos Berrini, Brigadeiro Faria Lima e Marginal de Pinheiros, vem se consolidando em uma nova centralidade, a partir de um processo de valorização desta região e da produção de um espaço privilegiado para a instalação de grandes empreendimentos (MONTENEGRO, 2006, p. 61; PÁDUA, 2012, p. 68).

Figura 32 - Vetor Sudoeste – articulado na região da Marginal de Pinheiros



Fonte: (MONTENEGRO, 2006, p. 64).

O Vetor Sudoeste demonstra como a Avenida das Nações Unidas (Marginal do Rio Pinheiros) transforma-se em uma via de trânsito rápido, ligando e articulando uma imensa área formada por grandes avenidas, tais como a Avenida Paulista, Avenida Brigadeiro Faria Lima e Avenida Luís Carlos Berrini. Essa articulação também se estende aos Aeroportos de Congonhas e Cumbica, bem como às principais rodovias que partem de São Paulo. Nesse contexto, a construção civil passa a ocupar importante papel na geração de empregos.

Tabela 3 - Evolução dos empregos - Distrito de Santo Amaro - 2006-2014

Empregos formais por setor econômico				
Anos	Comércio	Serviços	Indústria	Construção Civil
2006	41.273	110.892	45.653	15.915
2014	60.186	191.065	37.008	26.266
Variação %	46%	72%	-19%	65%

Fonte: (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2007, s. p.; 2014, s. p.).

Os dados estatísticos da evolução dos empregos, no distrito de Santo Amaro, demonstram a migração da atividade econômica concentrada nos setores de serviços e construção civil, com crescimento de 72% e 65%, respectivamente, no período de 2006 a 2014. A indústria, que já apresentava queda de 43% no período de 1996 a 2001, mantém o comportamento de queda, com redução de 19% dos empregos.

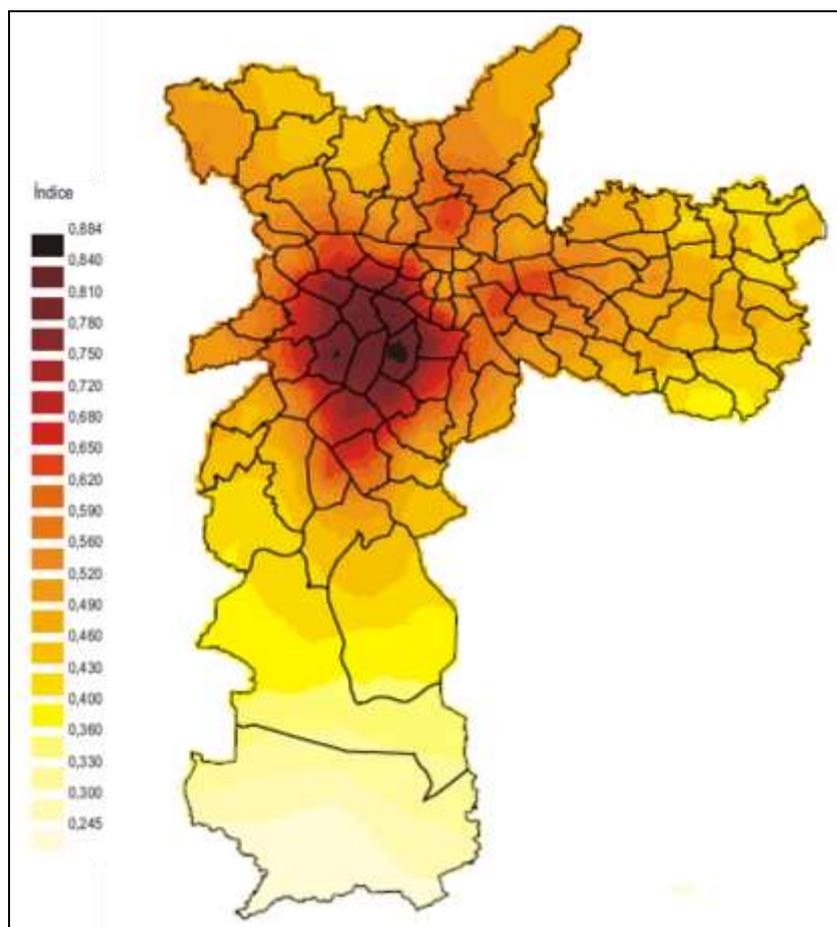
A mobilidade da atividade econômica pelo espaço do bairro, que influencia e determina os usos, associando-se às funções dos lugares, faz com que alguns desses lugares ganhem ou reforcem sua centralidade, em detrimento de outros. Essa centralidade vai sendo redefinida com a disputa de antigos polos, substituindo-os ou complementando-os. Desse modo, o processo de reprodução do espaço realiza-se produzindo novas contradições, baseadas na expansão das atividades econômicas.

Considerando todo o território do antigo município, essa mobilidade e a evolução de sua economia produziu desigualdades e contradições.

Esse fenômeno é confirmado pelo mapeamento do Índice de Desenvolvimento humano Municipal (IDH-M)²¹ do município de São Paulo, divulgado no Atlas do Trabalho de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo 2007 (SÃO PAULO – município, 2007). O atlas foi elaborado pela Prefeitura com o objetivo de identificar as divergências entre as unidades municipais e servir de base para o desenvolvimento de políticas públicas.

²¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) e utilizado como medida padrão para comparar o nível de desenvolvimento econômico e social de diferentes países e permitir comparações entre eles. É construído a partir de três componentes básicos: renda, longevidade e educação. As instituições encarregadas de calcular o IDH para diferentes unidades territoriais, sejam elas países, estados ou municípios, usualmente lançam mão de adaptações nas variáveis que integram aqueles componentes básicos, em função da disponibilidade de dados com maior ou menor grau de agregação. No caso da cidade de São Paulo, para o nível municipal e intramunicipal, o índice foi adaptado, recebendo a denominação de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O cálculo levou em consideração as seguintes variáveis, para cada um de seus 96 distritos: (i) rendimento do chefe da família, em face da ausência de base segura para o cálculo do PIB per capita por distrito municipal; (ii) taxa de mortalidade infantil, em substituição à esperança de vida ao nascer; (iii) taxa de alfabetização combinada com a média de anos de estudos, ambos referentes ao chefe da família, em lugar de matrículas por nível de ensino e taxa de alfabetização de adultos.

Figura 33 - Mapa do IDH-M por Distrito de São Paulo



Fonte: (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2007, s.p.).

A simples visualização do mapa permite concluir que há redução do valor do IDH-M à medida em que se afasta da região central da capital em direção às periferias. Essa queda se mostra mais pronunciada na direção do extremo sul. Retomando as desigualdades presentes em Santo Amaro, o estudo retrata que, dos distritos situados no antigo território do município, (i) seis apresentaram IDH-M elevado pelos padrões do PNUD (acima de 0,800) – destaca-se que são os únicos da capital; (ii) enquanto nove – dos 38 identificados – tiveram valor de IDH-M inferior a 0,499 - considerado baixo pelos padrões adotados. Esse quadro é agravado pelo fato de três desses distritos representarem cerca de 30% desse território.

No centro desse quadro de contradições e desigualdades, está o Largo Treze de Maio, situado na região central de Santo Amaro, rodeado pelos distritos de com IDH-M elevado, mas que aglutina intenso comércio popular.

O Largo Treze de Maio

A região na qual está localizado Largo Treze de Maio é o ponto mais alto do distrito de Santo Amaro, local no qual se deu o início da formação da antiga freguesia, e compreendia a principal centralidade da extinta municipalidade. Inicialmente, o local era chamado de Largo do Jogo da Bola (como já mencionado anteriormente). O nome foi alterado para Largo Tenente Adolfo, em 1885, para homenagear um comerciante chamado Adolfo Pinheiro, que possuía uma loja na região. Com a promulgação da Lei Áurea, em 1888, a Câmara Municipal de Santo Amaro aprovou a mudança da denominação para Largo 13 de Maio. (BERARDI, 1969,p.73).

Com o passar do tempo, a região vem se firmando cada vez mais como um centro que polariza as atividades do comércio popular da Zona Sul da capital. No entanto, o local passou por um processo de decadência urbana, semelhante ao do Centro Histórico de São Paulo, concentrando grande número de vendedores ambulantes. A revitalização da região foi determinada pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 2004. Em 2007, todos os ambulantes foram removidos, sendo destinados a estruturas específicas em outras partes do bairro²².

Ao longo das últimas décadas, uma série de intervenções públicas favoreceu a acessibilidade ao local por meio do transporte coletivo, consolidando-o como ponto de reunião de linhas de ônibus, trem e metrô, conferindo-lhe grande dinamismo. A Subprefeitura de Santo Amaro, que engloba os distritos de Santo Amaro, Campo Grande e Campo Belo, concentra três dos oito corredores de ônibus da capital, além de um terminal municipal, das estações Santo Amaro e Largo Treze do Metrô e estações Santo Amaro e Socorro de trens metropolitanos. O Terminal Santo Amaro, localizado nas imediações do largo, concentra 60 linhas de ônibus. Contudo, circulam no local diversas linhas que não tem seu ponto final no Terminal, mas que cruzam o Largo Treze em direção ao extremo da Zona Sul. Essas características o tornam o principal entroncamento de linhas de transportes coletivos que ligam a Zona Sul às demais regiões da capital (MONTENEGRO, 2006, p. 117).

²² Cerca de 700 barracas e 1400 ambulantes ocupavam completamente o largo e as ruas adjacentes. Além de alavancar as vendas de produtos contrabandeados, pirateados ou roubados, o comércio informal aumentava a criminalidade. Após a remoção dos ambulantes, a subprefeitura oficializou dois endereços no centro de Santo Amaro para o comércio informal, o maior deles com 190 boxes na Avenida Mário Lopes Leão (BRISOLLA, 2009, s. p.).

As estações de Metrô Largo Treze e Santo Amaro registram a média diária de 2.023 e 5.813 passageiros, respectivamente. A linha C da frota de trens metropolitanos, que liga Osasco a Jurubatuba e tem as estações Santo Amaro e Socorro próxima ao largo, transporta cerca de 90 mil passageiros por dia. O fluxo de pedestres é de mais de 6.000 mil pessoas por hora em dias úteis (BRISOLLA, 2009, s.p.).

Figura 34 - Loja de departamentos e vendedores ambulantes - Largo Treze de Maio



Fonte: (MONTENEGRO, 2006, p. 128).

Compreende-se, assim, a paisagem do Largo Treze como reveladora da coexistência de grandes lojas de departamentos, uma série de pequenos comércios e de vendedores ambulantes oferecendo, muitas, vezes, produtos semelhantes: roupas, sapatos, relógios, bijuterias, artigos de cama, mesa e banho, artigos de perfumaria etc. redes de *fastfood* como McDonald's estão próximas a uma série de pequenas lanchonetes, padarias e bares. Dessa forma, a grande circulação de pessoas sustenta a existência de uma série de pequenos estabelecimentos, que só

podem continuar a existir graças a essa escala ampliada de consumidores que circula diariamente na região.

Diante do atributo de polarizadora da Zona Sul e da presença de um meio desvalorizado, em função da concentração de diversos tipos de trabalho e usos empreendidos pela população, a região do Largo Treze pode ser considerada como uma das centralidades periféricas da cidade. Essa centralidade geográfica, urbana e econômica restabelece o papel do largo como núcleo de uma localidade, que remonta às próprias origens do bairro e de toda Zona Sul da capital.

A Catedral de Santo Amaro e o Eixo Histórico de Santo Amaro

O ponto central do Largo Treze de Maio é a Catedral de Santo Amaro, cuja construção como igreja matriz começou em 1833, um ano após a elevação de Santo Amaro à condição de cidade. No período entre 1883 a 1886, o corpo da antiga igreja passou por importantes reformas, ajustes e contribuições. Em frente à velha construção da capela, foi erguida uma torre para nova fachada principal da igreja. O relógio da torre foi doado por Manuel Antônio de Borba, em 1885. O jornal O Estado de São Paulo, em 3 de fevereiro de 1895, divulgava essa importante notícia para a região: "O cidadão Manuel Antônio de Borba, abastado Fazendeiro do Município de Araraquara, acaba de fazer o valioso donativo de um relógio para a Matriz da Vila de Santo Amaro. A encomenda já foi feita na Europa." (UM relógio para..., 1895, p.1).

No início do século XX, entre 1901 e 1905, foram realizadas as construções da Capela-Mor, sacristia e consistório. De 1917 a 1924, foi edificada a nave Central, unindo as duas partes anteriormente construída. A edição do jornal "Polyanthéa", de primeiro de novembro de 1924, número 1.560, foi consagrada às festas da inauguração da Matriz.

Figura 35 - Polyanthéa - inauguração da matriz de Santo Amaro



Fonte: (DIOCESE DE SANTO AMARO, 1999, s.p.).

O texto da Polyanthéa mostra como a comunidade foi informada sobre a conclusão das obras, associando o porte da obra ao estágio de crescimento de Santo Amaro:

Está, finalmente, concluída a Matriz de Santo Amaro. Após um punhado de anos, durante os quaes exforços e exforços se congregaram, trecho a trecho, completa-se hoje a obra que constitue com todos os pontos de vista, o edificio máximo do município. O novo templo está material e moralmente na altura de Santo Amaro netual. Agora que, dia a dia, o casario se estende por toda parte, erguendo-se as construções como rebentos naturais do próprio solo, que se intensifica assombrosamente a população, que apura mais e mais o gosto artístico da cidade [...].(DIOCESE DE SANTO AMARO, 1999, s.p.),

Em 1989, no dia 13 de março, foi criada a Diocese de Santo Amaro pelo Papa João Paulo II, e a igreja matriz se tornou Catedral. O primeiro Bispo Diocesano - D. Fernando Antônio Figueiredo, recebeu o báculo de D. Paulo Evaristo Arns na noite de 27 de maio de 1989. Na ocasião, a igreja do Largo 13 assistiu à chegada de uma pequena multidão, que se aglomerava no interior da nova Catedral, para presenciar o recebimento do símbolo de autoridade e de serviço para a região (BISPOS assumem...,1989, p.20).

Vários anos se passaram após a igreja se tornar catedral, a falta de verbas para manutenção levou ao seu fechamento, em 2007, pois corria o risco de cair. A

partir de 2008, com base em doações da comunidade, iniciou-se o processo de restauro. A comunidade fundou a Associação Cultural de Santo Amaro para levantar recursos e material de construção (SANTO AMARO se une..., 2008, s.p.). A associação também elaborou um projeto para obtenção de recursos por meio da Lei Rouanet, tendo como patrocinadores a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp). Com a aprovação do projeto, foram realizados repasses em 2011 e 2012, que permitiram a realização da primeira parte das reformas e a abertura da Catedral.

Figura 36 - Catedral e imagem de Santo Amaro



Fonte: (DIOCESE DE SANTO AMARO, 2012, s. p.).

A fotografia retrata a catedral, em meio ao movimento do Largo Treze de Maio, com a imagem de Santo Amaro²³ à direita. Dois elementos se destacam na fotografia: as grades que cercam a edificação e o andaime à direita. As grades comprovam a situação precária do imóvel, que causou o seu fechamento. O andaime identifica as obras de restauro sendo realizadas.

²³ A imagem original do santo, doada por João Paes e Suzana Rodrigues, é preservada em um cofre dentro da catedral. Quem visita o local tem acesso apenas a uma réplica da imagem, que fica exposta dentro do edifício (NEIVA, MEYER, 2015, s.p.).

Em 2014, foi realizado novo investimento, no valor de R\$ 2,8 milhões, com os mesmos patrocinadores, por meio da Lei Rouanet, por meio da Secretaria da Cultura. O governador Geraldo Alckmin, ao vistoriar as obras de restauro do local, comentou que a reforma:

É um ganho para São Paulo e para a cultura [...] a Catedral de Santo Amaro tem um grande valor religioso, cultural e social. [...] Tem toda uma história muito importante, uma cultura a ser preservada [...]” uma vez que mantém grande parte das características originais e faz parte de um conjunto de bens tombados dentro do Eixo Histórico de Santo Amaro, com preservação integral (SÃO PAULO - Estado, 2014).

Em 2015, com o processo de restauração em estágio avançado, a Diocese de Santo Amaro realizou a cerimônia denominada Abertura da Porta Santa da Catedral de Santo Amaro, por ocasião do Jubileu Extraordinário da Misericórdia²⁴.

²⁴ O Jubileu, ou Ano Santo, é um ano dedicado à remissão dos pecados e suas penitências, que se baseia nas tradições do Antigo Testamento. O Jubileu ordinário acontece de acordo com os prazos estipulados, normalmente a cada 25 anos; enquanto o Jubileu extraordinário é promovido conforme um determinado evento especial e sua duração varia de alguns dias até um ano. O Jubileu Extraordinário da Misericórdia foi proclamado pelo Papa Francisco, centrado na “misericórdia de Deus”, com início em 08/12/2015 e término em 20/11/2016. O Jubileu é caracterizado por alguns ritos particulares, o rito mais conhecido do Jubileu é a solene abertura da Porta Santa, que exprime simbolicamente tal concessão, quando é oferecido aos fiéis um percurso extraordinário para a salvação (RÁDIO VATICANO, 2015, s.p.).

Figura 37 - Catedral de Santo Amaro – fachada restaurada e Porta Santa



Fonte: (DIOCESE DE SANTO AMARO, 2015, s. p.).

O registro da cerimônia, nas fotografias divulgadas no sitio da Diocese, mostra a Catedral com a fachada restaurada e aberta ao público. No detalhe à direita e acima, a decoração da porta com flores e faixa indicativa da sua função nessa cerimônia.

Tanto a Catedral quanto o bairro em si têm grande relevância para os santamarenses, devido ao fato de constituírem, juntos, uma parcela que possui as características de núcleo primitivo, intactas e conservadas, durante séculos de história. Nessa lógica, o antigo Mercado Municipal, a antiga Prefeitura e a Catedral delimitam um eixo de profundo valor para a identidade do bairro: o Eixo Histórico de Santo Amaro.

Com efeito, o valor histórico de diversos lugares do bairro é objeto de atenção da comunidade, que se organizou ao longo dos anos para constituir a documentação e abrir processos de tombamento. Representam a evolução da área delimitada para o Eixo Santo Amaro, diversas resoluções expedidas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

(Conpresp), em 1991, 1993, 2002, 2004 e 2014, esclarecendo as diretrizes de preservação da trama urbana histórica de Santo Amaro.

Resolução 05/1991: expede o Tombamento ex-officio (TEO), que obriga o município a reconhecer tombamentos da esfera estadual ou federal sem necessidade de nova análise municipal. Desta forma, houve o tombamento imediato da Edificação do Antigo Mercado (mercado de 1897 a 1958), localizado na Praça Dr. Francisco Ferreira Lopes, e já comentado anteriormente. (SÃO PAULO, Município, 1991, s.p.).

Resolução 04/1993: Abertura de Processo de Tombamento APT decorrente dos estudos e análises, do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), para o Eixo Santo Amaro, sob a ótica de Patrimônio Histórico, levando em consideração um eixo do Largo Treze de Maio até a Avenida João Dias. (SÃO PAULO, Município, 1993, s.p.).

Resolução 14/2002: Tombamento Definitivo – entende como relevante para o ambiente urbano do Eixo Histórico de Santo Amaro, considerando seu valor histórico, cultural, arquitetônico, urbanístico, paisagístico e ambiental, como representativo no desenvolvimento desse antigo núcleo que hoje integra a capital, além do inestimável valor afetivo para a população do bairro e região. Estabelece diretrizes, com altura máxima de imóvel tombado e normas de ocupação, especificados para cada quadra da área delimitada. Engloba traçado viário e alguns imóveis da região. (SÃO PAULO, Município, 2002, s.p.).

Resolução 26/2004: indica a mancha urbana do Eixo Santo Amaro enquadrada como Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC 01)²⁵, no Plano Diretor Estratégico, com consequente tombamento dos imóveis localizado na zona estabelecida. (SÃO PAULO, Município, 2004, s.p.).

²⁵ A criação das Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), no Plano Diretor Estratégico de 2002, representou um significativo avanço no processo de proteção do Patrimônio Cultural paulistano, fortalecendo o tombamento e instituindo novos instrumentos para a preservação, recuperação e manutenção desse patrimônio. A revisão efetuada, em 2013, ampliou o conceito de Patrimônio Cultural podendo ser enquadradas, como ZEPEC, porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda desses bens de reconhecida importância histórica, artística, arquitetônica, arqueológica e paisagística, tombados ou protegidos por outros instrumentos em âmbito federal, estadual ou municipal. Também podem ser enquadrados como ZEPEC os bens e áreas que tenham importância para a preservação e valorização de manifestações culturais inscritas no sistema de registro do patrimônio imaterial (SÃO PAULO – município, 2013, s.p.).

Resolução Nº 27/2014: o Eixo Histórico de Santo Amaro teve seu perímetro ampliado, configurando-se no traçado viário, logradouros e elementos urbanos do núcleo histórico do antigo município de Santo Amaro tais como a Praça Floriano Peixoto, o Largo Treze de Maio e a Praça Salim Farah Maluf. As diretrizes do tombamento estabelecem que não será permitida a alteração na vegetação significativa, no traçado viário, bem como em guias e larguras do passeio. Integram o Eixo, edifícios representativos da história do antigo município. (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2014, s.p.).

Figura 38 - Perímetro de tombamento - Eixo Histórico de Santo Amaro



Fonte: (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2014, s.p.).

Os imóveis que integram o Eixo foram objeto de tombamento em virtude do valor histórico, cultural e arquitetônico e ambiental. Dessa forma, impede-se que sejam alterados, adaptados ou reformados. Qualquer procedimento de intervenção deve ser previamente analisado pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e aprovado pelo CONPRESP. Além do antigo Mercado Municipal de Santo Amaro e

da Igreja Matriz de Santo Amaro, já abordados anteriormente nesta dissertação, integram o Eixo os imóveis a seguir.

Figura 39 - Estúdio e residência de Júlio Guerra²⁶



Fonte: (INFOPATRIMÔNIO, 2017, s.p.)

A antiga residência e ateliê do escultor santamarense Júlio Guerra é considerada uma referência da ocupação urbana do antigo Município de Santo Amaro e exemplar de edificação da primeira metade do século XX. O tombamento também é justificado pela necessidade de valorizar o significado da antiga residência e estúdio do consagrado artista plástico. Portanto, é portador de valor arquitetônico, ambiental, histórico e afetivo.

²⁶ A vida e obra do artista serão apresentadas mais adiante, uma vez que se trata do construtor da estátua de Borba Gato.

Figura 40 - Edifício da antiga Prefeitura de Santo Amaro



Fonte: (INFOPATRIMÔNIO, 2017, s.p.)

O edifício está localizado na Praça Floriano Peixoto, logradouro também no tombado no Eixo Histórico. Nesse local, inicialmente foi construída a Cadeia Pública, em 1856. Em 1870, a Câmara Municipal se instalou numa sala do edifício, e, posteriormente, foi construído um segundo pavimento para abrigar a Câmara. O prédio foi demolido em 1928 para construção do atual, que foi inaugurado em 10 de janeiro de 1929 para ser a sede da Prefeitura Municipal de Santo Amaro (BERARDI, 2005, p. 198). Quando Santo Amaro deixou de ser município, transformou-se na sede da subprefeitura.

Em virtude da cor amarela utilizada na pintura externa, passou a ser chamada pela comunidade de Casa Amarela. Nos anos 1990, ela foi restaurada e passou a abrigar o Paço Cultural Júlio Guerra, que oferece inúmeras atividades à população da Zona Sul, além de manter uma sala com móveis do início do século XIX, todos da época em que Santo Amaro permaneceu na condição de município.

Figura 41 - Biblioteca Pública Prefeito Prestes Maia



Fonte: (INFOPATRIMÔNIO, 2017, s.p.)

A biblioteca foi uma iniciativa do Prefeito Prestes Maia, em 1963, cujo projeto foi de autoria do arquiteto Luis Augusto Bertacchi. Foi inaugurada no dia 4 de abril de 1965 sob o nome de Biblioteca Presidente Kennedy. A concepção da biblioteca, como centro de cultura, obedeceu a padrões internacionais da época, dispondo de saguão e auditório e de grandes espaços para as mais diversas manifestações culturais. O prédio tem sete andares, com 7 mil metros quadrados de área construída. (SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, 2008, s.p.).

Com a criação do Sistema Municipal de Bibliotecas, em 2005, o nome foi alterado para Biblioteca Prefeito Prestes Maia. Em 2012, tornou-se uma biblioteca temática, oferecendo uma coleção especializada em Arquitetura e Urbanismo. A maior parte desse conteúdo temático, que soma cerca de 880 itens, é oriunda do acervo particular do próprio Prestes Maia, formado de plantas, documentos, fotografias e outros, que registram a urbanização da cidade.

Figura 42 - Escola Estadual Professor Alberto Conte



Fonte: (INFOPATRIMÔNIO, 2017, s.p.)

O edifício integra o conjunto de projetos, concebidos pelo Convênio Escolar, e representa a primeira manifestação de arquitetura moderna pública na cidade de São Paulo. O Instituto Estadual de Educação Professor Alberto Conte foi baseado na pedagogia do educador Anísio Teixeira, cuja proposta consistia em implantar o ensino em período integral e disponibilizar o espaço educacional e seus equipamentos complementares para a comunidade. Projetada pelo arquiteto Roberto Goulart Tibau e construída em 1953, seu valor arquitetônico e ambiental traduz espacialmente essas diretrizes educacionais. As fotografias mostram a escola à época da inauguração e nos dias atuais. (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2014, p. 56).

Em conclusão, o Eixo Histórico de Santo Amaro é um exemplo de paisagem cultural urbana, resultado da sobreposição de camadas sucessivas, marcas visíveis e invisíveis, deixadas pelas comunidades humanas cuja memória as reconhece, apoiando-se nas imagens e organizações espaciais e materiais que conformam a paisagem e o bairro. Historicamente construída, é um bem patrimonial socialmente configurado pelas sucessivas gerações que ocuparam a região, transformando-se em um marco simbólico do nascimento do bairro.

Ele resume um ciclo iniciado no aldeamento indígena de Virapuera, objeto de atenção dos jesuítas, cujo processo de catequização levou à construção de uma capela com uma imagem de madeira, hoje Catedral, e cercada pela metrópole.

Trata-se de um fragmento do território que contém as marcas da interação e do domínio do meio natural para a ocupação do lugar.

Em meio ao território da urbanização difusa, ele consolida as imagens que atuam como suporte da cultura local, contendo as marcas e sinais da natureza humana. Seus elementos – ruas, praças, edificações - são portadores de uma identidade que lhe confere uma capacidade narrativa, qual seja, a possibilidade de transmitir informação sobre a história de Santo Amaro, sobre a relação de apropriação e vivência, estabelecida ao longo do tempo com as comunidades que sucessivamente o transformaram, e sobre os significados que lhe foram atribuindo.

E, no centro do Eixo Histórico, no Largo Treze de Maio, está o local de onde partiram os bandeirantes de Santo Amaro. De lá partiu, no século XVII, Fernão Dias, com a Grande Bandeira de 1674, organizada com o seu genro Borba Gato.

3 A ESTÁTUA DE BORBA GATO

Paulista, pára um só instante
 dos teus quatro séculos ante
 a sua terra sem fronteiras, o teu São Paulo das
 "bandeiras"!
 [...] Vai! Segue a "entrada"! Enfrenta! Avança!
 Investe!
 Norte - Sul - Leste - Oeste,
 em "bandeira" ou "monção",
 doma os índios bravios;
 rompe a selva, abre minas, vara rios;
 no leito da jazida
 acorda a pedraria adormecida;
 retorce os braços rijos
 e tira o ouro dos seus esconderijos! (SÃO
 PAULO – ESTADO, 1974, p. 3)

O texto em epígrafe foi extraído do poema Hino dos Bandeirantes, de Guilherme de Almeida; instituído como letra do Hino Oficial do Estado de São Paulo pela Lei Estadual de São Paulo nº 337, de 10 de julho de 1974. A escolha do tema Bandeiras e Bandeirantes como ponto central do hino do Estado não é resultado de uma ação isolada para articulação entre o povo paulista e os homens que, em séculos anteriores, penetraram os sertões brasileiros. Desde o final do século XIX, até a metade do século XX, diversas ações foram desenvolvidas para estabelecer essa relação entre paulistas e bandeirantes. Dentre outras ações desse contexto, insere-se também a estátua de Borba Gato.

Por conseguinte, para estudar o monumento como lugar de memória do bairro de Santo Amaro, é preciso analisar de que modo os processos de ocupação do território nacional e de construção da nação inseriram os bandeirantes e os paulistas como protagonistas da história. Um protagonismo que gerou a construção de monumentos, edifícios, retratos e comemorações destinados a instaurar uma coleção de lugares de memória representativa dessa utopia. Indo além, introduzir a questão dos usos desses lugares de memória para compreender que sentido conservam ou renovam em meio às transformações do bairro e da cidade.

3.1 O mito do bandeirante e o imaginário regional paulista

Essa dissertação estuda um monumento que homenageia um bandeirante, partindo de um questionamento acerca dos motivos que levaram a sua construção. Para compreender esses motivos, é preciso estudar um fenômeno que passou a ser chamado, por diversos autores²⁷, como mitologia bandeirante.

Por mitologia bandeirante entendo o conjunto de narrativas e tradições referentes à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e enquanto símbolo do paulista. Ao tratar, aqui, do bandeirante e da mitologia a ele referente tomo-o não como personagem histórico, uma vez que não me interessa estudar o bandeirantismo enquanto fenômeno histórico, mas enquanto personagem central de um imaginário regional. (SOUZA, 2007, p. 151-152).

O imaginário, abordado por Souza, (2007, p. 151), é explicado por Castoriadis (1982, p. 11-13) como uma criação a partir do nada. O imaginário cria o mundo, pois está na base de todo pensamento e da possibilidade de sentido. O real, o ser, a racionalidade, não são mais que produtos do imaginário. Enquanto criação, o ser não se fecha em uma única determinação possível, pelo contrário, está sempre aberto, pois o ser está em construção. Em uma sociedade, aquilo que escapa a criação imaginária social, o mundo físico, é desprovido de significado. Por outro lado, na dimensão imaginária a existência é significação. As significações são conectadas umas às outras por uma lógica decorrente de instituições imaginárias e sociais, criadas, instituídas e compartilhadas por um coletivo social e anônimo.

O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos. (CASTORIADIS, 1982, p. 13).

Wunenburger acrescenta que só há imaginário quando “um conjunto de imagens forma uma totalidade mais ou menos coerente, que produz um sentido

²⁷ O mito do bandeirante, na construção da identidade regional paulista, foi objeto de estudos acadêmicos em diversas áreas, como os que podem ser consultados em:
 ABUD, Kátia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985. 342f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
 SOUZA, Ricardo Luiz de. Identidades regionais: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia. Londrina-PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013.
 RAIMUNDO, Sílvia Lopes. A Invenção do Mito Bandeirante: Tradição e Pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das Décadas de 1920-1930. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). 2001. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

outro que aquele local e momentâneo” (2007, p. 10-11), e que fará parte, então, do que se denomina holístico (totalidade). Dessa forma, o imaginário obedece a uma lógica e organiza-se em estrutura; o imaginário é obra de uma imaginação transcendental e tem um poder figurativo que ultrapassa os limites do mundo sensível. Portanto, mesmo sendo portador de um conteúdo e de estruturas, provém de uma intenção da consciência e é dotado de uma dinâmica própria.

É nesse contexto que a mitologia bandeirante começa a ser estruturada no final do século XVIII, com o bandeirante surgindo nos anos 1920 como representante das raízes sociais brasileiras, conquistador do sertão do país e fundador da raça e da civilização brasileira. Considerando a inseparabilidade do imaginário de grandes símbolos e mitos, a articulação entre imaginário e mito mostra que este último é chamado, em virtude de seu compartilhamento e de sua transmissão, para a construção e reconstrução do imaginário. Assim, o mito constitui uma forma exemplar de transformação de um imaginário. (WUNENBURGER, 2007, p. 44-50).

Dois fatores foram determinantes na construção do imaginário regional paulista acerca do mito do bandeirante: a associação entre o bandeirante e o paulista, o que o transforma no símbolo do ser paulista; e a ênfase no papel do bandeirante como construtor da nacionalidade brasileira a partir da expansão territorial por ele promovida. Nesse sentido, a mitologia bandeirante define o paulista como um agente da construção da nacionalidade, sendo o bandeirante o seu protótipo histórico.

Para compreender essa relação entre paulista e bandeirante, é necessário recorrer aos estudos que tratam do tema das expedições que adentraram o país e o seu papel na engrenagem da colonização do Brasil. Apesar de o termo expedição ter sido usado como referência genérica a todas as incursões em direção ao interior do país, desde o início da colonização e por diferentes partes do território, a sua variação ocorreu de lugar para lugar e de tempos em tempos, com diferentes nomenclaturas.

Basílio Magalhães (1978, p.20) estabelece dois grandes ciclos de expansão geográfica dessas expedições: (i) o ciclo das entradas seria o ciclo oficial da expansão geográfica operada quase toda dentro da linha de Tordesilhas, ao longo

da zona litorânea. As expedições desse ciclo tinham por objetivos a tentativa de descobrir riquezas minerais e a conquista da terra aos índios. (ii) o ciclo das bandeiras, chamado de espontâneo, por não ser financiado pela Coroa, cuja expansão geográfica foi realizada quase toda além da linha de Tordesilhas. Esse ciclo teve por origem e cenário o interior do país, desbravando-o ocupando-o, no espaço de tempo que vem de meados do século XVI até ao ano final do XVII.

O ciclo das bandeiras foi desdobrado em subdivisões, de acordo com o objetivo principal das expedições. Na segunda metade do século XVII, o Ciclo do Ouro de Lavagem, que se operou no litoral ou numa faixa estreita da borda do Oceano Atlântico, tendo seu clímax no território atual do Estado do Paraná. O Ciclo da Caça ao Índio principia com o assalto às tribos da Paraíba em 1562, e tem seu apogeu no período de 1628 a 1680, terminado por volta de 1695. A partir de 1693, e avançando ao longo do século XVII, o Grande Ciclo do Ouro, isto é, do ouro de mineração e fundição.

Essa subdivisão é questionada por autores, como Davidoff (1984, p.86), que acredita não ser possível distinguir claramente os objetivos das bandeiras em ciclos ou períodos. Uma vez no sertão, os bandeirantes visavam obter vantagens para compensar os esforços e investimentos realizados, seja por meio do aprisionamento de indígenas; ou pela exploração de metais e pedras preciosas. Dessa forma, havia uma articulação nas intenções das bandeiras, que combinava a caça ao índio e a pesquisa mineral.

Uma outra tendência de segmentação, apresentada por Ellis Jr. (1976 apud DAVIDOFF, 1984, p.107), toma por base o comportamento das expedições. Nesse caso, as bandeiras do século XVII são separadas daquelas ocorridas no século XVIII. As primeiras seriam expedições bélicas, destinadas ao aprisionamento de indígenas. As seguintes, eram essencialmente empresas comerciais, cujo objetivo era a descoberta de ouro.

Desde o início do ciclo das bandeiras, a participação de São Paulo é destacada. Capistrano de Abreu (1998, p. 141-142) e Basílio de Magalhães (1978, p. 68-70) destacam a localização de Piratininga e as características étnicas e sociais da população como fatores preponderantes para o predomínio paulista nas

expedições rumo aos sertões brasileiros. Em relação à localização geográfica, destaca-se que:

Em contato direto com a mata bravia, que o cercava por todos os lados, obrigado a atravessar as abruptas, intratáveis florestas da serra do Mar, para se comunicar com o litoral, o povo paulista habituou-se desde cedo à vida aventureira dos bosques, que tinha para ele todos os perigos e toda a fascinação do desconhecido. E só o paulista se achou nestas condições: os outros centros de colonização foram plantados no litoral, ao longo das praias. (MAGALHÃES, 1978, p.68)

Sob esse ponto de vista, o estabelecimento de Piratininga já em 1530, constituía uma vitória sobre a mata e deste avanço procede o avanço peculiar de São Paulo. Logo, em virtude da extrema proximidade da região com o sertão, e com as bacias do Rio Tietê e do Rio Paraíba do Sul, ela tornou-se uma comarca das bandeiras.

A situação geográfica de Piratininga impelia-a para o sertão, para os dois rios de cuja bacia se avizinha, o Tietê e o Paraíba do Sul, teatros prováveis das primeiras bandeiras, que tornaram logo famoso e temido o nome paulista. (ABREU, 1988, p. 44).

Quanto aos aspectos étnicos e sociais, os autores destacam a gente de São Paulo como mamalucos, isto é, filhos de índias com os primeiros povoadores, uma vez que mulheres brancas não chegavam ao local. Essa geração mamaluca, que surgiu primeiro em São Paulo e na Bahia, teria formado uma raça inteiramente aclimatada ao solo e ao clima do país, o que permitiu a obtenção dos expressivos resultados no devassamento e na conquista de uma grande superfície do território nacional. Os feitos dos bandeirantes paulistas são retratados de tal maneira épica, que foram comparados aos gregos e romanos.

O expansionismo foi da vila e depois da cidade de São Paulo, e não da Capitania. [...] A Capitania era algo informe; somente o sentimento de pertencer a uma vila e a uma cidade é que dominava a gente bandeirante de São Paulo [...] o expansionismo de São Paulo era um expansionismo de uma cidade, e sob esse aspecto, na história só tem semelhança com a Roma imperial, que era também uma cidade. (FERREIRA, 1977, p. 28).

[...] os heróis paulistas são comparados aos heróis gregos, explicando até as causas porque os nossos audazes compatriotas

não tiveram, como os helenos, uma epopeia condigna dos seus feitos assombrosos [...]. Bastou uma geração de mamelucos, para que homens de todas as condições [...] organizassem essas expedições, que investiram contra os sertões, afrontando o que se pode imaginar de obstáculos e provações. (MAGALHÃES, 1978, p. 73).

A combinação de condições geográficas, sociais e étnicas teriam, então, inspirado as condições históricas específicas de Piratininga. Toda essa combinação teria influenciado o espírito dos seus habitantes, proporcionando características que não havia em outras populações do Brasil: um espírito bandeirante, que teria guiado as ações dos paulistas nas incursões ao sertão. Os bandeirantes, de forma diferente aos colonizadores situados na costa, teriam laços com o solo, representando a adaptação da civilização ocidental e branca à terra e ao clima.

Enquanto por um lado o isolamento de São Paulo, e as dificuldades para o desenvolvimento da exploração agrária, levaram à marginalização da região no sistema de exploração colonial, forçando seus moradores na direção do sertão em função da extrema pobreza; de outra parte, essas mesmas condições teriam produzido um povo corajoso, valente, audacioso, independente e lutador (RAIMUNDO, 2010, p. 182). Essa semente de rememoração poderia permanecer um dado abstrato, ou formar-se em imagem e, como tal, permanecer e finalmente tornar-se uma lembrança viva. Esses destinos, como afirma Halbwachs (2006, p. 55), dependem da ausência ou da presença de grupos de referência²⁸. E vários foram os grupos formados em São Paulo, ao longo de sua história, para tornar essa imagem abstrata em uma lembrança viva do ser paulista, como veremos mais adiante, nesta dissertação.

O período entre as décadas de 1660 e 1680 marcaram Portugal com o momento de crise econômica aguda, que já vinha sendo presenciada há tempos. A existência das minas de São Paulo importava mais como prova da presença de ouro no Brasil do que pela sua produção. Os indícios de riqueza levaram as autoridades portuguesas a investir na sua procura. Na época, já era conhecida, na Corte de

²⁸ Um grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e con-fundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência próprios do grupo. (HALBWACH, 2006, p. 56),

Lisboa, a capacidade dos paulistas de se embrenharem pelos sertões. Compreende-se, assim, porque São Paulo e seus bandeirantes tornaram-se parte dos planos de Portugal. O governo passou a estimular as buscas de minas de prata, ouro e esmeralda no Brasil. Sem recursos para coordenar as ações de procura e exploração de metais e pedras preciosas, a Coroa passou a depender da iniciativa privada. (ABREU, 1998, p. 160).

Tem início um grande fluxo de cartas régias destinadas às autoridades do governo colonial e aos paulistas, estimulando os colonos a adentrarem pelo sertão à procura de ouro. Como contrapartida, seriam oferecidos títulos, honras e mercês, que funcionavam como estímulos aos que desejavam ascensão social.

D. Pedro II, depois de ver frustradas ou mal correspondidas todas as esperanças concentradas nas minas, resolveu dar um grande passo: dirigiu as mais lisonjeiras cartas à gente principal de São Paulo, confiando-lhe por assim dizer a questão. (ABREU, 1998, p. 162).

O interesse estava voltado para as minas de ouro das quais se tinha notícias, destacando que, em relação às entradas sertanistas, a familiaridade dos paulistas no assunto era conhecida por todos. Era fundamental, portanto, “que o Rei colocasse esses vassallos a seu serviço, a fim de que eles utilizassem de seu conhecimento do interior do Brasil e de sua técnica de penetração pelo sertão para descobrir riquezas”. (VOLPATO, 1985, p. 91). Em carta destinada ao governador do Rio de Janeiro, datada de 12 de janeiro de 1690, o Rei determina que, para garantir o descobrimento de minas de ouro e prata, os moradores de São Paulo devem ser persuadidos de maneira firme, transmitindo a eles as honras que os distinguirão dos demais.

As concessões estabelecidas nos contratos de vassalagem entre a Coroa e os paulistas, estabelecia que os serviços prestados ao rei eram postos em prática apenas mediante recompensas. Esse aspecto, que fazia parte da cultura paulista da época, criou uma imagem chamada de República de São Paulo, pois as negociações envolviam prêmios elevados para convencer os paulistas a assumir riscos de todas as naturezas a fim de alcançar os prêmios ofertados. Além das buscas de metais preciosos, os paulistas eram contratados para proteção do patrimônio açucareiro e pecuário do Nordeste. Destaca-se, nesse sentido, a

campanha de Domingos Jorge Velho, considerada a mais famosa por ter sido responsável pela destruição do Quilombo dos Palmares (VOLPATO, 1985, p. 107).

A descoberta de minas de ouro nos primeiros anos da década de 1690 levou à abertura de novas frentes de exploração, surgindo outros pontos de mineração. Esse fato gerou forte migração de todas as partes do Brasil.

Cerca de 1740 minerava-se ouro desde as serranias do Espinhaço até os chapadões dos Parecis, e quase sempre fora um paulista o descobridor. São Paulo estava, porém, exausto. Densa sua população não era tanta que pudesse resistir a tantas sangrarias ininterruptas que a vitimaram. Por maior desventura, os poderes públicos quase não deram um passo que não fosse em detrimento daqueles sertanistas façanhudos. [...] Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, ofereceu-se para abrir caminho direto das minas com o Rio de Janeiro. [...] A obra antipaulística foi continuada por seu concunhado Manuel da Borba Gato, que se estabeleceu no rio das Velhas.[...] o governo da metrópole, absorvido por interesses fiscais, sacrificou conscientemente São Paulo a Minas. (ABREU, 1988, p. 46-48).

Os paulistas, pioneiros no processo, se viram lesados em virtude da quebra do direito de conquista, pois se julgavam responsáveis pela descoberta das minas. Além da retirada de muitos paulistas do controle das minas, a capitania de São Paulo separou-se de Minas Gerais.

Na segunda metade do século dezoito [...] os paulistas não sabiam mais sertanejar nem minerar. [...] Entretanto, lentamente São Paulo foi-se reerguendo. A plantação de cana, de café, a imigração, as estradas de ferro, os fatores geográficos revalorizados, deram-lhe nova e mais vigorosa vida, porém, não restituíram a hegemonia que há anos representa em toda vida brasileira. (ABREU, 1988, p. 49).

As atenções desses bandeirantes se voltam para as minas recém-descobertas em Cuiabá e Mato Grosso. Passa-se, assim, para o processo de formação nacional, igualmente mitificado, na ação dos bandeirantes na colonização do Mato Grosso. O mito da raça de gigantes é recuperado e desdobrado para explicar o desempenho dos primeiros colonos no processo de ocupação da região, que adentraram o espaço vazio. Vazio porque seus ocupantes anteriores – os índios, são apagados pelo mito. (SOUZA, 2007, p. 157; VOLPATO, 1985, p. 16).

Na segunda metade do século XIX, com a expansão da produção cafeeira, a província de São Paulo apresenta representativo crescimento econômico da província, no entanto, essa transformação não provocou mudanças na esfera política.

A elite paulista continuava isolada do poder político e decisório concentrado na capital do Império, o Rio de Janeiro. Esse foi um dos motivos para a adesão ao movimento republicano, defendendo mais autonomia para os estados. (ABUD, 1985, p. 198). As camadas dirigentes paulistas recorriam à história para justificar seu direito a uma maior participação política. Os paulistas de Piratininga, desde o início da colonização, tinham sido responsáveis pela ampliação do território nacional, proporcionando riquezas à metrópole com o ouro que encontraram em regiões distantes do litoral e levando a civilização para os locais mais distantes, transformados por eles em domínio português.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), criado em 1894, teve papel relevante no ambiente cultural brasileiro durante a Primeira República, contribuindo para a consolidação de uma imagem positiva do povo paulista. A produção intelectual dos sócios construiu um conjunto de representações sobre o povo e o passado paulista, que acabaram contribuindo para fortalecer a liderança política e econômica de São Paulo durante a Primeira República. No desenvolvimento dessa história regional, percebe-se a projeção de fatos, ações e pessoas que fornecem exemplos dignos da história paulista. Nesse processo, as discussões sobre a raça e o movimento bandeirante²⁹ são exemplos em destaque.

O movimento bandeirante foi tema constante nos textos das revistas da agremiação, e o bandeirante, sujeito deste processo, foi elevado à categoria de herói nacional, representado como o grande alargador das fronteiras brasileiras, desbravador audaz que, fortalecido por sua garra e vontade, definiu a imensidão territorial do país. (MAHL, 2008, p. 31).

²⁹ A esse respeito, historiadores clássicos desenvolveram a primeira visão sobre a história de São Paulo, marcada por forte adesão à ideia de o paulista como liderança nacional. É o que vemos em: ELLIS JR, Alfredo. Raça de gigantes: a civilização no planalto paulista. São Paulo: Editora Helios, 1926. LUIS, Washington. Na capitania de São Vicente. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. TAUNAY, Affonso de E. História das Bandeiras Paulistas. Tomo I (1641-1651). 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. BELMONTE. No tempo dos bandeirantes. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

A imagem positiva do bandeirante tornou-se um ponto de apoio para as novas elites paulistas, que assumiram posição de herdeiras desse míticos antepassados, assumindo a identidade de modernos bandeirantes. Uma grande parte dos sócios e escritores do instituto defendia a existência de um grupo distinto em São Paulo, fruto da mistura dos primeiros colonizadores portugueses com a população indígena local, que teria gerado uma nova raça. Os portugueses seriam os desbravadores aventureiros que superaram as dificuldades impostas pela natureza para lançar as bases de uma nova civilização. Os indígenas eram bondosos e aceitavam a civilização aplicada pelos brancos. Da mistura desses dois grupos, pretensamente isolados no planalto de Piratininga, teria sido formada a raça paulista, que serviu de base para a construção de um imaginário positivo do povo paulista.

A força da raça paulista era considerada tão prodigiosa que estaria imune da perda de identidade resultante da chegada de migrantes e imigrantes, resultado da grande movimentação populacional verificada no Brasil no início do século XX. Alfredo Ellis Júnior (1932; apud MAHL, 2008, p. 45) foi o principal representante desses estudos raciais que procuravam glorificar as origens paulistas, utilizando bases científicas e históricas para demonstrar a origem sócio racial dos europeus e sua mestiçagem com o elemento indígena. Um dos grandes propagadores da superioridade da raça paulista, ele mostrava-se confiante em relação à chegada dos imigrantes, acreditando que a miscigenação seria benéfica aos paulistas.

A raça, o meio physico e o meio social são creadores da nossa grandeza. Esses factores, moldando os moradores e orientando-lhes na sua evolução histórica e social, predeterminaram que seríamos um agrupamento humano superiormente dotado, capaz de attingir o grau de prosperidade em que nos encontramos. Esta consequência devemos exclusivamente a esses factores apontados, tendo, apenas, o elemento estrangeiro das correntes imigratórias avolumado o nosso progresso e nos auxiliado a conquistar opulência. O futuro certamente nos abrirá uma época de descomunal opulência. (ELLIS JÚNIOR, 1932; apud MAHL, 2008, p. 45).

As vantagens raciais dos mamelucos paulistas, de acordo com por Washington Luís (1980, p. 174-175), seriam decorrentes do aproveitamento das melhores qualidades de cada uma das raças que se cruzaram. Segundo o autor:

[...] os mamelucos herdaram dos pais uma inteligência mais apurada, a iniciativa e a tenacidade nos esforços, as possibilidades da civilização, aprenderam a língua portuguesa e foram feitos cristãos; das mães herdaram a resistência física às agruras do viver sem conforto, a sobriedade na qual o comer não tinha horas marcadas, e, às vezes, nem havia o que comer. Herdaram mais a imunidade às febres, conseguiram a adaptação ao clima áspero e selvagem do sertão falto de todo o necessário, mas abundante de feras, de mosquitos, que dão febres, que herdaram também os ódios de tribos, e, por consequência, o gosto indômito de guerrear. Foram eles, foram esses mamelucos, os elementos básicos, indispensáveis para a organização das bandeiras e decisivos para o bom êxito das entradas ao sertão, concorrendo poderosamente para a conquista e povoação do interior do Brasil. (LUIS, 1980, p. 174-175)

Em sua defesa para a existência de uma raça paulista, Washington Luís afirmava que não haveria um Brasil sem o mameluco paulista, pois:

[...] só essa gente rude, que ficou para mestiçagem, poderia deixar aos seus descendentes o nome de bandeirantes. Só os seus descendentes imediatos, os meio-sangues, os mamelucos, como injusta e desprezivelmente eram conhecidos, poderiam afrontar e vencer as agruras do sertão. (LUIS, 1980, p. 57).

Compreende-se, assim, a imagem do bandeirante que foi transformada em símbolo paulista, representativo de sua própria identidade seja qual for a época, inclusive em momentos de conflito como da República Velha e da Revolução Constitucionalista de 1932, como será explicitado mais adiante.

Na construção do fenômeno que Antônio Celso Ferreira (2002, p.173) denominou uma epopeia bandeirante, além do IHGSP, tiveram papel relevante o Almanaque Literário de São Paulo (fundado em 1876, por José Maria Lisboa) e Academia Paulista de Letras. Os autores vinculados, ou que colaboraram na produção dos textos do período, participaram ativamente na apresentação e representação do processo pelo qual se deu a glorificação do passado, do bandeirante e das bandeiras na configuração da escrita da história de São Paulo. Os principais romances do período, por exemplo, apresentavam como foco o drama e as personagens que, direta ou indiretamente, estariam ligados ao processo de consolidação das bandeiras paulistas e de sua expansão para outros lugares. Esses

romances contribuíram para a formação da mitologia bandeirante no imaginário social, reforçando as representações que se faziam a respeito do passado paulista.

Nesse sentido, a elite intelectual paulista e as instituições por elas formadas, no período de 1870 a 1940, articularam uma visão da história paulista, que visasse à glorificação do passado no presente. Essa produção representou, na historiografia paulista, o momento de auge na produção de uma história do bandeirantismo, constituindo-se numa época de conformação da epopeia bandeirante, na qual:

As letras históricas paulistas, congregando um arco de manifestações discursivas inter-relacionadas, no qual germinaram a historiografia e a literatura, constituíram-se como meios privilegiados de edificação de um saber sobre a terra e a gente de São Paulo, antes do advento de saberes profissionalizados desde os anos de 1940. Elas expressaram a busca de uma identidade regional no espaço amplo e movediço da modernidade, voltando-se simultaneamente para o passado e para o futuro. Na recriação (sempre mítica) do passado, elas buscavam as energias capazes de garantir coesão social e durabilidade cultural para uma sociedade acometida por intensas e rápidas mudanças. Ao se projetarem para o futuro, deixaram entrever os conteúdos utópicos próprios aos regionalismos e nacionalismos (FERREIRA, 2002, p. 353).

Parece oportuno, portanto, deduzir que houve grande esforço, no período abrangido por quase um século, para a construção da crença de um futuro grandioso do país a partir da liderança da elite paulista que, supostamente descendente dos bandeirantes, seria responsável pela superioridade cultural e racial verificada no povo paulista. Essas convicções justificam e fortalecem a ideia de supremacia de São Paulo sobre os demais estados, vinculada a história bandeirante.

Cabe traçarmos um paralelo com as pesquisas genealógicas³⁰ que ganharam força entre 1890 e 1910, com a edição de livros que demonstravam a origem

³⁰ As genealogias foram estudos acerca das famílias consideradas mais relevantes no povoamento de São Paulo e do interior do Brasil, envolvidas nos mais diversos setores da vida nacional. Merecem destaque, nesse tema:

SILVA LEME Luiz G. Genealogia Paulistana. São Paulo: Duprat Comp, 1903-1905 (9 volumes).

Em 1999, iniciou-se o Projeto Genealogia Paulistana, a partir de esforço e digitação de voluntários, a obra de Silva Leme foi transcrita e finalmente disponibilizada na Internet, em 2003. Em 2002, a genealogista paulista Marta Maria Amato reeditou a obra, com correções e acréscimos inéditos.

DAUNT, Ricardo G. Genealogia paulista. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1893.

colonial dos ricos fazendeiros de café da República. As conquistas territoriais realizadas pelos sertanistas, sua busca de riquezas minerais e de índios para escravização foram tomados como sinal de identidade de São Paulo. Nesse sentido, paulistanos e paulistas se equivaliam, porquanto as genealogias enfatizarem a origem comum, na vila de São Paulo, dos primeiros habitantes de Jundiáí, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Itu, Sorocaba ou Taubaté.

Sob tal enfoque, cabe resgatar o objetivo desta pesquisa, qual seja, estudar os motivos que levaram à ereção da estátua de Borba Gato, articulando os esforços para construção do imaginário regional paulista ao mito do bandeirante. Nesse contexto, o próprio bandeirante se apresenta como um lugar de memória, como uma resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo, na sua busca por pertencer (NORA, 1993, p.9). Se esses lugares são um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de identificar uma origem, um nascimento. E neste ponto já é permitido concluir preliminarmente o nascimento do bandeirante como um lugar de memória na historiografia paulista. Nesse jogo social da memória e da identidade, no qual a origem e o acontecimento são duas ancoragens que permitem a construção de identidades (CANDAU, 2011, p. 95), as bandeiras e os bandeirantes funcionam como instrumentos que ratificam a filiação do paulista a uma identidade bandeirante. A partir da escolha dos fundamentos históricos que compuseram a identidade narrativa paulista, assegurou-se a estrutura identitária do grupo.

Se coube ao IHGSP produzir um alicerce teórico para a revisão da história brasileira pela ótica paulista, o palco dessa consolidação foi o Museu Paulista, outra instituição importante para a afirmação da história e das tradições paulistas. Criado em 1893, o museu passou a ocupar o palácio Bezzi, construído na colina do Ipiranga. Em seus primeiros anos, o museu era uma instituição central na valorização da Ciência a serviço do Progresso, cujo saber científico era mais um elemento de sobrevalorização da cena paulista. A partir de 1917, Afonso d'Escragnolle Taunay assumiu a direção do museu, e abriu uma nova sala dedicada à narrativa histórica, dedicada ao mito do bandeirante. Para a exposição de 1922,

em comemoração ao centenário da independência, o desafio foi reunir dois pontos importantes para a história paulista: o marco da independência e o mito do bandeirante. (OLIVEIRA, 2008, p. 134-135; MAKINO, 2002-2003, 171-172)

O marco, representado pelo fato de a independência ter sido proclamada em território paulista, seria uma demonstração de que o Estado, desde sua origem, continha todas as forças reunidas para conquistar o conjunto do país. O mito do bandeirante, para avaliar a autonomia da história em relação às demais áreas de conhecimento do museu. Desses parâmetros, Taunay estruturou o acervo artístico e histórico do museu.

Ele apresentou um projeto visual para destacar, sob o signo da glória, a particularidade de São Paulo e de seu passado bandeirante. Ao criar um discurso visual bandeirante, não apenas são coletados documentos iconográficos, como outros são produzidos por encomenda a pintores e escultores segundo prescrições bem definidas. A área prevista para as comemorações do Centenário compreendia o Saguão, a Escadaria, o Salão de Honra e quatro salas do primeiro andar. No Saguão, a fim de ocupar quatro painéis e oito locais para retratos, a concepção original homenageou as primeiras manifestações de independência do espírito nacional – cena da Inconfidência Mineira, Guerra dos Emboabas, Guerra dos Mascates e Rebelião Mineira de 1720. Além do próprio Monumento à Independência, foram encomendadas duas esculturas representando Raposo Tavares e Fernão Dias Paes Leme. As estátuas foram feitas, em mármore de Carrara³¹, por Luigi Brizzolara, estatuário italiano de renome à época. Em virtude das limitações de orçamento, no Saguão, ficaram apenas duas esculturas. (MAKINO, 2002-2003, p. 173).

³¹ Mármore de Carrara é um tipo de mármore de alta qualidade com larga aplicação no setor estatuário. Ele é extraído da cidade de Carrara, localizado na província de Massa e Carrara em Lunigiana, ponta mais ao norte da atual Toscana na Itália. (UFMG, s.d., s.p.).

Figura 43 - Estátuas em mármore de Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, no saguão do Edifício



Fonte: (BARBUY, 1997, p. 287-288).

As duas esculturas foram feitas para simbolizar dois momentos distintos do bandeirantismo. Antônio Raposo Tavares, à esquerda, personificando o ciclo da busca da mão de obra indígena, seja no sertão, seja nos aldeamentos jesuíticos; e a devassa e exploração do distante sertão. A mão alçada à frente simboliza o gesto do conquistador de terras, a extensão alcançada pela sua expedição, a exploração do horizonte. Fernão Dias Paes Leme simboliza a fase seguinte, aquela do descobrimento do ouro e de pedras preciosas, inaugurando-se o chamado ciclo do ouro, com o povoamento do sertão. O gesto simbólico representado na escultura é o da cabeça inclinada, olhar voltado para um pedaço de mineral que traz na mão.

Para ornamentação da escadaria³², foram encomendadas, seis estátuas de bronze de bandeirantes, com o objetivo de ressaltar o empenho de desbravadores paulistas para o surgimento de outras unidades da federação.

³² Na Escadaria, Taunay avaliou as condições arquitetônicas do entorno – um nicho grande para estátua e seis consolos ou pedestais para estátuas menores, nas quais foram assentadas as estátuas dos bandeirantes. O nicho foi projetado para conter a escultura de D. Pedro I, concluída somente em 1923. Ao longo da escadaria, foram inseridas ânforas de vidro para conter as águas dos rios brasileiros, representando cada um deles um ou mais Estados brasileiros. A representação da Nação

Figura 44 - Vista geral da escadaria e das estátuas dos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva, Manuel Preto e Manoel de Borga Gato.



Fonte: (BARBUY, 1997, p. 282).

Taunay, em relatório enviado ao Secretário do Interior de São Paulo, em 23 de janeiro de 1923, assim descreve a seção destinada às seis estátuas:

Ao nível do pedestal da estatua de D. Pedro I deixou o architecto seis outros pedestaes menores, dominando a caixa da escadaria. Foram aproveitados para recordar o bandeirantismo, episodio culminante da historia nacional, e por assim dizer singular na Historia Universal. Recorda a expansão brasileira para Oeste, sem a qual seria o nosso território um terço do que é. Sobre os pedestaes, figuram pois, seis bandeirantes celebres, como a montar guarda ao fundador da nacionalidade brasileira. Aproveitando o facto de que são seis estatuas, cada uma delas symbolisa uma das unidades da Federação que se destacaram do território de São Paulo. (TAUNAY, 1926; apud BARBUY, 1997, p. 288, grifo nosso).

As seis esculturas de bandeirantes célebres, mencionada por Taunay, representam Manoel de Borga Gato, para Minas Gerais; Francisco Dias Velho, para Santa Catarina; Paschoal Moreira Cabral, pelo estado de Mato Grosso, e Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, que representa a expansão em direção a Goiás; Manuel Preto, para o Estado do Paraná e Francisco de Brito Peixoto, do Rio Grande do Sul.

no Museu Paulista, através das águas dos rios, foi a estratégia adotada para a inserção de elementos alegóricos na construção da identidade nacional. (MAKINO, 2002-2003, p. 173).

A atuação de Taunay como diretor do Museu Paulista compõe o perfil de um dos intelectuais paulistas, cuja obra principal *A História das Bandeiras Paulistas*, foi elaborada com o confronto de informações a respeito do tema e pela narrativa da epopeia bandeirante. Ao narrar os documentos depurados pela crítica documental e pelo diálogo com outras produções do período, compondo ações gloriosas e perfis heroicos, utilizando recursos metodológicos que acreditava levarem à verdade, Taunay construiu uma história épica das bandeiras paulistas e colaborou para a criação de narrativas para a formação da identidade de São Paulo.

Essa construção histórica do passado paulista permite compreender a função social do passado, uma vez que a maior parte das sociedades considera o passado um modelo do presente. A esse respeito, o espírito histórico:

[...] acredita na realidade do passado e considera que o passado, tal como é e até certo ponto, no seu conteúdo, não é, por natureza diferente do presente. Ao reconhecer o passado como tendo existido, considera que o que existiu, teve um lugar e uma data, exatamente da mesma maneira que o que existe, que este acontecimento que hoje tenho diante dos olhos. Isto significa que não é permitido, de forma alguma, tratar o acontecido como fictício ou irreal. (LE GOFF, 2013, p. 203-204).

Por analogia, compreende-se a criação do imaginário regional paulista, tendo como ponto central o mito do bandeirante, como uma crença da sociedade paulista nesse passado heroico do qual resultou uma identidade própria. Em se tratando de posições identitárias, essa crença proporciona uma separação entre o eu (paulista) e o outro (o restante dos brasileiros), traduzida num sentimento de pertencer.

Em contrapartida, é preciso recordar que o processo de entender o presente a partir do passado apresenta fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança. Porém, na sua ligação com o passado, uma sociedade seleciona quais inovações e mudanças podem ser admitidas. Em alguns casos, a inovação pode aparecer sob a forma de um regresso ao passado. (HOBSBAWM, 2013, p. 26; LE GOFF, 2013, p. 200). E, nessa perspectiva, a partir das comemorações do centenário da independência, se produz um regresso ao passado nacional, centrado nas bandeiras e nos bandeirantes. Uma vez que os indivíduos que compõem uma sociedade sentem, quase sempre, a necessidade de ter antepassados, e que esta é

uma função dos grandes homens, são os bandeirantes os representantes da memória da nação brasileira.

A organização do Museu Paulista para o centenário, preparada com base em pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva ao longo do tempo; procurada menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos ritos e nas festas; em uma conversão do olhar histórico, reproduz uma memória coletiva acerca do papel dos bandeirantes na formação do sentido de construção do passado nacional. Essa memória coletiva, “que é o que fica do passado vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”, e que produz uma história que fermenta a partir do estudo dos desses lugares de memória. (NORA, 1993, p.13).

Nesse particular, a frase inscrita no pedestal da escultura de mármore dedicada a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera³³ - Acharei o que procuro ou morrerei na empresa -, enfatiza a fibra heroica do antepassado comum e deveria soar como uma mensagem para todos os paulistanos e paulistas que olhavam o passado em busca de um traço de identificação coletiva. A obra foi concebida em Gênova, na Itália pelo escultor Luiz Brizzolara, e inaugurada em 11 de agosto de 1924, nos jardins do Palácio dos Campos Elíseos. Depois, foi transferida para a frente do parque Trianon, na Avenida Paulista, ponto de encontro da elite intelectual paulistana da época (DIAS, 2009, p.6; MARINS, 2008, p. 27). Ao longo da Avenida Paulista, os casarões acolhiam os barões do café. O passado rústico dos primeiros paulistanos tornou-se heroico e, assim, pode ser assimilado como elo das ricas elites cafeicultoras.

³³ Bartolomeu Bueno da Silva ganhou o codinome de Anhangüera – em tupi guarani significa homem que faz fogo – porque quando estava nas Guianas, então terras brasileiras, procurando ouro e pedras preciosas, foi cercado por vários índios, que o ameaçaram de morte. Para se livrar da situação, ateou fogo em um pouco de álcool, produto desconhecido dos índios, que pensavam tratar-se de água. O bandeirante ameaçou fazer o mesmo em todo o rio. Assustados, os nativos entregaram todo o ouro de que dispunham. (MARINS, 2008, p. 29)

Figura 45 - Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera) na Avenida Paulista



Fonte: (DIAS, 2009, p. 6).

A obra causa impacto visual, e chama atenção por sua postura e expressão. Ela mede mais de 4 metros, somadas as alturas da estátua de mármore de Carrara (3,44m) e do pedestal em granito (1,06m). Cada lado do pedestal possui um alto relevo contando o cotidiano histórico do bandeirante.

Contudo, não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “os Estados, os meios sociais e políticos, as comunidades de experiências históricas, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (NORA, 1993, p.17); tornando a memória coletiva não somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder. É assim que a Revolução de 1932 se apresenta como uma grande oportunidade para o bandeirante emergir representando o verdadeiro símbolo capaz de solucionar os conflitos que desafiavam a nação.

O movimento militar de 1930, liderado por Minas e Rio Grande do Sul, derrubou o presidente Washington Luís, representante da oligarquia paulista, e alçou

ao poder Getúlio Vargas. (ABUD, 2008, s.p.). Contrariados, grupos políticos de São Paulo formaram a Frente Única, apelando para a luta armada pela volta ao regime constitucionalista. Em 9 de julho de 1932, lançaram-se em combates para a derrubada do Governo Vargas.

Para convencer a sociedade de que desafiava a ditadura em nome da unidade nacional, nada melhor do que resgatar o velho mito. Os bandeirantes voltam ao centro dos discursos políticos. Com suas virtudes já consolidadas — coragem, audácia, honradez e rigor moral — um símbolo capaz de congregar o povo paulista. No recrutamento dos cidadãos para pegar em armas, convinha omitir a divisão de classes e os interesses de grupos. Uma causa maior se levantava, e ela tinha o irresistível apelo de um herói histórico.

Na Faculdade de Direito, os alto-falantes convocavam para o combate, bradando: “São Paulo de Borba Gato, São Paulo de Anhanguera...”. [...] Durante o movimento, foi cunhada a expressão “paulista de quatrocentos anos”, pela qual as famílias mais antigas cultuavam sua ancestralidade e acreditavam pertencer a uma raça privilegiada. Mas para a guerra era preciso estender o privilégio aos imigrantes, negros e índios. A partir daquele momento, por paulista não se entendia mais somente o indivíduo nascido e criado no Estado, mas todo aquele que para lá se transferiu, que se fixou em suas terras, que lá vivia e trabalhava. Bandeirantes eram todos os que dispunham a lutar pelo estado e pelo Brasil, todos os que pudessem contribuir para a vitória. (ABUD, 2008, s.p.).

O paulista, em 1932, era como o bandeirante do século XVII, que enriqueceu a monarquia portuguesa. Se, no passado, ele enfrentava os perigos dos sertões em busca de ouro e pedras preciosas; nos anos 1930 ele doava seu “ouro para o bem de São Paulo”. A Campanha do Ouro foi amplamente divulgada nos veículos de comunicação, como mostra a matéria a seguir.

Figura 46 - Doações para a Campanha do Ouro – Revolução de 1932



Fonte: (PERTO DE 5.000..., Folha da Noite, 17/08/1932, p. 3).

O texto da matéria destaca o desprendimento do paulista ao se desfazer de suas joias:

Subiu a 1.624 o numero de pessoas que hontem fizeram donativos à campanha da Associação Commercial de S. Paulo, em prol do "Ouro da Victoria". Assim, sem nenhuma promessa de recompensa próxima, apenas sob a inspiração do lemma "Pró S. Paulo", cerca de cinco mil pessoas, em menos de uma semana, se desfizeram de suas perolas, dos seus brilhantes, dos seus rubis, das suas moedas antigas de ouro, em summa, de suas joias. (PERTO DE 5.000..., 1932, p. 3).

O episódio da Campanha do Ouro traz à tona a denúncia de Nora (1993), de que as sociedades modernas, no limite de sua transformação da memória em história, a eliminou já quase por completo. O presente, portanto, "é o momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída". (NORA, 1993 p. 12).

A Revolução de 1932 também não dispensou a força das imagens. Bandeirantes ilustravam toda uma sorte de papéis avulsos, volantes, cartazes, cartões e até partituras musicais que convocavam à luta. O olhar firme e o porte sereno refletiam a bravura do sertanista, sempre vestido com os trajes com os quais os artistas da época o tinham representado: botas de cano alto, gibão, colete e,

infalivelmente, o chapelão de abas largas que emoldurava um rosto barbado e de cabelos longos. (CPDOC, s.d., s.p.).

Figura 47 - Cartaz da Revolução Constitucionalista de 1932



Fonte: (CPDOC/FGV, s.d, s.p.).

Os diversos cartazes elaborados na época, como o apresentado na figura 45, ora apareciam empunhando a bandeira de São Paulo, ora acenando aos jovens, ora segurando a caricatura de Getúlio Vargas, como a esmagá-lo.

A derrota sofrida no movimento desafia a predominância de São Paulo como modelo de brasilidade, além de expor as possibilidades e o potencial de outras regiões do país. A força econômica, presente na referência constante da prosperidade de seu povo, torna-se a bandeira para sustentar a imagem da cidade como modelo. Por conseguinte, as celebrações dos 400 anos da cidade de São Paulo, realizadas em 1954, transformam-se em terreno fértil para florescer os

sentimentos bandeirantistas na busca por inventar uma tradição³⁴ que indicasse a posição econômica alcançada por São Paulo.

O avanço das condições econômicas, proporcionadas pelo café e pelo avanço das ferrovias, fez nascer um novo cenário político e social, no qual a cidade de São Paulo procurou estabelecer um novo modelo para o Brasil, baseado em sua relação com o interior paulista. Na cidade, indústria e comércio; no campo, matéria-prima e alimentos; dessa forma, capital e interior constituem-se em uma via de mão dupla. No período, entre 1953 e 1955, a produção em torno da comemoração, abarca praticamente toda vida material e subjetiva da cidade. (LOFEGO, 2006, p.27). A materialidade produzida, então, causa um efeito de grande magnitude, talvez o maior em toda a História do Brasil, pela penetração alcançada em todo território nacional. Todos os espaços da vida coletiva são bombardeados por uma constante celebração, afetando profundamente toda a sociabilidade de São Paulo, com repercussões por todos os cantos do país.

O elemento essencial já conhecido, a valentia do bandeirante, reforça a condição de que este sempre partia da capital para levar o progresso. Nesse sentido, nenhum acontecimento trabalhou de forma tão intensa essa imagem quanto as comemorações do IV Centenário da cidade. Ainda que as demais cidades do Estado se inserissem nesse contexto, o evento se torna um projeto para a capital consolidar-se na dianteira do desenvolvimento capitalista. (LOFEGO, 2008, p. 174-175). Uma cidade-modelo que estaria sempre à frente, desbravando o novo e trazendo desenvolvimento e progresso para o país, como fizeram os bandeirantes. Em vista disso, a cidade se torna o ponto central de um imaginário social, pois:

Uma vez criadas, tanto as significações imaginárias sociais quanto as instituições se cristalizam ou se solidificam, e é isso que chamo de imaginário social instituído, o qual assegura a continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição das mesmas formas que a partir daí regulam a vida dos homens e que permanecem o tempo necessário para que uma mudança histórica lenta ou uma nova criação maciça venha transformá-las ou substituí-las radicalmente por outras. (CASTORIADIS, 1982, p. 130).

³⁴ Para Hobsbawm e Ranger (2012, p. 10), por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

É a instituição imaginária da sociedade que estabelece seu próprio mundo de significações, determinando o que é importante e o que não é, diferenciando o verdadeiro do falso, o que tem sentido do que não tem. Toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo, de seu próprio mundo. (CASTORIADIS, 1982, p. 241).

E a instituição imaginária da sociedade paulista, nos anos 1950, encontra significados na herança bandeirante que lhe garante a continuidade e o sentido de identidade, ainda que a população seja constituída, em sua maioria, por pessoas oriundas de diversas partes do mundo, em decorrência da aceleração do processo de imigração. Ao assumir uma identidade de fusão entre os nascidos paulistas e aqueles que vieram consolidar o progresso, surge a figura dos novos bandeirantes. A demonstração de que nada era obra do acaso, mas da determinação de uma raça, cuja memória seria sua prova, apresenta a missão de São Paulo no acolhimento de todos os povos que resultaria nos paulistas de todos os cantos do Brasil.

Os valores construídos no passado agora se consolidam na locomotiva³⁵, no espírito bandeirante, no pioneirismo, que configuram partes de um alicerce a sustentar uma identificação que refletisse o novo tempo que se inicia. (LOFEGO, 2000, p. 303). Ao chegar aos 400 anos, São Paulo prepara as comemorações que demonstram sua grandiosidade. O evento apresenta, de um lado o passado que o torna legítimo, de outro, o futuro que se insinua e também o legitima. Assim mostram diversas homenagens, como a da empresa Mineração Geral do Brasil Ltda., publicada no Jornal Diário de São Paulo de 25 de janeiro de 1954.

Fundadores de Piratininga, que plantaram uma igreja e uma escola [...] Bandeirantes que dilataram as fronteiras da Pátria e deram sentido de predestinação histórica ao espírito indômito dos paulistas. (LOFEGO, 2008, p. 177).

³⁵ Uma metáfora paulistana/paulista: a locomotiva que identifica São Paulo como a máquina que puxa um trem composto por vagões vazios. Esses representavam os demais estados, ou o “peso morto que São Paulo é obrigado a puxar”, em direção ao progresso. Esse símbolo é muito evidente para definir a cidade, pois ela teve, a partir de 1867, a circulação de trens que levavam o café ao porto de Santos e traziam os imigrantes para o trabalho na lavoura e imensas estações ferroviárias foram construídas durante a Primeira República, pelos ricos fazendeiros de café apoiados por capitais ingleses. (MARINS, 2008, p. 28).

O bandeirante é retratado, como em todo material da comemoração, na origem que já anunciava para o que se tornaria o Estado de São Paulo, sua grandeza e a dos paulistas. Nessa mesma edição do jornal, a articulação entre passado e presente é representada pela estrada de ferro, como mostra a figura a seguir.

Figura 48 - Propaganda da estrada de ferro Santos-Jundiaí parabenizando o IV Centenário da cidade de São Paulo



Fonte: (LOFEGO, 2008, p. 175).

A propaganda Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, publicada na edição comemorativa do IV Centenário, do jornal Diário de São Paulo, apresenta índios e bandeirantes caminham lado a lado sobre os trilhos da estrada de ferro. A imagem da locomotiva, símbolo da liderança paulista, encontra eco no ícone das imagens do passado. Essa operação remete, conforme Le Goff (2013, p. 210) “ao passado que aparece reconstruído em função do presente, da mesma forma que o presente é explicado em função do passado”. O essencial, no contexto, não era conhecer o

passado, mas fazer dele uma ideia com a qual fosse possível compreender o presente. Uma memória cujos ritos diversificavam e tornavam o passado um grande monumento a referenciar o presente.

As imagens são produzidas a partir do pressuposto de que a manipulação do imaginário social é importante em momentos de redefinição de identidades coletivas. Na construção das relações sociais que definem e asseguram a consolidação do poder político, os governos se apoderam da imaginação do povo. O conceito de memória é convidado a servir de suporte nas discussões que envolvem as atitudes e os movimentos da sociedade. Ela se torna um dado agregador do debate que visa a compreensão do social, portanto, se distingue da história. Acerca dessa distinção entre história e memória, Nora (1993, p. 9) destaca a memória como pertencente a grupos vivos e, por essa razão, ela está em evolução permanente aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações; e a história como a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.

O território da comemoração será, então, o lugar da memória; uma vez que a memória será comemorada pelo merecimento, pela trajetória vitoriosa. O mito do bandeirante como essência paulista, a mais eficiente e duradoura construção simbólica operada no Estado durante a primeira metade do século XX, será o eixo que guiará a interpretação da identidade paulista. Abre-se mão da herança de sangue para se enquadrar em uma nova realidade³⁶. O símbolo extraído das bandeiras funciona, agora, como afirmação daquele que trabalha pelo progresso e crescimento de São Paulo, independentemente de sua nacionalidade ou classe socioeconômica. Em um processo de internacionalização econômica, ao espírito bandeirante foi atribuído o símbolo empreendedor paulista. (MARINS, 2003, p. 10).

A aspiração ao novo e ao moderno transforma-se em um modo de vida paulista nas campanhas das indústrias, traduzida em propagandas nos veículos de comunicação, tais como as que se apresentam nas figuras a seguir.

³⁶ Francisco Matarazzo Sobrinho, que comandava a Comissão do IV Centenário, representava a prova da filiação ilustre a essa memória de empreendedores bem-sucedidos e de livre iniciativa. De origem italiana, herdeiro de um dos maiores nomes da indústria brasileira, ele consolidava um quadro de São Paulo sem fronteiras, que possibilitava o rompimento das barreiras que se impunham pela tradição regional aos imigrantes. (LOFEGO, 2008, p. 188-189).

Figura 49 - Propaganda da empresa Tratores Continental S.A.

**em homenagem
a São Paulo**

**TRATORES
CONTINENTAL S.A.**

O programa de comemorações do IV Centenário de São Paulo constitui a mais notável oportunidade para o conhecimento de toda a extensão e profundidade do extraordinário desenvolvimento do grande Estado.

O Parque Ibirapuera - espelho da indústria, do comércio, da agricultura e de outros setores da vida brasileira - oferece ao visitante um quadro vivo do arrôjo, da energia e da capacidade do povo paulista. Tratores Continental S. A., que há muito vem participando do progresso agrícola e industrial de São Paulo, está presente no Parque Ibirapuera com a sua linha de tratores, prestando assim a sua homenagem ao dinâmico Estado bandeirante.

Fonte: (PROPAGANDA DA EMPRESA..., 1954, p. 33).

Em sua propaganda, a empresa fabricante de tratores, ao mesmo tempo em que destaca as comemorações do aniversário da cidade, ressalta as características progressistas da economia estadual, que se espalha pela indústria, pelo comércio, pela agricultura e outros setores da vida brasileira.

A propaganda de produtos procura se filiar à ideia de modernização e progresso da cidade quarto-centenária, mostrando as edificações modernas ou produtos de última geração, constituindo-se na representação dos novos tempos. Era mais comum em propagandas do comércio e muito frequente no caso de lojas varejistas, que procuravam na ideologia consumista vender a ideia de modernização e progresso através da aquisição de aparelhos elétricos.

Figura 50 - Eletrodomésticos Arno: linha em homenagem ao IV Centenário da cidade



Fonte: (GIOVANELLI, 2014, s.p.).

A propaganda baseada, no estilo de vida americano, mostra como um simples eletrodoméstico, no contexto da comemoração do IV Centenário, cria um novo padrão de beleza, modernidade e oferece novas possibilidades exclusiva para os lares paulistas.

O fluxo contínuo de um espaço urbano como o de São Paulo, que se firma ao longo da primeira metade do século XX, reúne um campo simbólico capaz de criar a identidade dentro de um movimento que exaltava os valores do capitalismo, como a apologia ao trabalho, fundamental no processo de consolidação econômica e de progresso. Nesse sentido, o ano de 1954 emerge como grande oportunidade histórica para consolidar e ampliar sua posição hegemônica no contexto nacional. A produção da comemoração seria como montar a vitrine dessa conquista, por meio de abrigos de memória resultantes do esforço para não serem esquecidos; marcas deixadas para se proteger do esquecimento e assegurar um lugar na história. São constituídos diversos lugares de memória que, como afirma Nora (1993, p. 18), se configuram fundamentalmente em espaços onde a ritualização de uma memória histórica pode ressuscitar a lembrança.

Sobre esses abrigos de memória, Marins (2003, p. 28) e Lofego (2008, p. 185) destacam que, ao mesmo tempo em que se sacraliza o passado, a cidade é apresentada enquanto esforços de ruptura. O espaço ora é reformado, como o Teatro Municipal, ora é criado, como foi o Parque do Ibirapuera. São velhos e novos monumentos que interagem com a ideologia da cidade do progresso e do trabalho. Monumentos como o das Bandeiras, O Teatro Municipal, o Parque do Ibirapuera, igrejas, entre muitos outros.

A construção do Parque do Ibirapuera objetivou demonstrar toda a força que o povo paulista conquistara ao longo de seus 400 anos de existência. A estrutura deste parque, que serviu de abrigo às diversas manifestações do aniversário da cidade, foi especialmente concebida para representar toda a grandeza e modernidade conquistadas por São Paulo, que, no momento do IV Centenário, são claramente explicitadas. (MACEDO; ESCOBAR, 2005, s.p.). A inauguração, em agosto de 1954, contou com estandes montados por treze estados e dezenove países.

O símbolo do aniversário foi criado por Oscar Niemeyer, a Voluta Ascendente, e representava o crescimento da cidade, presente no slogan da época: São Paulo, a cidade que mais cresce no mundo. Tratava-se de um logotipo tridimensional, em forma abstrata: uma espiral que se desenvolvia ao redor de um eixo inclinado em 60 graus.

Figura 51 - Inauguração do Parque do Ibirapuera e Monumento do IV Centenário de São Paulo



Fonte: (MACEDO; ESCOBAR, 2005, s. p.).

A foto ilustra a inauguração do Parque do Ibirapuera, da qual participaram o governador do Estado - Lucas Nogueira Garcez (usando chapéu), o prefeito da cidade de São Paulo - Jânio Quadros (à direita do governador) e o presidente da Comissão do IV Centenário - Francisco Matarazzo Sobrinho (à esquerda do governador) e mostra a Voluta Ascendente erguida no parque. Em virtude dos problemas técnicos encontrados para montar a escultura de concreto no formato do símbolo, foi elaborada uma alternativa, de gesso e juta, que derreteu após seis meses. (GOUVEIA; DEODORO; OLIVEIRA, 2014). O logotipo, no entanto, afirmou-se como um símbolo em sentido pleno: os paulistanos reconheciam-se nele pela beleza nítida das formas seguras, que pareciam conter um orgulho firme de progresso. Ele sobreviveu em medalhas, miniaturas, flâmulas e pôsteres, presente em coleções de relíquias históricas.

Figura 52 - Materiais produzidos com a imagem da Voluta Ascendente



Fonte: (MAGALHÃES, 2017, s.p.).

A figura mostra alguns dos itens encomendados e produzidos pela Comissão do IV Centenário. Da esquerda para a direita, temos um dos cartazes destinados à divulgação geral do evento; a medalha comemorativa, uma flâmula distribuída nos desfiles da comemoração no Vale do Anhangabaú e o cartaz para divulgar os eventos realizados no Parque do Ibirapuera (a Exposição do IV Centenário e a Feira Internacional de São Paulo).

O IV Centenário de São Paulo seria o ponto culminante da materialização na paisagem urbana das alegorias bandeirantes e, simultaneamente, o momento em que se entreveria o esgotamento do passado como formulador de um futuro já liderado por novos agentes sociais e expressões culturais cosmopolitas. Pelos objetivos deste trabalho, são destacados dois movimentos: o Parque do Ibirapuera e o Monumento às Bandeiras.

Em uma busca aos conteúdos simbólicos nos conjuntos monumentais assentados no Parque do Ibirapuera, percebe-se a montagem de um painel da transformação dos discursos visuais propostos ou acolhidos pelas elites e pelo poder público, em relação direta com as propostas de construção identitária relativas ao ser paulista. Dentre eles monumentos, destaca-se o Monumento às Bandeiras, no qual percebe-se o nítido vínculo temporal com o momento de consolidação do mito do bandeirante.

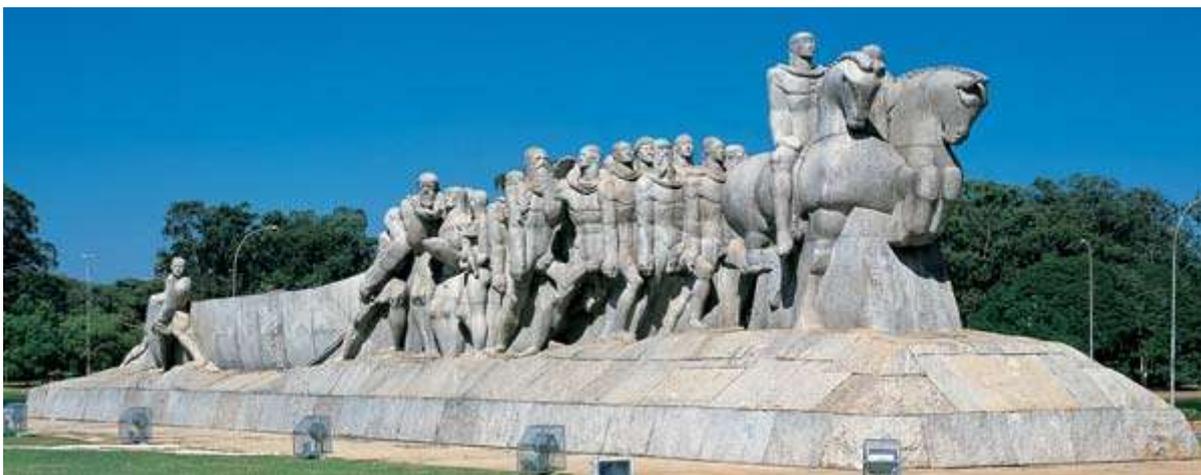
O primeiro projeto de construção do monumento, ainda sem local definido, foi elaborado por Victor Brecheret em 1920, com vistas às comemorações do Centenário da Independência. Tratava-se de uma maquete. Em 1921, Brecheret desenhou o projeto em nanquim, invertendo o sentido de entrada, presente na versão final. Os estudos do autor sobre o monumento uniam a despersonalização dos homenageados – eram todos bandeirantes, ao despojamento de adornos ou caracteres identitários ou étnicos, pois as figuras estavam nuas em sua maior parte. O que importava era destacar a força, o avanço da massa humana aos sertões, às terras desconhecidas, algo que era possível de se compartilhar com os imigrantes recém-chegados. O projeto foi recusado por Washington Luiz. (MARINS, 1998-1999, p. 14-17).

Em 1936, no escopo da Revolução Constitucionalista, o projeto foi aceito e o poder público assumiu os custos de sua execução. O projeto final mantinha a representação dos bandeirantes, mas adotou soluções para identificação das três raças do período colonial: brancos, índios e negros. A despersonalização inicial foi mantida para facilitar uma identificação mais ampla de paulistas e brasileiros.

Esse monumento, como você vê, não é dos bandeirantes, como figuras históricas, mas do espírito das bandeiras, do ímpeto nacional que arrastou essas formidáveis massas humanas para os sertões. Veja [...] se nós brasileiros temos ou não temos razões para nos orgulharmos da nossa história. (BRECHERET, 1942; apud MARINS, 2003, p. 18).

Às vésperas da inauguração, em 1953, o autor reforçava o discurso genérico, visando desvincular o monumento de conteúdos regionais para um alcance muito mais abrangente e ambicioso: “Como você sabe, pretendi transformar isto num Altar da Pátria. Aqui estão as raças que formaram o Brasil. Aqui se encontram o índio, o negro e o branco.” (BRECHERET, 1942; apud MARINS, 2003, p. 19). Em 25 de janeiro de 1953 foi inaugurada, durante as comemorações do 399º aniversário da cidade, sendo considerada marco inicial das comemorações do IV Centenário.

Figura 53 - Monumento às bandeiras



Fonte: (SÃO PAULO, município, s.d., s.p.).

Os 240 blocos de granito que formam a obra, com cerca de 50 toneladas cada, foram trazidos de uma pedreira em Mauá. Transportá-los nas estradas de terra foi uma operação difícil. Com 12 metros de altura, 50 de extensão e 15 de largura, representa uma expedição bandeirante subindo um plano, com dois homens a cavalo. Uma das imagens representa o chefe português e, a outra, o guia índio. Atrás deles, há um grupo formado por índios, negros, portugueses e mamelucos, que puxa a canoa das monções, usada pelos bandeirantes nas expedições pelos rios. As raças podem ser identificadas por detalhes nas estátuas: os portugueses apresentam barbas; as figuras nuas, com uma cruz ao pescoço, são os índios catequisados. (DIAS, 2009, p. 9).

O triênio 1953 a 1955 presenciou, portanto, uma sincronia temporal na afirmação de uma identidade paulista, seja de alcance regional ou nacional. Os antigos vetores de coesão e diferenciação aos paulistas em torno da mitificação do paulista bandeirante, e do próprio bandeirante, diluíram-se na visão generalizada promovida pelo progresso. Ainda assim, o evento concretizou a promessa de uma visão de futuro espetacular, sendo a sua fundamentação, a construção do passado por meio da recuperação da memória do bandeirante desbravador.

A cidade de 1954, em todos os seus aspectos sociais, era resumida ao civismo ou à identidade bandeirante. A promessa de prosperidade que o crescimento urbano iria proporcionar, sendo o IV Centenário o evento programado para celebrar esse momento, produziu uma utopia para São Paulo, enraizada na

escrita da sua memória histórica, derivando daí a importância que aquela comemoração significou para a representação e idealização que a cidade passou a fazer de si mesma.

Sob esse ponto de vista, as comemorações do IV Centenário trazem à tona a nação-memória de Nora (2003, p. 19), forjada na criação de lugares, nos quais é possível encontrar três distinções: material, simbólico e funcional. Para o autor, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar organizações, celebrações para registrar os atos. Por isso, as dimensões operacionais dos lugares de memória só existem quando a imaginação cria sobre eles uma aura simbólica. O evento de 1954, dessa forma, não representa um corte radical da memória, nem se apresenta como uma negação do passado, mas como a memória que pretende recuperá-lo, e ao fazê-lo, marca a fronteira do novo, reservando ao passado glorioso os lugares para se eternizarem.

Nesse espaço de criação e recriação do mito do bandeirante, nos anos 1950, foi realizado um concurso público para escolha de uma obra para comemorar o IV Centenário de Santo Amaro. O centenário tem a sua lógica na história do bairro de Santo Amaro, conforme retratada no capítulo 2 desta dissertação. A comemoração foi organizada a partir da origem do bairro como aldeamento indígena, pois mesmo com as diversas mudanças na posição oficial da região, que passou de freguesia à vila, de vila à cidade, e de cidade a bairro, o que se procurava homenagear eram as origens históricas, estabelecidas quase que em conjunto com a cidade de São Paulo.

Júlio Guerra foi o vencedor com o projeto da estátua de Borba Gato. Apesar de a inauguração ter sido realizada no início dos anos 1960, o processo de seleção da obra foi realizado entre 1955 e 1956. A construção foi iniciada em 1957 e realizada ao longo de seis anos. Ainda que se considere a competência do artista (cuja biografia se dará na próxima seção), a escolha do projeto não se deu por acaso, porém, dentro de uma perspectiva global que norteou todas as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo.

3.2 Criador e criatura: Júlio Guerra, o bandeirante e a estátua

O artista plástico Júlio Guerra e o bandeirante Manuel de Borba Gato possuem um laço que os tornam indissociáveis da história e da vida do bairro: os dois nasceram em uma Santo Amaro ainda cidade. Mas um intervalo de quase três séculos separa os nascimentos do criador (autor da obra) e do personagem de sua criatura (a estátua ao bandeirante). Esse intervalo, no entanto, não reduz o papel e a importância do bandeirante nos objetivos artísticos da carreira de Júlio Guerra.

Nos anos 1950, a história de Júlio Guerra se fundiria a da vida de uma estátua, e também à própria vida do homenageado no monumento - o bandeirante Manuel de Borba Gato. Desde a inauguração, em virtude das polêmicas geradas por sua obra, o escultor passou a ser conhecido como “o criador da estátua de Borba Gato”. Contudo, a carreira desse artista vai muito além dela. Para compreender os sentidos únicos que levaram o artista a criar o monumento, cabe também conhecer a vida do homenageado. E, nessa biografia, identificar os motivos pelos quais o bandeirante atravessou a vida do artista de tal forma que se tornou o ponto central de sua obra. (PONTES, 2013, s.p.)

Figura 54 - Artista plástico Júlio Guerra e a estátua de Borba Gato



Fonte: (PONTES, 2013, s.p.).

Ao realizar essa interlocução entre o artista e sua obra, parte-se da ideia de que os monumentos são reconhecidos e legitimados como detentores de significado, pois foram criados em determinada época e lugar, referem-se àquela realidade social; aos modos de saber-fazer daquela época. Assim, esses objetos são pensados como expressões materializadas de uma sociedade e podem suscitar infinitas interpretações. Trata-se de um contexto que remete à noção de identidade, “a partir de um bairro, cidade ou país; um território em que tudo é compartilhado pelos que habitam esse lugar. Nesses territórios, a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada nos rituais cotidianos”. (GARCIA CANCLINI, 2000, p. 190)

Se os monumentos são obras pelas quais o poder político consagra as pessoas e os acontecimentos fundadores do Estado, cabe ao artista materializar essa consagração, por meio de suas escolhas, quer sejam em relação ao objeto a ser retratado, quer sejam quanto ao formato e estética utilizados.

3.2.1 O criador: Júlio Guerra

Júlio Guerra nasceu em 20 de janeiro de 1912, na cidade de Santo Amaro, que se tornaria um bairro da capital apenas duas décadas depois. Filho de Narciso Guerra e de Maria Finucci Guerra, descendentes de uma família ilustre, Salles Guerra, que tinha em seu convívio social a elite santamarense. Pela genealogia paterna, havia parentesco com o presidente Campos Salles, o escritor e poeta Paulo Eiró, mais distante o catequista Belchior de Pontes. (BERARDI, 1969, p. 124).

Em sua infância, ele morou na Rua Palha nº 6, atual Rua Paulo Eiró. Seu pai era proprietário de uma casa de bilhar no Largo Treze de Maio, local frequentado para observar as tradicionais festas que ocorriam próximo da igreja da matriz (atual Catedral de Santo Amaro). Além de observar as festas, Júlio também copiava as ilustrações da revista *O Malho*³⁷. Ele também costumava ir à chácara de um de seus tios, às margens do Rio Jurubatuba, como se chamava então o Pinheiros. Às

³⁷ Revista que circulou no período de 1902 a 1954. Ainda que seu foco estivesse na vida política do país, a cultura e a crítica de costumes sempre estiveram ali presentes, tanto nas charges como em artigos escritos por Olavo Bilac, Pedro e Emílio de Rabelo, Arthur Azevedo, Álvaro Moreyra e outros mais. (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, s.d., s.p.).

margens do rio, passava muito tempo moldando figuras o barro das margens. (BERARDI, 1969, p. 124; BERARDI, 2005, p. 125).

Um amigo do seu pai indicou a Escola de Belas Artes, que ficava no prédio da Pinacoteca do Estado, no bairro da Luz. Em 1930, onde começou a estudar. Logo no primeiro contato com as telas, o próprio Júlio chegou à conclusão de que sua real vocação era fazer escultura. (BERARDI, 1969, p. 126). Suas atividades acadêmicas foram desenvolvidas com o professor Amadeu Zani, e depois recebeu as orientações de Nicola Rolo³⁸, por quem passou a nutrir uma grande admiração. O aluno formou-se em 1938, tornando-se posteriormente professor e diretor da instituição.

Em 1939, recebeu do governo paulista o Prêmio de Aperfeiçoamento Artístico. O prêmio consistia em uma viagem ao exterior, o que lhe permitiu ir à Itália aperfeiçoar os estudos, em especial, as técnicas de fundição e escultura em metal. A viagem também percorreu outros países, tais como Portugal, Espanha, França, Argentina, Chile e Uruguai.

Em 1942, foi convidado para trabalhar com Victor Brecheret, autor do Monumento às Bandeiras, na elaboração da colossal estátua equestre de Duque de Caxias. A estátua foi objeto "Comissão Pró-Monumento a Caxias", nomeada em 1939, com a atribuição de organizar um concurso público internacional de projetos. O projeto do escultor Victor Brecheret foi o escolhido. (SÃO PAULO, município, 2008, s.p.).

A fundição foi executada entre 1948 e 1952, nas oficinas do Liceu. Desse trabalho, resgata-se um episódio pitoresco. Para comemorar o andamento dos trabalhos, o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e outras autoridades participaram de um almoço servido no interior da barriga do cavalo, em 1950.

³⁸ Nicola Rollo foi um escultor ítalo-brasileiro nascido em Bari em 1889. Chegou ao Brasil em 1913 e não foi encontrada qualquer menção de sua atividade até a participação no Concurso para o Monumento Comemorativo ao I Centenário da Independência do Brasil, realizado em 1º de junho de 1919, do qual o vencedor do concurso foi Ettore Ximenes. Desempenhou atividades de professor no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e na Escola de Belas Artes e executou inúmeras obras tumulares para particulares. Rollo elaborou uma maquete que já carregava muitos dos elementos que tanto o seu projeto quanto o de Victor Brecheret iriam utilizar para o monumento às bandeiras: os dois cavalos emparelhados com os respectivos cavaleiros, a tensão muscular e o cortejo de figurações que se seguem aos mesmos. (GARCIA, 2010).

Figura 55 - Monumento a Duque de Caxias: um almoço na barriga do cavalo



Fonte: (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2008, s.p.).

A fotografia mostra os participantes do almoço, dentre os quais estava Júlio Guerra, destacado em vermelho. Sua participação no projeto foi fundamental para o concurso destinado à construção do monumento à Mãe Preta.

Ainda nos 1950, membros do Clube 220, entidade que congregava agremiações negras do Estado de São Paulo, se empenharam na construção de um monumento à Mãe Preta em São Paulo. Um projeto aprovado na Câmara Municipal deu origem a um concurso do qual o artista foi o ganhador. A inauguração ocorreu em 23 de janeiro de 1955, como parte das comemorações de encerramento do IV Centenário da Cidade de São Paulo. A escolha do Largo do Paiçandu, para acolher a homenagem à Mãe Preta, se deveu à presença da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de ser aquele largo, desde a construção da igreja no começo do século XX, um ponto de referência para a comunidade afrodescendente de São Paulo. (SÃO PAULO, município, 2010, s.p.).

Figura 56 - Estátua da Mãe Preta – Largo do Paiçandu



Fonte: (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2010, s.p.).

A aparência de estilo moderno da escultura desagradou militantes, como o jornalista e escritor negro José Benedito Correia Leite. Em sua opinião a escultura não representava a mulher negra bonita, educada e arrumada que foram as amas de leite. O que desagradou a Correia Leite foram os exageros comuns ao traço modernista: os pés e as mãos enormes como símbolos da atividade produtiva da Mãe.

A produção artística de Júlio Guerra se concentra em esculturas em gesso e bronze e em pinturas, utilizando espátula e tinta óleo. Júlio Guerra deixou uma vasta produção de pinturas, que revelam a cidade de São Paulo, principalmente seu bairro (Santo Amaro), na primeira metade do século XX. (JÚLIO Guerra, ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2017, s.p.).

Em sua atuação no bairro de Santo Amaro, destacam-se a construção de dois monumentos: o painel Homenagem às Artes e a Homenagem aos Romeiros. O primeiro, à frente do Teatro Paulo Eiró, situado na região central de Santo Amaro, é uma obra idealizada por Júlio Guerra para homenagear o professor, poeta e

dramaturgo santamarense Paulo Eiró³⁹. A ideia da homenagem partiu da Sociedade Amigos do Paulo Eiró, e levou 3 anos para ser executada. A instalação foi finalizada em 1968.

Figura 57 - Painel Homenagem às Artes



Fonte: (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 2015, s.p.).

Inspirado na obra do poeta, e medindo 18 metros de largura por 5 metros de altura, o painel é feito em mosaico de cimento armado, pedras e mármore. Em sua construção, o artista utilizou mármore vindos do Piauí, Bahia, Minas Gerais; além de pedras do Rio Grande do Sul e de São Paulo. O painel foi restaurado em 2015, no conjunto das obras para reforma do teatro.

A obra Homenagem a Romaria para Pirapora do Bom Jesus, localizado à frente do antigo mercado municipal de Santo Amaro, atual Casa da Cultura, foi

³⁹ Paulo Francisco de Salles Chagas nasceu na cidade de Santo Amaro em 1836. Iniciou o curso de Direito em 1859, mas abandonou por motivo de doença. Em seguida faz estudos no Seminário Episcopal, não concluídos por falta de vocação. Em 1854, estreiam suas comédias Traficante de Escravos, Chegamos Tarde... e Terça-Feira de Entrudo, em teatro improvisado na escola da Rua Direita. Em 1859, participou do concurso promovido pelo Conservatório Dramático Paulistano com a peça abolicionista Sangue Limpo. Em 1861, publicou o poema Madressilvas no Correio Mercantil. No mesmo ano, houve a representação da peça Sangue Limpo, no Teatro São Paulo, por ocasião do 36º aniversário de D. Pedro II. Ainda em 1861, publicou a novela Carolina e os poemas Amor, Violeta, Vox in Excelso e Nenia, no Correio Paulistano. Seus poemas, que se filiam à segunda geração do Romantismo, estão reunidos em livro na obra póstuma Poesias, lançada em 1940. (PAULO Eiró, ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2017)

inaugurada em 1970. Ela retrata a romaria realizada pelos Cavaleiros do Senhor Bom Jesus de Pirapora de Santo Amaro desde 1920. Foi inaugurada em 1970.

Figura 58 – Mural em homenagem aos Romeiros de Santo Amaro.



Fonte: fotografia realizada pela autora em 25 de março de 2017.

O grande painel-mural em pedras coloridas, de aproximadamente 8m², ilustra vários aspectos das antigas romarias, como o carro de bois que levava os santamarenses pelo trajeto com cerca de 50 quilômetros, o Rio Pirapora do Bom Jesus e a igreja matriz da cidade, destino das romarias.

A obra de Júlio Guerra não está presente apenas no bairro de Santo Amaro, a Pinacoteca do Estado de São Paulo, por exemplo, tem nove de suas obras, elaboradas em diversas técnicas.

Quadro 2 – Obras de Júlio Guerra na Pinacoteca de São Paulo

Obra	Técnica
A família	Carvão sobre papel
Cabeça Dr. Adhemar de Barros	Gesso
Composição à família	Gesso
Estudo de cabeça	Terracota
Figura sentada	Bronze
Mulher com criança	Bronze
Nativa	Gesso
Relíquias de um Nazareno - Rosas de Jericó	Ferro e cimento
Torso	Gesso

Fonte: PINACOTE DE SÃO PAULO, s.d., s.p.

A descrição da técnica utilizada nas obras mostra a diversidade do artista, que utilizava diversos materiais em suas esculturas. Ainda que sua formação mais especializada fosse na fundição de esculturas em bronze, o gesso aparece na maior parte do acervo. Essa técnica foi predominante na construção da estátua de Borba Gato, como será demonstrado na seção 3.1.2 desta dissertação.

O artista participou dos principais eventos destinados às artes em São Paulo, tais como os Salões Paulistas de Belas Artes, Salão Paulista de Arte Moderna e a Bienal Internacional de São Paulo, da qual não participou apenas da quarta edição. Seus trabalhos foram premiados diversas vezes, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 2 – Premiações atribuídas a Júlio Guerra

Evento	Premiação	Ano
Salões Paulistas de Belas Artes	Menção Honrosa - Escultura	1937
	Medalha de Bronze - Escultura	1940
	2º Prêmio Prefeitura de São Paulo	1942
	Grande medalha de prata – Escultura 2º Prêmio Prefeitura de São Paulo	1943
	Pequena Medalha de Ouro 1º Prêmio Interventor Federal 1º Prêmio Concurso Euclides da Cunha - Escultura	1946
	Prêmio Governador do Estado - Escultura	1949
Salão Paulista de Arte Moderna	1º prêmio Governo do Estado de São Paulo	1955
	2º prêmio Governo do Estado de São Paulo	1951
	Prêmios aquisição	1954, 1961, 1966
Bienal Internacional de São Paulo	Participação e condecorações nas edições I, II, III, V e VI	1951 a 1961
Prêmios Governo do Estado de São Paulo		1940, 1953, 1959
Prêmio Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo		1957

Fontes: (JÚLIO GUERRA, ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2017, s.p.; UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. 2013, s.p.).

Uma decisão do artista, logo nos primeiros anos dos seus estudos, marcou muitas das suas obras. Ele decidiu que homenagearia o que considerava três ilustres santamarenses: o padre Belchior de Pontes, que nascera às margens do Rio Pirajussara, e catequizara os índios no aldeamento que originou Santo Amaro; o poeta Paulo Eiró e Manuel Borba Gato. Com o painel Homenagem às Artes, ele cumpriu sua promessa em relação à Paulo Eiró. Os demais foram contemplados no conjunto da obra do monumento a Borba Gato, que será apresentado na próxima seção deste trabalho.

Júlio Guerra faleceu em 2001, aos 89 anos.

3.2.2 A criatura: o bandeirante e a estátua

Antes de apresentar o processo idealizado para construção da estátua, por Júlio Guerra, é preciso trazer algumas informações acerca do homenageado, o bandeirante Manuel de Borba Gato.

Os Borba Gato são originários da Ilha Terceira, nos Açores. Considerando o foco desta dissertação, interessa acompanhar a trajetória de Belchior de Borba Gato, que chegou ao Brasil com seus sobrinhos Manoel e João. Esses se casaram com netas do bandeirante Martim Rodrigues Tenório, e se estabeleceram na região de Santo Amaro, ao sul da Vila de São Paulo, onde tiveram sitio e terras na região do Rio Geribativa, atual Rio Pinheiros. (LEME, 1904, v4, p. 397).

Belchior casou-se com Anna e tiveram os filhos Belchior de Borba Gato, Lucas de Borba, Balthazar de Borba Gato e Beatriz de Borba. Essa última filha, Beatriz, casou-se com Manuel Pacheco e tiveram ao menos os filhos João de Borba Gato e Manoel Pacheco Gato. O filho João de Borba Gato casou com Sebastiana Rodrigues Paes, filha do Capitão João Paes e Susana Rodrigues. Eles tiveram seis filhos nomeados no testamento e arrolados em 1670 no inventário materno: Manoel de Borba Gato, Maria de Borba, Suzana Rodrigues Borba, Paula ou Paulina de Borba e Ana. Essa última filha, Ana, casou com Antônio Álvares Machado e tiveram filhos batizados em Santo Amaro. (LEME, 1904, v4, p. 503; TAUNAY, 1981, p.50)

O nascimento de Manuel de Borba Gato no ano de 1649, portanto, é confirmado pelo inventário de sua mãe, já que ele tinha 21 anos na abertura do inventário em 1670. Nada indica que já fosse casado, era provavelmente ainda solteiro. Ele se casou pouco depois com Maria Leite, filha do bandeirante Fernão Dias Paes. (TAUNAY, 1981, p.50).

Fernão Dias Paes, com patente de governador e administrador, é encarregado pelo Rei para as diligências das esmeraldas e pedras preciosas, de que haviam notícias nos sertões do sul de Minas, norte e leste de São Paulo. A bandeira saiu de São Paulo em 1674, seguindo uma rota previamente fixada, que buscava as jazidas aurífero-esmeraldinas, que segundo relatos então recorrentes, existiam na área hoje correspondente ao estado de Minas Gerais. Ele prepara sua diligência para o sertão de entre o Serro Frio e Costa do Mar, acompanhado de seus

confederados. Manoel de Borba Gato, já casado e pai de suas três filhas, partiu com o sogro e com o cunhado, em 1674. Para buscar reforços em São Paulo, o chefe da expedição deixa seu genro no Rio das Velhas guardando muita pólvora, chumbo e ferramentas de minerar, para serem usadas quando regressasse de São Paulo. (LEME, 1904, v5, p. 324; TAUNAY, 1981, p.53).

Uma frota foi enviada para Lisboa para levar ao Rei as primeiras amostras das esmeraldas. Antes dela chegar a Portugal, o Rei despachou para São Paulo D. Rodrigo de Castel Branco, encarregado do descobrimento de metais e das mesmas esmeraldas. Chegando a São Paulo, D. Rodrigo convoca vários paulistas e segue em comitiva para Rio das Velhas. Lá chegando, ele tenta se apoderar dos utensílios deixados por Fernão Dias, e Borba Gato se recusa a entregá-los, causando a ira da comitiva paulista de D. Rodrigo. (FRANCO, 1989, p. 185).

Uma discussão entre eles leva à morte de D. Rodrigo, causada pelos homens de Borba Gato. A comitiva paulista, ao tomar conhecimento do assassinato, decide executar o bandeirante. Esse, ao constatar não possuir pessoal em número suficiente para enfrentar a comitiva, decide adotar uma estratégia: simular a chegada de Fernão Dias Pais através de salvas de tiros, buzinas e caixas de guerra. O ardil surtiu efeito e a comitiva paulista foge. Manoel de Borba Gato, desconfiado de que seria procurado pela justiça real pela morte de D. Rodrigo, mesmo sem ter culpa total, decide retirar-se para o sertão do Rio Doce, onde passou a viver com os índios por 16 anos. (TAUNAY, 1981, p.54; FRANCO, 1989, p. 187).

Taunay (1981, p. 56), nos Relatos Sertanistas, informa que Manoel de Borba Gato se comunicava com seus parentes em São Paulo através de enviados secretos pedindo verificassem se ele era procurado pela justiça real. Os parentes mandaram informar que ele não está sendo procurado, mas recomendável que, ao voltar, o fizesse em lugar retirado evitando assim os grandes povoados. Ao ser informado da morte do sogro, o bandeirante, junto com grande número de índios, foi para a vila que hoje é Pindamonhangaba, em uma paragem entre as serras do mar, e a povoação e Barra de Paraitinga, rio que forma o chamado rio Paraíba. Neste local, ele se reúne a mulher e filhos, em 1698. Por volta de 1701, pensou ter encontrado Sabarabuaçu, embora não tenha encontrado prata ou esmeraldas, descobriu ouro, numa região quase no centro de Minas Gerais, que os indígenas chamavam de

Sabará, a qual deu o nome a um arraial na localidade que originou uma vila de mesmo nome.

Arthur de S e Meneses, governador das capitnias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, estava em São Paulo, é procurado por Manoel de Borba Gato, que pede perdão ao Rei da acusao do crime de assassinato a D. Rodrigo, e em troca, revelaria o local de minas de ouro que vinha mantendo ocultas devido ao temer da justiça real. Taunay assim relata a entrevista:

Lançou-se como humilde rato o Gato aos ps de seu benfeitor, agradecendo a promessa de perdão, suposto sempre receoso, por ser condicional; mas animado da certeza com que cumpriria a condio, manifestando o ouro que tinha descoberto no Rio das Velhas, que sempre teve oculto, por alta providência do céu, para lhe servir de livramento naquele tempo. (TAUNAY, 1981, p.59)

O governador confere a Manoel de Borba Gato a patente de Guarda-Mor do distrito do Rio das Velhas. Sossegado, livre e premiado por D. Pedro II, ele manda vir a sua família para o local, no qual nasceram seus netos no fim do século XVII e início do XVIII. Considerado fundador do arraial de Sabará, recebeu terras em 1701, entre os rios Paraopeba e das Velhas, e dez anos depois outra sesmaria, na região de Caeté. Em suas propriedades instalou duas fazendas: a do Borba, no ribeirio do Borba Pequeno, e a do Gato, no distrito de Itambé. (TAUNAY, 1981, p.58-59).

Borba Gato ocupou várias vezes a superintendência das minas, foi provedor dos defuntos e ausentes, e administrador das estradas. Ao falecer, exercia o cargo de juiz ordinário de Sabará. Entre seus feitos como administrador, reprimiu o contrabando, impedindo o desvio de ouro através da Bahia. De acordo com o depoimento de Bento Fernandes Furtado de Mendonça, falecido em 1765 em Serro Frio MG, filho do bandeirante Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, escrito poucos anos após a morte de Borba Gato, em que o autor afirma que ‘dou parte do que vi e sei’:

Acabadas da maior grandeza as lavras e já diminuto dos grandes cabedais que tinha adquirido, o Tenente- General Manoel de Borba Gato se retirou para um sítio que tinha fundado em Parupeba; Rio fértil de peixe, boas terras de mantimentos onde viveu muitos anos , já muito diminuto de bens, cosatumada a conclusão dos desta terra e neste lugar faleceu de idade de 90 anos para cima, no ano de 34

com mostras de predestinado, três dias de viagem de Sabará para a parte do Poente, à margem do Rio Paraopeba. Este fim teve aquele famoso sertanista, e não menos capaz para as Costes, pelo bom engenho e capacidade de que era dotado” (TAUNAY, 1981, p. 68)

Faleceu então, Manoel de Borba Gato, em 1734, quando já tinha se afastado de suas funções administrativas e se retirado para o sítio em Paraopeba. No entanto, com a confirmação de seu nascimento em 1649, ele teria 85 anos quando faleceu.

O monumento a Borba Gato

A escultura começou a ser construída em 1957, após aprovação do concurso público promovido pela Prefeitura de São Paulo. O objetivo da estátua seria a comemoração do IV Centenário de Santo Amaro, em recordação a sua antiga condição de cidade. O projeto apresentado por Júlio Guerra foi o vencedor por diversos motivos, dentre eles, a formação do artista e as obras por ele produzidas. No entanto, o fato de o monumento proposto homenagear um bandeirante, certamente, se ajustava ideologicamente ao imaginário regional paulista, cujas comemoração do IV Centenário de São Paulo ratificavam.

Júlio Guerra, ao escolher a figura do bandeirante para homenagear o aniversário de Santo Amaro transforma-se em mais um narrador da mitologia, transmitindo e renovando o imaginário do bandeirante. Dessa forma, o artista participa da recriação do mito a partir da reescrita do imaginário, porém, atuando em dois tipos de transformação: a reanimação hermenêutica, pela retomada do sentido do bandeirante num novo contexto cultural; e a bricolagem mítica, transformando Borba Gato num mitema livre para sobreviver por si mesmo, agora transfigurado em guardião do bairro de Santo Amaro (WUNENBURGER, 2007, p. 27-28).

A obra foi planejada e construída na própria casa do artista, que ficava na Avenida João Dias. Como não optou pelo bronze – mais convencional para estátuas e monumentos – Júlio Guerra precisava de algo que proporcionasse estrutura para o bandeirante gigante, que é oco. Para isso, optou por usar os trilhos de bondes,

retirados da Avenida Santo Amaro, no processo de migração do transporte público paulista para os ônibus. Mais do que uma solução técnica, a utilização dos trilhos foi uma demonstração do artista na sua busca por preservar memória do bairro em sua obra. No processo de produção do monumento, Júlio Guerra realizava moldes em gesso, para depois recobri-los em argamassa. Depois, o revestimento era feito em pedras, quebradas por ele uma a uma, para obter os tamanhos e formatos necessários para encaixar em cada parte da obra. Completado o trabalho, o molde era quebrado e surgia a peça de cimento revestida com as pedras. (UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, 2013, s.p.).

Figura 59- Cabeça da estátua de Borba Gato modelada em gesso



Fonte: (OLIVEIRA, 2015, s.p.).

A figura mostra o rosto do bandeirante, esculpido em gesso. O arquiteto Paulo Bastos, a respeito dos traços do bandeirante na escultura, comentou que “ele me assusta pela feiura e pelos traços primitivos. Ele parece um boneco de barro ampliado numa escala desproporcional”. (EXPOSIÇÃO resgata..., 2007, p. 56).

Figura 60 - Júlio Guerra esculpindo a mão da estátua de Borba Gato



Fonte: (OLIVEIRA, 2015, s.p.).

A figura mostra o artista esculpindo a mão na qual posteriormente foi encaixado o arcabuz. O museólogo Gilberto Habib Oliveira comenta que “o próprio Júlio Guerra não se incomodava quando falavam mal da estátua. Para ele, o que matava era a indiferença e, quanto mais se falava da obra, mais significativa ela se tornava”. (EXPOSIÇÃO resgata..., 2007, p. 56).

No final do ano de 1959, as obras do monumento foram visitadas por autoridades paulistas e paulistanas, como mostra a figura a seguir.

Figura 61 - Visita do secretário de Estado do governo paulista à estátua de Borba Gato



Fonte: (MONUMENTO A BORBA GATO, 1959, p. 15).

Na ocasião, a visita foi registrada por veículo de comunicação, dentre os quais, o jornal O Estado de São Paulo:

O Dr. Marcio Ribeiro Porto, secretário de Estado dos Negócios do governo, visitou anteontem as obras do monumento ao bandeirante Borba Gato. A obra, de autoria do escultor Júlio Guerra, está sendo erigida na bifurcação das avenidas João Dias e Adolfo Pinheiro. Com 13 metros de altura e revestida de painéis de mosaico dos mais significativos da história de Santo Amaro, tendo em destaque a figura e Borba Gato, pode ser considerada uma das maiores estátuas modeladas no Brasil. A inauguração oficial do monumento será em 1960. (MONUMENTO a Borba Gato, O Estado de São Paulo, 1959, p. 15).

A reportagem já anuncia o gigantismo da obra, além de apresentar algumas de suas características construtivas. As pedras que revestem o bandeirante vieram de vários cantos do Brasil e do mundo: as do rosto vieram de Portugal e são fragmentos de mármore rosado, as que estão no gibão vieram de Ouro Preto e Congonhas em Minas Gerais, além de mármore branco paranaense. O resultado é

um mosaico tridimensional com cerca de 10 metros de altura e 20 toneladas, posicionado em um pedestal revestido de granito rústico que mede aproximadamente 3 metros de altura, (SÃO PAULO município, 2003).

A estátua retrata o bandeirante em pé, trajando roupas do século XVII, provavelmente estilizadas. Júlio Guerra baseou-se, possivelmente, nas reproduções artísticas e históricas, que ignoram os elementos que não interessam a uma imagem idealizada e demonstram apenas o que pode reproduzir um mito. Diversos autores discordam das vestimentas apresentadas nas imagens artísticas produzidas para os bandeirantes, alegando que as longas e árduas viagens por lugares ásperos e caminhos inexplorados, dificilmente permitiriam a utilização de trajes tão sofisticados (RAIMUNDO, 2004).

Figura 62 - Vista geral da estátua de Borba Gato em 1969



Fonte: (VISTA GERAL DA..., 1969, s.p.).

Os trajes e poses do bandeirante são objeto de Alcântara Machado, que os apresenta a partir da sua pesquisa nos inventários:

Não é a roupa ou farda que mais pesa no baú ou cêsto encourado de caminho de couro curtido. O bandeirante leva no corpo quase todo o seu fato: chapéu pardo roçado, ou carapuça, ou lenço e ano de cabeça; meias de cabrestilho ou cabresto; sapatos de vaca, veado, carneira, cordovão ou vaqueta; ceroulas e camisa de algodão, roupeta e calções de baeta ou picote. (MACHADO, 1978, p. 229).

Vê-se que o vestuário adotado pelos sertanistas, além de parcos, também eram bastante simples. A provável pobreza do vestuário, daquele Manuel Borba Gato que se embrenhou pelos sertões, não parece encontrar reflexo neste homenageado. Dessa forma, a partir dessa descrição, pode-se concordar com os autores que avaliam os trajes dos bandeirantes, retratados em monumentos, como uma representação. A esse respeito,

A figura do bandeirante de botas, chapéu, gibão, mosquete e alfanje é uma representação construída pela historiografia convencional. Existe a figura de um andejo, que precisa ser conhecida. Uma figura descalça, andrajosa e mestiça. Um caminhante aturdido, atormentado pela pobreza reinante num contexto rústico. (PACHECO NETO, 2011, p. 12).

Os simbolismos relacionados à estátua se apresentam também na sua posição espacial. Suas costas estão viradas para a Serra do Mar, de onde vinham os bandeirantes; e a sua frente está voltada para o lado noroeste da cidade de São Paulo, no sentido do caminho para o sertão. A ponta das botas, por sua vez, marca o limite entre Santo Amaro e São Paulo (BERARDI, 2005, p. 107).

Figura 63 – Perspectivas da estátua de Borba Gato



Fonte: (ESTÁTUA EM HOMENAGEM..., 2012, s.p.).

A estátua de Borba Gato paira soberana na avenida Santo Amaro. “Do Borba Gato para o Sul é Santo Amaro até Itanhaém.”, disse Júlio Guerra, numa alusão a uma Santo Amaro cidade que fazia divisa com o litoral sul paulista (BERARDI, 2005, p. 50). A impressão é de que Borba Gato é mesmo um guardião. Maria Edite Duarte Pereira está em Santo Amaro há muitos anos. Aposentada, abriu uma banca de jornal em uma travessa da avenida que leva o nome do bairro. Sua banca é praticamente um posto de informações, a maioria indicando endereços: se é “para lá ou para cá” do Borba Gato. Para ela

[...] na praça Augusto Tortorelo de Araújo, onde monta guarda o atento Borba Gato, e que há um pequeno jardim com algumas árvores ao redor; as sombras providenciais pedem um banquinho, mas o ponto não é muito utilizado como área para descanso. Parece que o bandeirante Borba Gato também não descansa, guardando e protegendo um bairro da cidade que não dorme. (ESTÁTUA em homenagem..., 2012, s.p.).

São descrições como essa, vindas de moradores do bairro de Santo Amaro, que configuram o bandeirante retratado na estátua como guardião do bairro.

A obra de Júlio Guerra é completada por uma estrutura em forma de cubo, na mesma praça e atrás da estátua, em. Ela é recoberta por quatro painéis em mosaico de pedras, com cenas evocativas de personalidades e fatos ligados à história de Santo Amaro.

Figura 64 - Faces 1 e 2 do cubo junto à estátua de Borba Gato



Fonte: (ESTÁTUA EM HOMENAGEM..., 2012, s.p.).

As faces mostram, à esquerda, o jesuíta José de Anchieta, que rezou a primeira missa na capela de Jurubatua e o índio Caiubi, tendo ao centro o brasão de Santo Amaro e o rio Jurubatuba. À direita, os primeiros colonos alemães e a primeira fábrica de ferro da América do Sul, construída em Santo Amaro.

Figura 65 - Faces 3 e 4 do cubo junto à estátua de Borba Gato



Fonte: (ESTÁTUA EM HOMENAGEM..., 2012, s.p.).

A face à esquerda da imagem mostra a homenagem aos moradores de Santo Amaro, João Paes e Suzana Rodrigues, que doaram a imagem do santo à capela, resultando no nome da cidade que se tornou bairro. Na face à direita, o artista homenageia o poeta Paulo Eiró e o Padre Belchior de Pontes.

A inauguração do monumento foi divulgada pelo jornal o estado de São Paulo da seguinte maneira:

Realiza-se hoje, às 16 horas, na confluência das Avenidas João Dias e Adolpho Pinheiro (Santo Amaro), a inauguração do monumento a Borba Gato, por iniciativa da Sociedade Amigos de Paulo Eiró. A escultura foi realizada por Júlio Guerra. (MONUMENTO a Borba Gato..., 1963, p. 10).

Além de discursos, o monumento a Borba Gato foi saudado por um desfile com os tradicionais Romeiros de Pirapora, populares vestidos de bandeirantes, índios e damas antigas, carros de boi e uma canoa como as usadas pelos bandeirantes. Um show com artistas do rádio e da televisão encerrou a festa. (SÃO PAULO, município, 2003, s.p.).

3.3 A estátua de Borba Gato: memória e identidade de Santo Amaro

O monumento de Borba Gato, no bairro de Santo Amaro, integra-se no cenário maior da cidade de São Paulo, devido seu valor histórico-arquitetônico. O seu estudo provoca a questão sobre os usos que a sociedade contemporânea faz de sua história. Isso significa explorar os sentidos que conservam ou renovam o monumento em meio às transformações urbanas, uma vez que as relações entre os monumentos e a comunidade no qual estão inseridos apresentam-se em transformação. A partir de um sentido arcaico, no qual o passado é reconhecido e revivido, caminha-se para um sentido emergente, designado por novos significados e valores, novas práticas e relações sociais.

Para mostrar as tensões que se estabelecem entre a estátua, a comunidade e a trama visual da cidade, foram selecionados alguns exemplos, que sugerem modos diversos segundo, os quais o monumento esteve inserido em celebrações, comemorações, manifestações e protestos. Para além do sentido original, histórico e cultural, atribuído à construção da estátua, os exemplos revelam um patrimônio reformulado levando em conta seus usos sociais, não a partir de uma atitude defensiva, de simples resgate, mas com uma visão mais complexa de como uma sociedade se apropria de sua história.

Os modos como a estátua tem sido percebida mostram visões sociais e ideologias conflitantes, demonstrando que a relação com o monumento não é neutra, e também não se esgota na apreciação estética. Com efeito, traduzem o processo da memória viva, que continua a refazer o acontecimento em suas infinitas dobras, por meio do esquecimento, das elipses e das revisitações.

A respeito, o “Projeto Identidade SP” referencia-se à anterioridade do acontecimento e funciona como uma forma de nostalgia, que busca o passado como âncora em tempos de globalização. Criado em 2009 pelo designer gráfico e fotógrafo Pedro Campos e sua esposa, a jornalista e fotógrafa Stella Curzio, tem por objetivo criar logotipos para os mais de 450 bairros de São Paulo. Os autores se propõem, com o projeto, a “criar ou fortalecer o elo entre as pessoas e seus bairros, despertando o sentimento de zelo, contribuindo para a divulgação da história, preservação de patrimônios e das tradições dos bairros paulistanos, valorizando o aspecto cultural da cidade.” (PROJETO IDENTIDADE SP, s.d, s.p.).

O processo é iniciado por uma pesquisa em diversas fontes para identificar as referências sobre o bairro. Depois, visitas são feitas ao bairro para conversar com moradores no intuito de descobrir percepções e lendas urbanas, que especialmente moradores de longa data podem oferecer. Com base nos principais pontos históricos de cada região, movimentos culturais importantes, fatos relevantes que modificaram de certa forma a característica de cada bairro, um esboço do logotipo é elaborado. Essa primeira versão centraliza os elementos mais importantes, na perspectiva para a identidade do bairro e sua relação com seus símbolos. Depois, o contexto e os detalhes são acrescentados até finalizar a criação do logotipo definitivo. Dentre os 52 logotipos criados está o de Santo Amaro, cuja imagem representativa é a figura da estátua de Borba Gato.

Figura 66 - Logotipo do bairro de Santo Amaro no Projeto Identidade SP



Fonte: (PROJETO IDENTIDADE SP.. s.d., s.p.)

O logotipo, cujo símbolo central – uma parte da estátua - foi extraído das pesquisas sobre o bairro e validada nas entrevistas com os moradores, mostra o ano de fundação de Santo Amaro e o Rio Jurubatuba ao fundo. Cabe destacar, que a memória da comunidade do bairro, obtida nas entrevistas com moradores, está centrada na estátua, e não no bandeirante em si mesmo. Apesar de a maior parte

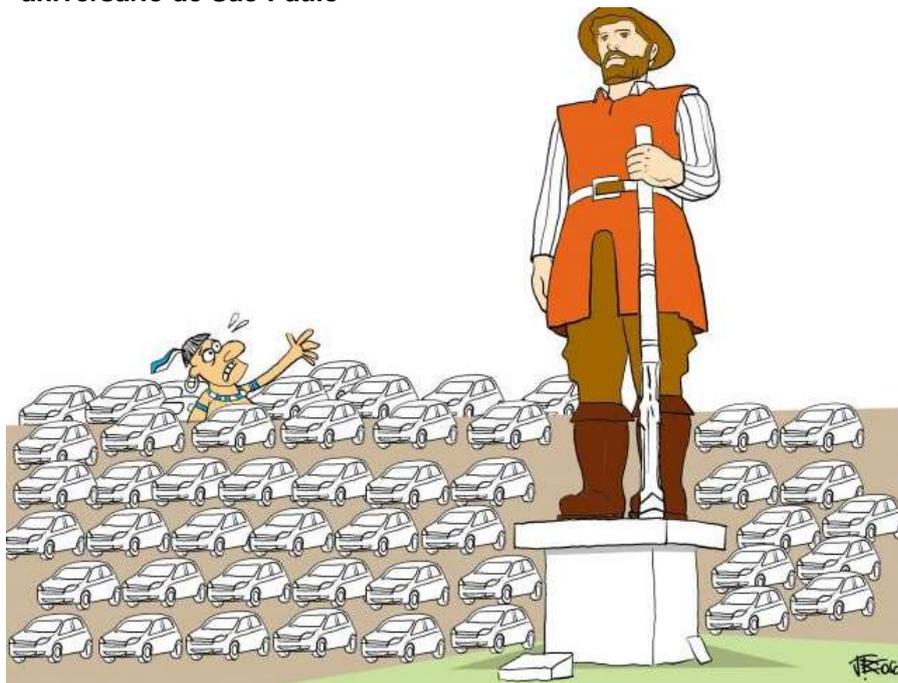
dos entrevistados ter conhecimento de que o homenageado é um bandeirante, na visão dos moradores, é o monumento que representa o bairro. Dessa forma, percebe-se, conforme Wunenurger que,

[...] o imaginário dota os homens de memórias fornecendo-lhes relatos que sintetizam e reconstróem o passado e justificam o presente. Assim, a fundação das cidades é inseparável de mitos de origem que de algum modo fixam seu destino e legitima a sua história, suas instituições e a sua identidade. (WUNENBURGER, 2007, p. 63).

O projeto, e a forma como foi desenvolvido, de alguma forma traduz a relação da comunidade do bairro com o monumento. Da mesma forma como o bandeirante representa um mito de origem para a cidade de São Paulo, em geral, e para o bairro de Santo Amaro, em particular, o monumento representa um ponto de encontro da comunidade com sua identidade.

Um outro exemplo dessa perspectiva é a homenagem realizada pelo cartunista J.Bosco, na comemoração do aniversário da cidade de São Paulo. Na ocasião, em 2012, 35 cartunistas fizeram homenagens à cidade. Entre eles, o jornalista e cartunista, J. Bosco escolheu a estátua de Borba Gato como tema central. Essa escolha do cartunista é identificada na figura a seguir.

Figura 67 - Estátua de Borba Gato na homenagem do cartunista J. Bosco ao aniversário de São Paulo



Fonte: (UOL ENTRETENIMENTO, 25/01/2012).

O cartunista elabora a imagem do bandeirante, na forma como está representado na estátua, em meio ao caos do trânsito paulistano, e destaca um índio que se afoga entre os automóveis e pede ajuda ao bandeirante. Pode-se perceber, na mensagem do cartunista, a aceleração da história que ilumina o debate sobre a memória. Aceleração essa que significa uma oscilação cada vez mais rápida entre um passado, aparentemente, morto, e a percepção global, que presentifica o passado, provocando uma ruptura do equilíbrio.

Como observa Nora (1978, p. 17), o impulso profundo de um sentimento histórico conduz à extração do que ainda restava de vivido no calor da tradição, no emudecimento do costume, na repetição do ancestral. No acesso à consciência de si, sob o signo daquilo que findou, a curiosidade pelos lugares onde se cristaliza e se refugia a memória está ligada a esse momento particular da história. Momento de dobra, quando a consciência da ruptura com o passado confunde-se com o sentimento de uma memória dilacerada. Mas quando o dilaceramento ainda desperta memória suficiente para que possa ser colocado o problema de sua encarnação. O sentimento da continuidade torna-se residual nos lugares, uma vez que há lugares de memória porque não há mais meios de memória.

A referência do lembrar encontra-se, portanto, no próprio ato que o cria, não se vinculando necessariamente à experiência vivida. Para os lugares de memória, a experiência pode ser trocada pela ficção, em uma lembrança ocasional, escapando da história e de seu referente, mesmo que muitas vezes apenas por efeito do discurso, como mostra a homenagem figurativa do cartunista (figura 67). Os locais constituídos para autenticar a presença do passado, aparentemente presos em um universo restrito, circulam em torno das múltiplas configurações desse mesmo passado, continuamente reescrito, como que exorcizando as mudanças do presente. Dessa forma, a amplitude dos significados que se abre e se expressa acerca da estátua de Borba Gato, distancia-se da história e, muitas vezes, dialoga com a ficção.

A intervenção batizada de “Sobrevivência”, realizada pelo artista plástico Eduardo Srur, é um outro exemplo da importância da escultura na cidade de São Paulo. O projeto teve como proposta despertar a atenção dos moradores da cidade para monumentos que acabam ignorados no cotidiano do paulistano.

Figura 68 - Projeto Sobrevivência: estátua de Borba Gato com colete salva-vidas



Fonte: (EZABELLA, 2008, s.p.).

Para atingir seus objetivos, o artista vestiu quinze monumentos da cidade com coletes salva-vidas. Considerando a quantidade de monumentos existentes nas ruas de São Paulo, o fato de a estátua de Borba Gato constar entre os selecionados destaca sua relevância para a população. Não se trata de preservar a memória histórica ou de discutir o problema de assumir a representação coletiva do passado, mas de introduzir a liberdade e a criatividade nas relações entre a comunidade e os marcos do seu passado. É certo que o objeto é o tradicional, porém o que o traz de volta é a possibilidade de exploração da sua totalidade, em múltiplas perspectivas. A fonte é a mesma, porém a exploração que se faz dos seus aspectos é outra. Não é o cuidado com o bandeirante em si que se procura com ações como essa, mas a celebração da história por meio de monumentos que se tornaram o seu símbolo e que são resgatados em sua forma mais ampla.

Desse contexto, Garcia Canclini destaca que:

Os monumentos apresentam a coleção de heróis, cenas e objetos fundadores. São colocados numa praça, num território público que não é de ninguém em particular, mas de “todos”, de um conjunto social claramente delimitado, os que habitam o bairro, a cidade ou a nação. O território da praça ou do museu torna-se cerimonial pelo fato de conter os símbolos da identidade, objetos e lembranças dos melhores heróis e batalhas, algo que já não existe, mas que é resguardado porque alude à origem e à essência. Ali se conserva o modelo da identidade, a versão autêntica. (GARCIA CANCLINI, 2008, p. 191).

Cabe concluir que, nessa situação, os monumentos são necessários e se justificam como lugares onde se reproduz o sentido de viver em comunidade. No entanto, é preciso recordar que, com frequência, eles são testemunhos de dominação mais que uma apropriação do espaço territorial e do tempo histórico.

Por esse motivo, a crítica da história se transforma em história crítica, selecionando e extraindo da memória uma história de representações profundamente diferente da história tradicional, com a qual, no entanto, ela tem pontos de referência na medida em que se transformou no seu contrário. A partir deste enfoque, Le Goff (2013) afirma que toda história é contemporânea, uma vez que envolve:

Nova forma no trato e na crítica das fontes, tomadas no seu sentido mais profundo; nova forma no trato político, tomado numa dimensão mais larga, nova forma no trato do tempo, que adquire uma nova contemporaneidade. Enfim, uma nova definição de história contemporânea, que procura os seus vínculos no presente, que emerge da atualidade, questionando assim a tão célebre concepção da história como 'ciência do passado'. (LE GOFF, 2013, p. 140).

É por esses motivos que não são apenas as comemorações e celebrações que evidenciam a estátua do bandeirante. Por vezes, o monumento foi escolhido como local de protesto em relação a diferentes contextos. No processo de presentificação da imagem do bandeirante, essas manifestações podem ser explicadas como reação à velocidade de mudança e ao contínuo encolhimento do tempo e do espaço; ou até mesmo como tentativas de expandir o debate público sobre as feridas provocadas pelo passado.

No aniversário de 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) de Interlagos escolheu a estátua para uma intervenção. Classificada como uma manifestação política pacífica, a ação teve como objetivo sensibilizar as pessoas acerca dos desafios do ECA. De acordo com os participantes, o culto à estátua do Borba Gato expressaria mais de 500 anos de direitos humanos violados.

Figura 69 - Intervenção 18 anos do ECA à frente da estátua de Borba Gato



Fonte: (SOU GENTE, TENHO DIREITOS, 2008, s.p.).

Como parte do movimento, foram produzidas três estátuas de índios, com 3 metros de altura, que foram colocadas na frente da estátua. A própria recriação dos índios no local já chama a atenção para este processo de presentificação da história, mostrando que colocar bandeirante e indígenas frente a frente é considerado importante na composição do fato histórico. O peso do passado nas representações feitas em torno do monumento, seus usos, em suas ligações com o contexto, suas projeções políticas, sociais, intelectuais; tudo isso se faz presente nesse tipo de articulação entre a comunidade e a estátua.

É possível, assim, falar num mundo de discursos e de uma história que, dissolvida em historiografia, vive segundo a ditadura do texto em que memória e história não se diferenciam. Em uma recusa dessa visão, a manifestação à frente da estátua procura definir com mais precisão “o que se entende por história e o que se concebe como memória, identificar esse movimento de constituição de referenciais

passados, justificadores do presente, por meio da localização de lugares de memória”. (NORA, 1978, p. 21). No processo, o debate dos mecanismos de construção de um passado reconhecido na fundação da memória, que é reconstituído, mas nem sempre distinguindo o ontem do hoje.

Protestos mais diretamente relacionados ao bandeirante, representado pela estátua, ocorreram em 2015 e 2016, ocasiões nas quais pinturas e pichações foram realizadas por manifestantes. No episódio de 2015, o protesto atingiu apenas a estátua de Borba Gato. Além de pichações diversas na escultura, frases foram acrescentadas a sua base.

Figura 70 - Estátua de Borba Gato pichada em 2015



Fonte: (ESTÁTUA DO BORBA GATO..., 2015, s.p.).

Por todo o corpo do bandeirante, foram pichadas manchas vermelhas, em uma metáfora a ferimentos cujo sangue teria escorrido. As frases escritas na base

diziam: “Bandeirante ruralista assassino”, em uma das faces; e “Guarani Kayowa resiste”, na face posterior.

Em 2016, os protestos atingiram também o Monumento às Bandeiras. As pinturas foram realizadas em diversas cores.

Figura 71 - Estátua de Borba Gato pintada em 2016



Fonte: (MONUMENTOS AMANHECEM..., 2016, s.p.).

Os dois episódios denunciam motivos diferentes, pois, em 2016, as pinturas foram feitas após o debate entre candidatos à Prefeitura de São Paulo, no qual pichações e vandalismo a monumentos públicos foram alvo de críticas. De qualquer forma, a escolha dos monumentos objeto de vandalismo não foi aleatória, uma vez que ambos estão ligados à mitologia bandeirante. Os acontecimentos demonstram de que forma o controle do passado é estabelecido, conforme a maneira de elaborar o contato entre o passado e o presente. A memória histórica,

nascida dessa forma, dentro da narrativa histórica, encontra o seu lugar na estratégia adotada de representação e fixação de uma lembrança do vivido. Na crítica à figura do bandeirante, o protesto contempla o desafio da articulação entre presente e passado, acerca da qual Halbwachs comenta:

Concluimos que a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão memória histórica não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em várias ocasiões. A história é a compilação dos fatos que ocuparam lugar na memória dos homens, no entanto, lidos nos livros, ensinados nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham ao círculo dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. [...] Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte de um grupo, a própria história é reescrita justamente para lançar uma ponte entre o passado e o presente para restabelecer a continuidade interrompida. (HALBWACHS, 2006, p. 100).

Esse processo de questionamento e reescrita da memória histórica tem sido objeto de discussões em vários lugares do mundo, em especial, no que tange à discussão sobre a permanência de monumentos em homenagem a personagens polêmicos da história. Os debates nos Estados Unidos, acerca de remoção de bandeiras e monumentos confederados, portanto, associados ao apoio à escravidão, inicialmente concentrados nos estados do Sul, passaram a fazer parte do noticiário nacional. Os favoráveis à remoção dos objetos alegam que eles são símbolos da supremacia branca, por outro lado, há os que consideram a iniciativa uma tentativa de apagar a história.

Em 2015, em Charlottesville, na base da estátua do General Robert E. Lee foi pintada com spray a frase Black Lives Matter⁴⁰. Ela se tornou um ponto central nas discussões sobre o tema. Em 2016, Wes Bellamy, conselheiro da cidade de Charlottesville e deputado sênior da cidade, tornou-se um defensor dos esforços para remover monumentos confederados. O Conselho Municipal estabeleceu sua comissão especial em maio de 2016. Mais tarde, nesse ano, emitiu um relatório sugerindo que a cidade poderia mudar a estátua ou transformá-la com a inclusão de novas informações históricas precisas. A adição de contexto histórico poderia ter

⁴⁰ Numa tradução livre, “As vidas dos negros importam”. Nome de um movimento iniciado em 2013 para protestar contra a morte de negros americanos por forças policiais.

sido bem-vinda por alguns defensores da manutenção dos monumentos, pois esses acreditam que as estátuas poderiam ser melhoradas acrescentando mais informações e explicações melhores da história das estátuas e do que elas podem nos ensinar. (FORTIN, 2017, s.p.)

Alguns articulistas, no entanto, entendem que a questão não está verdadeiramente relacionada aos problemas identitários e raciais, mas que todos estão tentando usar a questão da remoção de monumentos confederados como um cenário para uma oposição política e um mecanismo de ampliação para seus próprios movimentos. Para Ben Shapiro (2017, s.p.), por exemplo, os supremacistas brancos existem e existirão mesmo com a ausência das estátuas. Dessa forma, a remoção da estátua confederada é uma questão local, não nacional. Para ele, os movimentos nacionais amplos para se livrar das partes locais da história são geralmente impulsionados por investidas politicamente convenientes. O que resulta em uma política de identidade desonesta.

Desde o Governo Obama, vários Estados vêm adotando a política de retirar de áreas públicas símbolos confederados considerados racistas. Já foram retiradas diversas estátuas, tais como a generais confederados Robert E. Lee e Thomas Jackson de um parque em Baltimore. Além dessas, o prefeito de Lexington (Kentucky) propõe-se a acelerar o processo de retirada de estátuas, e autoridades de Dallas (Texas), Memphis (Tennessee) e Jacksonville (Flórida) anunciaram iniciativas para remover símbolos confederados. Em Durham, na Carolina do Norte, grupos que contestam a presença dos monumentos ligados à escravidão não esperaram uma decisão das autoridades. Derrubaram uma estátua em honra dos soldados confederados. Pelo menos 60 símbolos confederados já foram removidos ou renomeados pelo país desde 2015, mas ainda há mais de 700 monumentos confederados nos EUA, segundo a organização Southern Poverty Law Center. (FLECK, 2017, s.p.).

No Brasil, ainda não há um debate institucionalizado sobre a permanência, ou não, de monumentos que de alguma forma se relacionam ao passado escravista do país. No entanto, a movimentação observada nos Estados Unidos já traz à tona o tema dos bandeirantes e seus monumentos. Em artigo para a publicação americana

The Activist History Review, o historiador americano Douglas McRae⁴¹ aborda explicitamente uma comparação entre os debates americanos sobre seus monumentos e aqueles destinados a homenagear os bandeirantes no Brasil, destacando a cidade de São Paulo, o Monumento às Bandeiras e a estátua de Borba Gato.

De forma resumida, o artigo do historiador apresenta o imaginário regional paulista, acerca da mitologia bandeirante, para justificar a existência de inúmeros monumentos destinados a esse personagem histórico. Em sua descrição do papel das expedições sertanistas, os bandeirantes são protagonistas não apenas do apresamento dos indígenas, mas também de conflitos relacionados com a escravidão dos negros, com destaque para o episódio do Quilombo dos Palmares, que teria sido derrubado por um destacamento de bandeirantes paulistas. De tal forma, o legado das bandeiras seria de colonialismo, violência e escravidão, o que produziu as manifestações realizadas nos monumentos.

Em relação ao Monumento às Bandeiras, o autor destaca o episódio de 2016:

In 2016, in tandem with protests for indigenous rights and recognition, the monument was doused with paint under cover of night. The blood-red splatter marks left on the monument served as reminders of the murderous acts of the historical bandeirantes as well as contemporary echoes of the continued threats of violence faced by minority groups (indigenous and Afro-Brazilian alike) in the present. [...] Indeed, graffiti has also been a first line of contesting the meanings of Confederate monuments in places like Charleston, South Carolina. (McRAE, 2017, s.p.)

Da descrição do protesto, baseado na pintura grafitada do monumento, o autor estabelece um paralelo com o ocorrido em Charlottesville, talvez indicando a possibilidade de uma ampliação do movimento em relação aos monumentos aos bandeirantes em São Paulo.

A pichação da estátua de Borba Gato, em 2015, em especial as frases escritas a spray na sua base, é descrita como um julgamento popular do bandeirante:

⁴¹ Pesquisador norte-americano, cuja tese de doutoramento em História, pela Georgetown University (EUA), estuda o processo de saneamento básico e de abastecimento de água em São Paulo, a partir do final do século XIX. (McRAE, 2017, s.p.).

[...] the name and image of the bandeirantes are pervasive throughout São Paulo's urban landscape, past and present. Yet it has been the monuments that have come under the most scrutiny and, occasionally, revision. A statue in the Santo Amaro region of São Paulo of the bandeirante Borba Gato has been covered in graffiti and was convicted in a mock "people's trial" that highlighted the crimes of the bandeirantes. (McRAE, 2017, s.p.)

É nesse contexto, que as reflexões de Le Goff sobre documento e monumento permitem compreender as dimensões do monumento à Borba Gato, uma vez que é necessário entender os momentos nos quais as bandeiras de fato aconteceram e quando foram comemoradas com a ereção de estátuas.

O monumento resulta de uma produção/montagem, consciente ou inconsciente da história por uma determinada época ou sociedade que o produziu, mas também residem em outras épocas que sucedem a sua produção. Documento é uma coisa que fica. É monumento. É resultado de um esforço voluntário ou involuntário das sociedades históricas em impor às sociedades futuras uma imagem de si próprias, e cabe aos historiadores não fazer papel de ingênuo diante de tal produção, afinal, o monumento é uma roupagem, uma montagem, uma aparência enganadora. É preciso demolir essa montagem, problematizar os documentos a partir de uma reflexão crítica, analisando as condições de produção dos documentos/monumentos. (LE GOFF, 2013, p. 490).

Parece oportuno, portanto, concluir que houve o bandeirismo como fenômeno histórico, que se dedicou à caça aos índios brasileiros, durante os séculos XVI e XVII. Esse bandeirismo é comemorado especulamente na província, depois Estado de São Paulo como uma consequência do fenômeno anterior. Trata-se, pois, de duas faces do mesmo processo, mas que se distinguem entre si radicalmente.

De fato, o bandeirismo significou uma forma de o paulista "buscar remédio para a sua pobreza", escravizando e vendendo índios. A outra face desse fenômeno, que realmente ocorreu, pertence ao campo do imaginário social que indica como a sociedade se vê ou se quer ver. Trata-se, portanto, de um problema ideológico que deforma a realidade e a manipula a fim de passar mensagens aprazíveis à própria identidade. Assim, a imagem do bandeirante foi falseada fazendo com que ele, de um predador de homens, se transformasse em um herói destemido ao qual se deveria a extensão das fronteiras do Brasil, além do hipotético meridiano de Tordesilhas.

Essa perspectiva traz à tona as análises de Nora (1997, apud GONÇALVES, 2012, p. 35) sobre os diversos lugares abordados na obra *Les Lieux de Mémoire*, que seriam partes integrantes do patrimônio memorial francês, associado ao que o autor assinalou como a “francidade” que, na contemporaneidade, remeteria à França antes de tudo como “nação-memória”. O bandeirante, e a escultura que o homenageia, nesse caso, integra o grande conjunto de obras que remetem ao patrimônio da memória paulista e aos significados múltiplos da identidade fundada no imaginário do bandeirante, como o paulista que se tornou herói nacional. Dessa forma,

chegamos, simetricamente, da ideia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história. O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. (NORA, 1997, apud GONÇALVES, 2012, p. 37).

A memória social, e a conseqüente identidade que se apresenta na relação entre o bairro e a estátua, mostra-se difusa e complexa, entre a ideia da estátua como simples monumento, e a memória histórica ali representada. Memória da sociedade, simultaneamente como depositária da história objetiva e da história ideológica. A memória coletiva parece, portanto, funcionar como uma reconstrução regenerativa, e não segundo uma memorização mecânica. Ao contrário, ressalta o papel importante que cabe à dimensão narrativa e a outras estruturas inerentes aos acontecimentos.

Quais os fins dessa história? Tratava-se, evidentemente de conferir a São Paulo, que começou a reunir os maiores capitais do país com a expansão cafeeira, um ícone capaz de justificar esse papel de primazia. Nesse contexto, Santo Amaro, como cidade satélite da capital, destacou-se no cenário das bandeiras, haja vista que tanto Fernão Dias, como Borba Gato, bandeirantes aos quais se atribuiu grande importância por suas conquistas, saíram de Santo Amaro.

4 CONCLUSÃO

A escolha da estátua de Borba Gato para esta pesquisa se deu pelo fato de que, além de ser um monumento que comporta valores históricos e simbólicos do bairro de Santo Amaro, apresenta-se também como um ponto de observação para compreender a memória e a identidade do bairro, em particular, e de São Paulo, em geral. Nesse sentido, a pesquisa procurou tratar de dois aspectos centrais: o monumento como lugar de memória do bairro e da cidade; e o significado atribuído ao bandeirante na decisão que se fez para ereção da estátua que homenageia um deles.

As pesquisas que resultaram desta dissertação, portanto, se desdobraram em reflexões teóricas acerca dos conceitos de memória, identidade e lugares de memória, presentes no capítulo 1. Dessas reflexões, é possível concluir que a memória e a identidade têm seu santuário nos monumentos, que, posicionados em território público, que não pertence a ninguém em particular, mas a todos sem exceção, tornam-se símbolos da identidade, algo que não existe mais, mas que é resguardado e acena à origem da comunidade. Nesse sentido, a estátua de Borba Gato se apresenta como legítima representante de um monumento que se configura como lugar de memória.

Para compreender a relação da estátua com o bairro, se mostrou necessário traçar uma breve história sobre o bairro, e sua posição na cidade de São Paulo, como mostra o capítulo 2, de maneira a compreender de que maneira o monumento se insere nesse cenário em transformação. A história do bairro, que se inicia com o processo de colonização brasileira, e em paralelo à nascimento da cidade de São Paulo, mostra o papel relevante que as bandeiras e os bandeirantes representaram na construção da história do bairro. O bandeirante Manuel de Borba Gato, em especial, nascido no bairro quando esse ainda era cidade, é parte central dessa construção histórica.

Por fim, o mito do bandeirante, alicerçado no imaginário regional paulista, tomou forma no capítulo 3, no qual também se apresentam o artista que esculpiu a estátua, uma breve biografia do bandeirante, além do contexto e particularidades

envolvidos na construção do monumento e na relação que se estabeleceu entre ele e a comunidade. As narrativas e tradições que se articularam em torno da imagem do bandeirante, como herói nacional e símbolo da identidade paulista, tomam por base condições geográficas, étnicas e sociais como fatores preponderantes para o predomínio paulista para a exploração dos sertões brasileiros. Organizações como o Instituto Histórico e Geográfico Paulista e o Museu Paulista (Museu do Ipiranga), bem como comemorações como a do IV Centenário da Cidade de São Paulo, foram determinantes para o desenvolvimento de um conjunto de representações sobre o bandeirante, transformado em símbolo paulista, representativo de sua própria identidade.

O artista Júlio Guerra, nascido em Santo Amaro, ao escolher o bandeirante Manoel de Borba Gato para ereção do monumento em homenagem ao bairro, associa o mito do bandeirante à história do bairro. Escultor renomado, com prêmios obtidos em vários eventos e obras presentes em acervos importantes, retornou às origens do bairro para buscar a fonte de inspiração para esculpir a obra gigante. No poema que abre esta dissertação, Júlio Guerra reforça o objetivo de homenagear o bairro e também reconhece a polêmica que envolve a estátua.

Ao longo deste estudo, é possível perceber como a memória e o imaginário alimentam a identidade paulista, que procura perscrutar o passado, para servir ao presente e ao futuro, a partir de uma obra de arte. Obra essa que traduz, simultaneamente, mitos sociais e políticos, cruzados com frequência no interior do tempo histórico. Essa estátua, como monumento, tem o poder de perpetuação de um legado de memória coletiva. Por vezes, tem sido associado ao mito do herói bandeirante e do seu papel na construção da história de Santo Amaro e da cidade de São Paulo; em outras vezes, é retratado como assassino e representante dos exploradores do povo.

Como todo mito, não é unânime, nem imóvel, mas contribui para a compreensão da história e da memória coletiva e permite que se encontre alguma ordem e sentido naquilo que muitas vezes pode parecer desconexo. Como obra de arte e monumento, a estátua se posiciona física e firmemente no espaço de Santo Amaro, como um objeto concreto que proporciona a transmissão e o compartilhamento do que foi vivido, construindo relações entre acontecimentos

passados e presentes, ainda que muitas vezes traduza uma representação da realidade, em vez de uma verdade objetiva da história.

Assim, a memória dos diversos grupos que se relacionam com o monumento se organiza e reorganiza, adquire estrutura e se refaz, num processo constante de adaptação, no qual visões antagônicas são produzidas sobre o significado do monumento. Ainda que o passado assuma papel relevante na memorização, cabe reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstrução fiel dele. É por isso que o monumento ora é elevado ao ponto central de uma identidade que expressa o sentido de identidade a Santo Amaro, como o logotipo do Projeto Identidade SP, ora se configura em local de protesto, no qual índios são perfilados em contraponto ao bandeirante, que os aprisionava e transformava em escravos.

A estátua de Borba Gato é um claro exemplo do mito a ilustrar como o imaginário se acha submetido a constantes transformações, como os movimentos de emergência ou de declínio de alguns mitos, e submetem-se a mudanças, que ocorrem na linha do tempo. Nessa estátua, o real e o simbólico, a partir da mitologia do herói bandeirante, constroem um imaginário coletivo permeado de tradições e contradições, associadas tanto à história de Santo Amaro e de São Paulo, como às mudanças da forma como o bandeirante é percebido pela sociedade.

Se a memória é um elemento essencial naquilo que passamos a chamar de identidade, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e sociedades contemporâneas, no cartão de aniversário que comemora os 450 anos da cidade de São Paulo, o cartunista busca, na memória criada pelo imaginário regional, a identidade do paulista expressa na figura do bandeirante. Mas não é qualquer bandeirante que remonta a essa identidade, mas aquele representado na estátua. De alguma forma, o cartão de aniversário resume a dialética da memória e da identidade, que se conjugam e se apoiam uma na outra, para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

Essa dialética também se apresentou no momento em que a obra foi vestida com um colete salva-vidas, em uma intervenção que buscava chamar a atenção da população paulistana sobre a importância de se preservar os monumentos e a memória neles inseridas. A articulação entre a estátua e o movimento de

preservação da memória sustenta a ideia de que a sociedade, despojada de seus lugares de memória que a vinculam a sua origem, estaria sem nenhuma lembrança, logo, sem nenhuma identidade individual e social.

Finalmente, mesmo nos episódios em que as manifestações tingem a escultura de cores alusivas ao sangue, e nos momentos em que o homenageado é acusado de assassino; delineia-se um quadro de estratégias identitárias, que operam suas escolhas no interior de um repertório flexível e aberto a diferentes meios de representações. Revela-se uma rejeição à representação que se fez sobre identidade no passado, projetando ao mesmo tempo uma imagem no futuro daquilo que se gostaria de ser, mas que não foi. Essa sequência de acontecimentos mostra que a história é reescrita para lançar uma ponte entre o passado e o presente, procurando estabelecer a continuidade interrompida.

Estudar a estátua de Borba Gato, portanto, permitiu captar o ponto de vista da comunidade em relação ao objeto, pois é através dos sentidos que a comunidade atribui à estátua, e aos símbolos que cercam essa relação, que se constrói o sentido cultural e as perspectivas identitárias subjacentes. Tal constatação leva à compreensão da imagem que o monumento representa para a comunidade, bem como dos relatos e opiniões que sobre ele são produzidos. Confirma-se, assim, a hipótese anunciada no início deste trabalho, acerca do papel e do significado do monumento, uma vez que nos lugares incontestáveis, inevitáveis e ainda visitados da memória santamarense e paulistana, encontra-se a estátua de Borba Gato.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante**. 1985. 342f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ABUD, Kátia Maria. Paulistas, uni-vos! **Revista de História da Biblioteca Nacional**. n. 34. jul. 2008. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/paulistasunivos>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ARAÚJO, Ricardo; SOLIA, Mariângela Solia. **Guarapiranga 100 anos**. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2014.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. **São Paulo antigo: plantas da cidade**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2007. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/index.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**. v. I A região de São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BARBUY, Heloisa. (org.) **Museu Paulista: Um monumento no Ipiranga (História de um edifício centenário e de sua recuperação)**. v. 2. São Paulo: Federação e Centro das Indústrias do estado de São Paulo, 1997. Disponível em: <http://mp.usp.br/sites/default/files/arquivosanexos/um_monumento_no_ipiranga_parte_2.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. (Carlos Eduardo Medeiros, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERARDI, Maria Helena P. **História dos bairros de São Paulo: Santo Amaro**. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969.

BERARDI, Maria Helena P. **Santo Amaro memória e história: da botina amarela ao chapéu de couro.** São Paulo: Scortecci, 2005.

BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. **Correio Paulistano.** n. 8865. 14 de março de 1886. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1886_08865.pdf> Acesso em 25 fev.2017.

BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. **Correio Paulistano.** n. 9067. 16 de novembro de 1886. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1886_09067.pdf> Acesso em 25 fev.2017.

BISPOS assumem novas Dioceses. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, n. 35.052. 28 maio 1989. p. 20. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890528-35052-nac-0020-999-20-not/busca/diocese+Santo+Amaro>>. Acesso em 18 abr. 2017.

BRISOLLA, Fabio. Largo Treze está novo: livre de 700 barracas e 1400 ambulantes. **Veja São Paulo.** São Paulo, 18 set. 2009. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/cidades/largo-treze-esta-novo-livre-de-700-barracas-1400-ambulantes/>>. Acesso em 12 maio 2017.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** (Maria Leticia Ferreira, trad.). São Paulo: Contexto, 2011.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CENTENÁRIO de Santo Amaro. **Folha da Noite.** São Paulo, Ano XII. 27 jun. 1932. p. 10. Disponível: <[http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=&commit.x=19&commit.y=19&commit=Enviar&date\[day\]=&date\[month\]=&date\[year\]=&fdm=1&fdn=1&final_date=&fsp=on&group_id=0&initial_date=&page=2404&phrase=santo+amaro&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=>](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=&commit.x=19&commit.y=19&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&fdm=1&fdn=1&final_date=&fsp=on&group_id=0&initial_date=&page=2404&phrase=santo+amaro&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=>)>. Acesso em: 18 abr. 2017.

COISAS da cidade – estrada de Santo Amaro quase intransitável. **Folha da Manhã.** São Paulo, Ano 1. n. 307. 5 maio 1926. p. 4. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1926/05/05/1/>>. Acesso em 18 abr. 2017.

CONVITE para apresentação da pista do Autódromo de Interlagos. **Folha da Manhã.** São Paulo, Ano XIV. n. 4630.15. abr. 1939. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1939/04/15/1/>>. Acesso em 20 abr. 2017.

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Revolução Constitucionalista de 1932**. s.d. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>. Acesso em: 15 set. 2017.

CRUZ, B. M. **São Paulo: espaços livres e vegetação de Santo Amaro e Cidade Ademar**. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-07082013-104032/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. **Bandeirantismo: verso e reverso**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DIÁRIO DAS LEIS. Portal da Legislação. **Decreto nº 0 de 10/07/1832 / IB - Império do Brasil**. Erige em villas varias freguezias na Provincia de S. Paulo. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/203505-erige-em-villas-varias-freguezias-na-provincia-de-s-paulo.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

DIAS, Célia M.M. São Paulo e o imaginário: um estudo do simbólico. **X SIC – Seminário Internacional de Comunicação**. Pontifícia Universidade Católica (PUC). Porto Alegre: 2009. Disponível em: <https://www.kufs.ac.jp/ielak/pdf/kiyou10_01.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

DIOCESE DE SANTO AMARO. **Abertura da Porta Santa da Catedral de Santo Amaro**. 13 dez. 2015. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://diocesedesantoamaro.org.br/noticias-da-diocese/abertura-da-porta-santa-da-catedral-de-santo-amaro/>>. Acesso em: 01 out 2015.

DIOCESE DE SANTO AMARO. **História da Diocese de Santo Amaro**. São Paulo: 1999. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://diocesedesantoamaro.org.br/historia-da-diocese-de-santo-amaro/>>. Acesso em: 28 set. 2015.

DIOCESE DE SANTO AMARO. **Igreja matriz de Santo Amaro: de capela à catedral**. São Paulo: [199-]. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://diocesedesantoamaro.org.br/paroquias-da-diocese-de-santo-amaro/catedral-santo-amaro/>> Acesso em: 28 set 2015.

DIVULGAÇÃO da Auto-Estrada Washington Luís. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, Ano LV. n. 18.204. 07 abr. 1929. p. 1. Disponível em: <<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19290407-18204-nac-0001-999-1-not>>>. Acesso em 18 abr. 2017.

DOS distritos de São Paulo, só um optou pela autonomia. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 25.666. 1º jan. 1959. p. 9. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19590101-25666-nac-0009-999-9-not/busca/Santo+Amaro+plebiscito>>. Acesso em: 19 out. 2015.

EMPLASA. **Memória urbana: a Grande São Paulo até 1940**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. v.2.

ESTÁTUA do Borba Gato é pichada por manifestantes. **Veja São Paulo**. São Paulo, 06 nov. 2015. Publicação não paginada. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/estatua-borba-gato-pichada/>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

ESTÁTUA em homenagem ao bandeirante. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 25 nov. de 2012. Caderno lugares. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/lugares,borba-gato,7425,0.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

EXPOSIÇÃO resgata 'pai' do Borba Gato. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 41.652. 1º nov. 2007. p. 56. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20071101-41652-nac-56-cid-c8-not/busca/est%C3%A1tua+Borba+Gato>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

EZABELLA, Fernanda. Srur veste colete salva-vidas em estátuas de SP: de Camões a Borba Gato, "Sobrevivência" chama a atenção para monumentos. **Folha de São Paulo**, Caderno Folha Ilustrada, São Paulo, 17 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1710200815.htm>>. Acesso em: 30 out. 2015

FATORELLI, Carlos. **Brasão de Santo Amaro / São Paulo**. 15 jan. 2014. Publicação não paginada. Disponível em <<http://carlosfatorelli27013.blogspot.com.br/2014/01/brasao-de-santo-amarosao-paulo.html>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FATORELLI, Carlos. **Santo Amaro Sobre Trilhos: do trem a vapor, ao bonde e ao metrô**. (2015). Publicação não paginada. Disponível em <<http://carlosfatorelli27013.blogspot.com.br/2015/01/santo-amaro-sobre-trilhos-do-trem-vapor.html>>. Acesso em: 23 mar. 2017,

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERREIRA, Manuel R. **As bandeiras do Paraupava**. São Paulo, Prefeitura Municipal, 1977.

FERREIRA, T. A. **Uma configuração do espaço urbano do município de São Paulo, por meio dos itinerários das linhas de ônibus: paisagens urbanas e memórias dos itinerantes (1960-1985)**. 2008. 205 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-04072008-142032/pt-br.php>>. Acesso em: 8 dez. 2016.

FERRO, Marc. **Cómo se cuenta la historia a los niños en el mundo entero**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

FLECK, Isabel. Monumento confederado dá lugar a estátua de mulher negra em Baltimore. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 ago. 2017. Publicação não paginada. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1910593-monumento-confederado-da-lugar-a-estatuade-mulher-negra-em-baltimore.shtml>. Acesso em: 23 set. 2017.

FORTIN, Jacey. *The Statue at the Center of Charlottesville's Storm*. **The New York Times**. Nova Iorque: 13 ago. 2017. Publicação não paginada. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/08/13/us/charlottesville-rally-protest-statue.html>>. Acesso em: 23 set. 2017.

FRABETTI, G. L. **A reprodução das formas de apropriação produtiva da terra pelo trabalho familiar a sudoeste da capital paulista: relação cidade-campo no contexto da urbanização da cidade de São Paulo**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19102009-143036/>>. Acesso em: 29 out. 2016.

FRANCISCONI, Léa. Trabalho e indústria em São Paulo. In: In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004. v. 1, p. 115-130.

FRANCO, Francisco de A. C. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Revista O Malho**. s.d. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/>>. Acesso em 18 set. 2017.

GALHARDO, Ana C. S. **Formas de morar em Interlagos: do bairro residencial ao condomínio fechado**. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Arquitetura

e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2593>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Contradições latino-americanas: modernismo sem modernização? In: _____ **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade.** (Heloíza Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa, trads.) 3. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. p. 67-97.

GARCIA CANCLINI, Néstor. O porvir do passado. In: _____ **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade.** (Heloíza Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa, trads.) 3. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. p. 159-204.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. A inspeção da instrução pública na província de São Paulo (1836 – 1876). **Revista Linhas.** Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 64-95, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017064/pdf>>. Acesso em 02 maio 2017.

GIOVANELLI, Carolina. A evolução da propaganda da cidade. **Revista Veja São Paulo,** São Paulo, 7 nov. 2014. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/anuncios-antigos-jornais-revistas/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiæ – Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande.** Rio Grande do Sul, v. 3, n. 3, 2012. p. 27-46. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

GOOGLE MAPS. **Imóvel, localizado na Praça Doutor Francisco Ferreira Lopes nº 787.** Street View janeiro/2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-23.6468205,-46.7086213,3a,75y,263.11h,101.19t/data=!3m7!1e1!3m5!1saE1hyKFs3PDPeqEFGFJfCA!2e0!5s20170101T000000!7i13312!8i6656!6m1!1e1>>. Acesso em: 06 maio 2017.

GOUVEIA, Júlia; DEODORO, Juliana; OLIVEIRA, Mariana. As histórias inusitadas do Parque do Ibirapuera. **Revista Veja São Paulo,** São Paulo, 16 ago. 2014. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/parque-ibirapuera-historias-inusitadas-60-anos/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

GRANDE abstenção nos plebiscitos de ontem. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, n. 25.662. 27 dez. 1958. p. 30. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19581227-25662-nac-0030-999-30-not/busca/plebiscito+Santo+Amaro>>. Acesso em: 19 out. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** (Beatriz Sidou, trad.). São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** (Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, trads.) 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a. p. 7-22.

HALL, Stuart. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** (Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, trads.) 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p. 47-65.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz. T. S.; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In: _____. **Sobre História.** (Cid Knepel Moreira, trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 364-379.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: _____. **Sobre História.** (Cid Knepel Moreira, trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 25-43.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. Introdução. In: _____. **A invenção das tradições.** (Celina Cardim Cavalcante, trad.) São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 9-23.

INFOPATRIMÔNIO. **São Paulo – Eixo Histórico de Santo Amaro.** 1º abr. 2017. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/?p=18131#!/map=1460&loc=-23.646165999999972,-46.707861,17>> Acesso em: 06 maio 2017.

JÚLIO Guerra. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.** São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10485/julio-guerra>>. Acesso em: 17 de Set. 2017. Verbete da Enciclopédia.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: _____. NORA, Pierre. **História:** novo objetos. (Terezinha Marinho, trad.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 68-83.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** (Bernardo Leitão et al, trads.). 5 ed. Campinas-SP: Unicamp, 2013.

LEME, Luiz G. S. **Genealogia Paulistana. v. 4.** São Paulo: Duprat & Company, 1904. Disponível em: https://archive.org/stream/GenealogiaPaulistana/Genealogia_paulistana_IV#page/n0/mode/2up. Acesso em: 29 set. 2017.

LEME, Luiz G. S. **Genealogia Paulistana. v. 5.** São Paulo: Duprat & Company, 1904. Disponível em: https://archive.org/stream/GenealogiaPaulistana/Genealogia_paulistana_V#page/n0/mode/2up. Acesso em: 29 set. 2017.

LOFEGO, Silvio L. 1954 – A cidade aniversariante e a memória coletiva: o IV Centenário da cidade de São Paulo. **Revista Projeto História.** São Paulo, v. 20, p. 301-314, jan./jun. 2000. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10821/8039>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

LOFEGO, Silvio L. A construção da memória na publicidade-e do IV Centenário da cidade de São Paulo. **Revista Patrimônio e Memória.** v.2, n.2, 2006, p. 25-44. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/20/443>>. Acesso em: 16 set. 2017.

LOFEGO, Silvio L. Imagens e imaginário na construção histórica de São Paulo em 1954. In: FERREIRA, Antônio C. (org.). **Letras e identidade:** São Paulo no século XX, capital e interior. São Paulo: Annablume, 2008. p. 173-204.

LUIS, Washington. **Na capitania de São Vicente.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MACEDO, Wesley; ESCOBAR, Miriam. A concretização da imagem do IV Centenário da cidade de São Paulo: o Parque do Ibirapuera. **Revista Arquitextos.** São Paulo, Ano 5, fev/2005. Publicação não paginada.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante.** São Paulo: Governo do Estado, 1978.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial.** 4. ed. São Paulo: Nacional, 1978. (Coleção Brasileira volume 45).

MAGALHÃES, Roberto C. O símbolo do IV centenário de São Paulo no Parque Ibirapuera e os seus “familiares” perdidos pela cidade. **Revista do Ibirapuera.** São Paulo, 2 jan. 2017. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://parqueibirapuera.org/o-simbolo-do-iv-centenario-de-sao-paulo-no-parque-ibirapuera-e-os-seus-familiares-perdidos-pela-cidade/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

MAHL, Marcelo L. O paulista e o outro: a construção de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antônio C. (org.). **Letras e identidade: São Paulo no século XX, capital e interior**. São Paulo: Annablume, 2008. P. 27-48.

MAKINO, Miyoko. Ornamentação do Museu Paulista para o Primeiro Centenário: construção de identidade nacional na década de 1920. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**. São Paulo. v. 10/11. p. 167-195 (2002-2003). Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/Anaisdomuseupaulista/2003/no10-11/9.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MARINS, Paulo C. G. Identidades paulistanas: a trajetória imaginária da cidade, dos bandeirantes ao coração que abraça. **Revista Urbis**. São Paulo, ano XII. nº 45 . jan.fev.mar./2008. p. 26-30. Disponível em: <<http://www.vivaocentro.org.br/media/111212/urbs45.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MARINS, Paulo C. G. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**. São Paulo. v. 6/7. p. 9-36 (1998-1999). Editado em 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v6-7n1/02.pdf>> . Acesso em: 15 set. 2017.

MCRAE, Douglas. *Monuments and Power in Urban Spaces: Looking at New Orleans, Louisiana from São Paulo, Brazil*. **The Activist History Review**. Editorial. 26 de maio de 2017. Publicação não paginada. Disponível em: <<https://activisthistory.com/2017/05/26/monuments-and-power-in-urban-spaces-looking-at-new-orleans-louisiana-from-sao-paulo-brazil/>>. Acesso em: 23 set. 2017.

MONTENEGRO, Marina R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-18122008-103427/>>. Acesso em: 14 out. 2016.

MONUMENTO a Borba Gato em Santo Amaro. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 26.921. 27 jan. 1963. p. 10. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19630127-26921-nac-0010-999-10-not/busca/Borba+Gato>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MONUMENTO a Borba Gato. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 25.774. 12 maio 1959. p. 15. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19590512-25774-nac-0015-999-15-not/busca/Monumento+Borba+Gato>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MONUMENTOS amanhecem pichados em São Paulo. **Veja São Paulo**. São Paulo, 30 set. 2016. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/monumentos-amanhecem-pichados-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

MOVIMENTO quer emancipar Santo Amaro. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 36.820. 10 ago. 1994. p. 94. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19940810-36820-nac-0094-sbs-z4-not/busca/plebiscito+Santo+Amaro>>. Acesso em: 19 out. 2015.

NEIVA, Leonardo; MEYER, Manoela. Imagem de Santo Amaro é preservada desde 1552 em igreja. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 set. 2015. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://especial.folha.uol.com.br/2015/morar/vila-mariana-campo-belo/2015/09/1693437-imagem-de-santo-amaro-e-preservada-desde-1552-em-igreja.shtml>>. Acesso em: 01 out 2015.

NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de mémoire**. Tomo I: La République. Paris: Gallimard, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. (Yara Aun Khoury, trad.). **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Abrahão. **Um dos maiores aeroporto do país: a história do aeroporto de Congonhas**. São Paulo in Foco. 17 out. 2013. Disponível em: <<http://www.saopauloinfoco.com.br/borba-gato/>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

OLIVEIRA, Abrahão. **A estátua de Santo Amaro – o Borga Gato**. São Paulo in Foco. 03 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.saopauloinfoco.com.br/borba-gato/>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**, São Paulo: Contexto, 2004, v. 2, p. 123-161.

OLIVEIRA, Emerson D. G. Instituições, arte e o mito bandeirante: uma contribuição de Benedito Calixto. **SÆCULUM Revista De História**, João Pessoa, n. 19, jul/ dez. 2008, p. 127-148. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11411>>. Acesso em 08 dez. 2015.

OLIVEIRA, Jane S. **“Brasil mostra a tua cara”**: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. Disponível em: <

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2434.pdf> >. Acesso em: 30 maio 2017.

PACHECO NETO, Manuel. **Heróis nos livros didáticos: bandeirantes paulistas**. Dourados-MS: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

PADUA, Rafael F. **Implicações sócio-espaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo**. 2007. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-31012008-104129/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

PADUA, Rafael Faleiros De. **Produção e consumo do lugar: espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole**. 2012. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04072012-132838/pt-br.php>>. Acesso em: 14 out. 2016.

PAULO Eiró. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22184/paulo-eiro>>. Acesso em: 20 de Set. 2017. Verbetes da Enciclopédia.

PERTO de 5.000 pessoas já contribuíram para a campanha do ouro. **Folha da Noite**. São Paulo, Ano XII. 17 ago. 1932. p. 3. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fdn/1932/08/17/1/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

PINACOTECA DE SÃO PAULO. **Acervo permanente**. São Paulo, s.d. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://pinacoteca.org.br/acervo/obras/>>. Acesso em: 24 set. 2017.

PONTES, Trajano. Criador da polêmica estátua de Borba Gato ganha exposição em São Paulo. **Folha de São Paulo**. Caderno Folha Ilustrada. São Paulo, 26 jun. 2013. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/06/1301639-criador-da-polemica-estatuade-borba-gato-ganha-exposicao-em-sao-paulo-veja-fotos.shtml>>. Acesso em: 01 out 2016.

PROJETO IDENTIDADE SP. **Um logotipo para cada bairro de São Paulo**. s.d. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://identidadesp.com.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

PROPAGANDA da empresa Tratores Continental S.A. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 24.427. 23 dez. 1954. p. 33. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19541223-24427-nac-0033-999-33-clas>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

RÁDIO VATICANO. **Ano Santo da Misericórdia – o Papa anunciou um Jubileu Extraordinário**. 14 mar. 2015. Publicação não paginada. Disponível em: <http://pt.radiovaticana.va/news/2015/03/14/ano_santo_da_miseric%C3%B3rdia_%E2%80%93_do_papa_jubileu_extraordin%C3%A1rio/1129324>. Acesso em: 01 out 2015.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. **A Invenção do Mito Bandeirante: Tradição e Pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das Décadas de 1920-1930**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). 2001. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2002. Disponível: <<http://pos.fflch.usp.br/node/46256>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional. **Revista Terra Brasilis**: v.6, 2004, p. 2-16. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/375>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

ROSCHEL, Renato. História dos bairros paulistanos - Santo Amaro. **Folha da Manhã**: Caderno Almanaque. 1997. Publicação não paginada. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/bairros_santo_amaro.htm>. Acesso em: 12 out 2015.

SANTO AMARO se une para restaurar catedral. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 16 out. 2008. Publicação não paginada. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,santo-amaro-se-une-para-restaurar-catedral,260744>>. Acesso em: 01 out 2015.

SANTOS, Myrian S. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de Sociomuseologia: museus e políticas de memória**, Lisboa, v. 19, n. 19, p. 139-179, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Conheça São Paulo: monumentos. **Monumento às Bandeiras**. s.d. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/monumentos/monumento-as-bandeiras/>>. Acesso em: 17 set. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto 6.983, de 22 de fevereiro de 1935. Extingue o município de Santo Amaro, cujo território passa a fazer parte do município da Capital. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, num. 45, ano, 45, p. 3, 1935. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-6983-22.02.1935.html>>. Acesso em: 15 out 2015.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei 14.334, de 30 de novembro de 1944. Fixa a a divisão territorial do Estado que vigorará de 1.º de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1948. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 1, 15 maio 1945. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1944/decreto.lei-14334-30.11.1944.html>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 337, de 10 de julho de 1974. Revoga o artigo 3º da lei nº 9.854, de 2 de outubro de 1967, e institui, como letra do Hino Oficial do Estado de São Paulo o poema Hino dos Bandeirantes. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 11 jul. 1974, p. 3. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19740711&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=3>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 8.092, de 28 de fevereiro de 1964. Fixa a divisão territorial do Estado que vigorará para o quinquênio 1.964 - 1.968. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, suplemento, 29 fev. 1964. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1964/lei-8092-28.02.1964.html>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SÃO PAULO (Estado). São Paulo em notícias. **Com ajuda da Lei Rouanet, restauro da Catedral de Santo Amaro avança**. 09 nov. 2014. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia2.php?id=238356&c=6>>. Acesso em: 01 out 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico. **Municípios e distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: 2011.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. Resolução Nº 5 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP de 05 de abril de 1991. **Tombamento ex-officio do Antigo Mercado de Santo Amaro**. Publicação não paginada. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d833c_05_TEO_89_itens.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. Resolução Nº 4 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP de 07 de outubro de 1993. **Abertura do processo de tombamento dos imóveis e logradouros que compõem o EIXO HISTÓRICO DE SANTO AMARO, localizados no Distrito de Santo Amaro.** Publicação não paginada. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/8fb57_04_APT_Eixo_Historico_de_Santo_Amaro.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. Resolução Nº 14 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP de 13 de agosto de 2002. **Tombamento do conjunto de elementos constitutivos do ambiente urbano identificado como Eixo Histórico de Santo Amaro.** Publicação não paginada. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d8dea_14_T_Eixo_Historico_Santo_Amaro.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. Resolução Nº 26 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP de 21 de dezembro de 2004. **Abertura de processo de tombamento dos imóveis enquadrados como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC).** Publicação não paginada. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/2479e_26_APT_ZEPEC.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 11.220, de 20 de maio de 1992. Institui a divisão geográfica da área do Município de São Paulo em Distritos, revoga a lei nº 10.932, de 15 de janeiro de 1991, e dá outras providências. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, p. 1, 21 maio 1992. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1992/1122/11220/lei-ordinaria-n-11220-1992-institui-a-divisao-geografica-da-area-do-municipio-em-distritos-revoga-a-lei-n-10932-de-15-de-janeiro-de-1991-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002. Dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, p. 61, 3 jan. de 2003. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/lei_13_399_1254940922.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SÃO PAULO (Município). Resolução Nº 27 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP de 14 de outubro de 2014. Ajusta o perímetro de tombamento do ambiente urbano identificado como Eixo Histórico de Santo Amaro. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, SP, ano 59, n. 239, p. 56, 23 de dezembro de

2014. Disponível em:
 <<http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=2B1D91HRIDDKVeEVK76TMUH6TDK&PalavraChave=Eixo+Hist%u00f3rico+de+Santo+Amaro>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **Obras de Arte em Logradouros Públicos da Cidade de São Paulo: Borba Gato**. São Paulo: 2003. Publicação não paginada. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/adote_obra/index.php?p=4484>. Acesso em: 25 out 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **Obras de Arte em Logradouros Públicos da Cidade de São Paulo: Mãe Preta**. São Paulo: 2010. Publicação não paginada. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/adote_obra/index.php?p=8291>. Acesso em: 17 set. 2017.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **Obras de Arte em Logradouros Públicos da Cidade de São Paulo: Monumento ao Duque de Caxias**. São Paulo: 2008. Publicação não paginada. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/adote_obra/index.php?p=4522%20target=blank>. Acesso em: 17 set. 2017.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **Programa patrimônio e referenciais culturais nas Subprefeituras: Subprefeitura de Santo Amaro**. São Paulo, 2010, p. 35. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/SantoAmaro_web_1392057658.pdf>. Acesso em: 29 set 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Cultura. **As contradições e os séculos de história de Santo Amaro**. [200-]. Publicação não paginada. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/santo_amaro/historico/index.php?p=450>. Acesso em: 29 set 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Cultura. **Município em mapas**. 2009. Publicação não paginada. Disponível em: <http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1991.php>. Acesso em: 12 maio 2017.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Cultura. **Teatro Paulo Eiró**. São Paulo: 2015. Publicação não paginada. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/paulo_eiro/index.php?p=7307>. Acesso em: 17 set. 2017.

SÃO PAULO (município). Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. **Atlas do Trabalho de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo 2007**. São Paulo: 2007. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://atlas municipal.prefeitura.sp.gov.br/Download/frmDownload.aspx>>. Acesso em: 14 abr 2017.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. **Zonas Especiais de Preservação Cultural**. São Paulo: 2013. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/a-preservacao-do-patrimonio-cultural-da-cidade>> Acesso em: 06 maio 2017.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. **Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil - Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais**. 2007. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/18_estabelecimentos_e_empregos_no_comercio_2006_520.html>. Acesso em 12 maio 2017.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. **Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil - Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais**. 2015. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/18_estabelecimentos_e_empregos_no_comercio_2014_520.html>. Acesso em 12 maio 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **Biblioteca Presidente Kennedy**: histórico da biblioteca. 29 fev. 2008. Publicação não paginada. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/prefeitoprestesmaia/index.php?p=3865. Acesso em 25 mar. 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **Casa de Cultura Manoel Cardoso de Mendonça**. s.d. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/espaco/678/>>. Acesso em 25 mar. 2017.

SHAPIRO, Ben. *Why are we talking aWhy Are We Really Talking About Removing Confederate Monuments? Not For The Reason You Think*. **The Daily Ware**. 17 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://www.dailywire.com/news/19855/why-are-we-really-talking-about-removing-ben-shapiro#>>. Acesso em: 23 set. 2017.

SOU GENTE, TENHO DIREITOS - BLOG. **Intervenção na comemoração dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. São Paulo: 15 jul. 2008. Disponível em: <http://sougentetenhodireitos.blogspot.com.br/2008_07_01_archive.html>. Acesso em: 14 nov. 2016.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A Mitologia Bandeirante: Construção e Sentidos. **Revista História Social**, Campinas, n. 13, p. 151-171, 2007.

SUZUKI, Julio. Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In: In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004, v. 1, p. 131-156.

TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. Tomo I (1641-1651). 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

TAUNAY, Affonso de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

TEIXEIRA, Thiago. **Santo Amaro, um Município engolido pela Metrópole Paulistana**. 03 jan. 2009. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=778698>>. Acesso em 12 mar. 2017.

TRE julga hoje recurso do plebiscito. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 33.910. 17 set. 1985. p. 50. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19850917-33910-nac-0050-999-50-not/busca/plebiscito+Santo+Amaro>>. Acesso em: 19 out. 2015.

UM relógio para a Matriz de Santo Amaro. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, Ano XVI. n. 5.939. 03 fev. 1895. p. 2. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18950203-5939-nac-0001-999-1-not/busca/Santo+Amaro>>. Acesso em 18 abr. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Processo de processo de tombamento nº 16705/70 do CONDEPHAAT: Mercado Municipal de Santo Amaro**. Publicação não paginada. São Paulo: 1970. Disponível em: <http://www.arquicultura.fau.usp.br/images/arquicultura/Processo_16705-70_-_Mercado_Municipal_de_Santo_Amaro.Image.Marked.pdf>. Acesso em 18 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Laboratório de caracterização tecnológica de rochas ornamentais e de revestimento. **Classificações das Rochas Ornamentais e de Revestimento**. s.d. Publicação não paginada. Disponível em: <<http://www.cpmtc-igc-ufmg.org/labtecrochas/index-51.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. **Júlio Guerra: lembranças de São Paulo**. Publicação não paginada. São Paulo: Centro Histórico Mackenzie, 2013.

UOL ENTRETENIMENTO. **Cartunistas mostram suas homenagens à cidade no aniversário de São Paulo.** 25 jan. 2012. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/album/cartunistas_saopaulo_album.htm#fotoNav=9>. Acesso em: 18 mar. 2017.

VEIGA, Edison. O último bonde. **O Estado de S. Paulo.** 24 jan. 2015. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,o-ultimo-bonde,1624060>>. Acesso em 14 mar. 2017.

VISTA geral da estátua em homenagem ao bandeirante Borba Gato no cruzamento da Avenida Santo Amaro com a Rua Bela Vista, em Santo Amaro. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 16 set. 1969. Publicação não paginada. Disponível em: <http://fotos.estadao.com.br/fotos/acervo,estatua-de-borba-gato-1969,717978>. Acesso em: 23 fev. 2016.

VOLPATO, Luiz R. R. **Entradas e bandeiras.** São Paulo: Global, 1985.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz. T. S.; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O Imaginário.** São Paulo: Loyola, 2007.

ZENHA, Edmundo. **A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829.** São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1950.

ZENHA, Edmundo. **A vila de Santo Amaro.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1977.

ZEQUINI, Anicleide. **Arqueologia de uma fábrica de ferro: Morro de Araçoiaba séculos XVI-XVII.** 2007. 223 f. Tese. (Doutorado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-25062007-151536/.../01TESE.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2015.